

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE ARTES  
COORDENAÇÃO DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
ARQUITETURA E URBANISMO

GLAUCIO COUTINHO DE LIMA

APROPRIAÇÕES TRANSITÓRIAS DO ESPAÇO PÚBLICO:  
A PAISAGEM E OS AMBULANTES NO CENTRO DE VITÓRIA – ES

**Área de Concentração: Cidade e impactos no território**

**Linha de Pesquisa: Intervenção urbana e arquitetura da cidade: teoria e projeto**

VITÓRIA

2011

GLAUCIO COUTINHO DE LIMA

APROPRIAÇÕES TRANSITÓRIAS DO ESPAÇO PÚBLICO:  
A PAISAGEM E OS AMBULANTES NO CENTRO DE VITÓRIA - ES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo do Centro de Artes da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Orientador: Prof. Dr. José Francisco Bernardino Freitas

VITÓRIA

2011

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

L732a Lima, Glaucio Coutinho de, 1955-  
Apropriações transitórias do espaço público : a paisagem e os ambulantes no Centro de Vitória - ES / Glaucio Coutinho de Lima. – 2011.  
178 f. : il.

Orientador: José Francisco Bernardino Freitas.  
Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) –  
Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Artes.

1. Espaço (Arquitetura). 2. Comércio. 3. Paisagens. 4. Vitória (ES). I. Freitas, José Francisco Bernardino. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Artes. III. Título.

CDU: 72

---

GLAUCIO COUTINHO DE LIMA

“APROPRIAÇÕES TRANSITÓRIAS DO ESPAÇO PÚBLICO: A  
PAISAGEM E OS AMBULANTES NO CENTRO DE VITÓRIA – ES”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito final para a obtenção do grau de Mestre em Arquitetura e Urbanismo.

Aprovada em 27 de junho de 2011.

Comissão Examinadora



---

Prof. Dr. José Francisco Bernardino Freitas  
Universidade Federal do Espírito Santo  
Orientador



---

Profa. Dra. Martha Machado Campos  
Universidade Federal do Espírito Santo



---

Profa. Dra. Marta Vieira Bogéa  
Centro Universitário Senac  
Universidade Presbiteriana Mackenzie



## AGRADECIMENTOS

Sei que a dificuldade do trabalho traz enriquecimento, e este se fez junto com renovação. A oportunidade de ver e rever conceitos sobre a cidade faz surgir novos olhares, novas interpretações.

Não posso terminar este estudo sem agradecer a pessoas que me acompanharam de forma significativa nesse caminho de busca a mais conhecimento sobre o mundo, a cidade, a vida.

Agradeço ao Chico, meu orientador, que manteve sempre uma postura profissional e amiga, conduzindo a pesquisa com maestria. À Martha Machado Campos e à Marta Bogéa, pela gentileza em aceitar participar da análise desta dissertação, ao dispor de tempo que sei que é de muito valor, muito obrigado. A todos os professores do PPGAU-Ufes e à professora Claudia Câmara do Vale do Curso de Pós-Graduação em Geografia-Ufes.

À Professora Maria Izabel Perini Muniz, minha sempre professora, mas também amiga e grande incentivadora de minha vida acadêmica.

A Alan, aluno que se tornou estagiário e se tornou companheiro e amigo. Sua ajuda nos mapeamentos da Avenida Jerônimo Monteiro foi muito importante.

À Lora, Caio e Camilo, por existirem em minha vida e pela ajuda que prestaram durante a pesquisa. Cada momento nesta minha trajetória tem a marca de vocês.

Este trabalho é dedicado a meu pai, a Gilson e a Celso, com saudades. E a minha mãe, que sempre dedicou seus trabalhos a nós.

## RESUMO

O tema deste trabalho refere-se às apropriações do espaço público que acontecem com temporalidade transitória, num período inferior a 24 horas. Seu objetivo é propiciar a compreensão desses usos, característicos das áreas centrais das cidades brasileiras, e ainda buscar entendimento da relação entre o espaço público e seus atores cotidianos. Para tanto, a pesquisa direciona o foco nos vendedores ambulantes por entendê-los como dotados de forte potencial para interferir e influenciar a qualidade da paisagem urbana e, nesse sentido, pretende entender a mecânica de sua configuração espacial e sua relação entre forma, função, estrutura e processo de ocupação.

O estudo espera promover uma reflexão e discussão sobre a previsão dessas apropriações durante o desenvolvimento do planejamento da cidade.

**Palavras-chave:** Apropriação. Comércio ambulante. Espaço público. Paisagem.

## ABSTRACT

The theme of this work refers to the appropriation of public space that occurs with transient temporality, within less than 24 hours. Your objective is to provide an understanding of these usages, characteristic of the central areas of Brazilian cities, and seek understanding of the relationship between public space and its daily actors. For this, this research directs the focus on hawkers cause understand them as having strong potential to interfere with and influence the quality of the urban landscape and, in that sense, aims to understand the mechanics of its spatial configuration and its relationship between form, function, structure and occupation process.

This study aims to promote the reflection and discussion about the prediction of these appropriations during the development of city planning.

**Key words:** Appropriation. Trade hawkers. Public space. Landscape.

## LISTA DE IMAGENS

Figura 1.01 – Passeata na cidade do Rio de Janeiro.....	17
Figura 1.02 – Romaria dos Homens em Vila Velha.....	17
Figura 1.03 – Virada Cultural Paulista .....	18
Figura 1.04 – O grupo Archigram e a Instant City .....	18
Figura 1.05 – Pavilhão itinerante da IBM .....	19
Figura 1.06 – Feira livre em Vitória .....	20
Figura 1.07 – Avenida Jerônimo Monteiro (Google Earth) .....	24
Figura 1.08 – Ambulantes do Conjunto 1 .....	31
Figura 1.09 – Ambulantes do Conjunto 1 .....	31
Figura 1.10 – Ambulantes do Conjunto 2 .....	32
Figura 1.11 – Ambulantes do Conjunto 2 .....	32
Figura 1.12 – Ambulantes do Conjunto 3 .....	33
Figura 1.13 – Ambulantes do Conjunto 3 .....	33
Figura 2.01 – Aquarela de Abrecht Durer - 1495.....	40
Figura 2.02 – Reprodução de um anfiteatro em Pompeia, 59 d.C. ....	52
Figura 2.03 – Espaço público em Vitória, ES .....	59
Figura 2.04 – Espaço público no Rio de Janeiro, RJ.....	61
Figura 2.05 – Entorno da Rua 25 de Março, São Paulo, SP .....	62
Figura 2.06 – Parque Moscoso, Vitória, ES.....	63
Figura 3.01 – Os transportes e o encolhimento do mundo.....	70
Figura 3.02 – As telecomunicações e o encolhimento do mundo .....	70
Figura 3.03 – Localização de Vitória .....	86
Figura 3.04 – Mapa da Vila da Victoria, 1767.....	87
Figura 3.05 – Vitória em 1895 .....	88
Figura 3.06 – Vitória em 1910 .....	89
Figura 3.07 – Avenida Capixaba no final da década de 1920 .....	90
Figura 3.08 – Vitória em 1928 .....	91
Figura 3.09 – Ponte Florentino Avidos, década de 1920.....	92
Figura 3.10 – Mancha urbana de Vitória em 1930 .....	92
Figura 3.11 – Avenida Jerônimo Monteiro em 1936.....	93
Figura 3.12 – Centro de Vitória em 1960 .....	94

Figura 3.13 – Centro de Vitória em 1970 .....	95
Figura 3.14 – Vitória em 1995 .....	97
Figura 3.15 – Vista aérea de Vitória em 2009 .....	97
Figura 3.16 – Centro de Vitória e as novas centralidades.....	98
Figura 4.01 – Praça oito de Setembro em 1908.....	103
Figura 4.02 – Vitória à época do governo de Jerônimo Monteiro.....	104
Figura 4.03 – Avenida Jerônimo Monteiro em 1940.....	106
Figura 4.04 – Avenida Jerônimo Monteiro em 1936.....	107
Figura 4.05 – Avenida Jerônimo Monteiro em 1940.....	107
Figura 4.06 – Vitória em 1948 .....	108
Figura 4.07 – Avenida Jerônimo Monteiro em 1960.....	110
Figura 4.08 – Painéis de mídia exterior na Avenida Jerônimo Monteiro .....	111
Figura 4.09 – Ambulantes em calçada na Avenida Jerônimo Monteiro.....	121
Figura 4.10 – Ambulantes na região da Praça Oito.....	122
Figura 4.11 – Suporte para CD e DVD em calçada.....	126
Figura 5.01 – Ambulantes do Conjunto 1 – Rua Dep. Nelson Monteiro .....	135
Figura 5.02 – Ambulantes do Conjunto 1 – Rua Eng. Pinto Pacca .....	136
Figura 5.03 – Ambulantes do Conjunto 2 – Rua da Alfândega .....	137
Figura 5.04 – Ambulantes do Conjunto 2 – Rua Quintino .....	138
Figura 5.05 – Ambulantes do Conjunto 3 – Frente ao número 31 .....	139
Figura 5.06 – Ambulantes do Conjunto 3 – Prox. à Praça Costa Pereira.....	139
Figura 5.07 – Ambulantes e a largura da passagem de pedestres .....	140
Figura 5.08 – Estreitamento da passagem de pedestres .....	141
Figura 5.09 – Ambulante do Conjunto 3 montando sua banca .....	143
Figura 5.10 – Ambulantes da Praça Oito no início da manhã .....	144
Figura 5.11 – Ambulantes da Rua Cerqueira Lima no início da noite.....	144
Figura 5.12 – Ambulantes da Rua da Alfândega no início da noite .....	145
Figura 5.13 – Esquina da Rua Eng. Pinto Pacca em dia chuvoso .....	146
Figura 5.14 – Esquina da Rua Quintino em dia chuvoso .....	147
Figura 5.14 – Esquina da Rua Cerqueira Lima em dia Chuvoso.....	147
Figura 5.16 – Esquina da Rua João Aguirre em dia chuvoso .....	148
Figura 5.17 – Rua Dep. Nelson Monteiro sem ambulantes.....	149
Figura 5.18 – Rua Dep. Nelson Monteiro com ambulantes.....	150
Figura 5.19 – Rua Dep. Nelson Monteiro sem ambulantes.....	150

Figura 5.20 – Rua Dep. Nelson Monteiro com ambulantes.....	151
Figura 5.21 – Rua da Alfândega sem ambulantes .....	153
Figura 5.22 – Rua da Alfândega com ambulantes .....	153
Figura 5.23 – Rua da Alfândega sem ambulantes .....	154
Figura 5.24 – Rua da Alfândega com ambulantes .....	154
Figura 5.25 – Av. Jerônimo Monteiro, 31, sem ambulantes .....	156
Figura 5.26 – Av. Jerônimo Monteiro, 31, com ambulantes .....	157

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Sexo dos ambulantes .....	118
Gráfico 2 – Idade dos ambulantes.....	118
Gráfico 3 – Escolaridade dos ambulantes.....	118
Gráfico 4 – Tempo diário de serviço.....	118
Gráfico 5 – Tempo em que trabalha no ponto de venda atual .....	119
Gráfico 6 – Renda mensal familiar .....	119
Gráfico 7 – Situação do local onde mora .....	119
Gráfico 8 – Local de moradia .....	119
Gráfico 9 – Profissão que teve antes de se tornar comerciante informal .....	120
Gráfico 10 – Condição do trabalho anterior.....	120
Gráfico 11 – Motivo de se instalar no Centro de Vitória .....	121
Gráfico 12 – Principais equipamentos que utiliza para exercer a profissão ...	121
Gráfico 13 – Produtos comercializados.....	122
Gráfico 14 – Cidade/bairro onde mais compra.....	123
Gráfico 15 – Valores, em reais, que costuma gastar com o fornecedor.....	123
Gráfico 16 – Forma mais utilizada para transportar as mercadorias .....	124
Gráfico 17 – Região/Cidade de procedência da maioria dos clientes .....	124
Gráfico 18 – Os clientes são geralmente clientes conhecidos? .....	124
Gráfico 19 – Faixa de idade dos principais consumidores .....	125
Gráfico 20 – Classe social dos principais consumidores.....	125
Gráfico 21 – Quem mais procura os produtos: homens ou mulheres? .....	125
Gráfico 22 – Satisfação com o trabalho como comerciante informal .....	127

Gráfico 23 – Principal problema que os comerciantes encontram no trabalho.....	127
Gráfico 24 – Possui cadastro junto à Prefeitura para exercer a atividade? ....	128
Gráfico 25 – Sugestão por parte das autoridades para melhoria do trabalho	128
Gráfico 26 – Avaliação do Centro de Vitória.....	129
Gráfico 27 – Principal ponto positivo do Centro de Vitória .....	129
Gráfico 28 – Principal ponto negativo do Centro de Vitória.....	129
Gráfico 29 – Interesse em vender produtos em espaço para ambulantes .....	129
Gráfico 30 – Preferência quanto ao local desse espaço exclusivo para vendedores ambulantes .....	130

## LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Avenida Jerônimo Monteiro – Usos do solo .....	114
Mapa 02 – Avenida Jerônimo Monteiro – Número de pavimentos .....	115
Mapa 03 – Avenida Jerônimo Monteiro – Edificações com interesse de preservação .....	116
Mapa 04 – Avenida Jerônimo Monteiro – Conjuntos de ambulantes .....	134



## SUMÁRIO

<b>1 OS ESPAÇOS PÚBLICOS E A PAISAGEM URBANA:</b>	
<b>UMA INTRODUÇÃO</b> .....	14
1.1 A CIDADE E AS APROPRIAÇÕES TEMPORÁRIAS .....	14
1.2 EVENTOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: RAZÕES PARA ESTUDOS ...	21
1.3 METODOLOGIA .....	25
<b>1.3.1 Introdução ao método</b> .....	26
<b>1.3.2 Observar e participar</b> .....	27
<b>1.3.3 O planejamento e execução</b> .....	28
<b>1.3.4 Uma análise comparativa</b> .....	30
<b>2 A VIDA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS</b> .....	35
2.1 SOBRE O ESPAÇO .....	35
2.2 SOBRE A PAISAGEM .....	38
2.3 SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO .....	45
<b>2.3.1 Espaço público: estrutura</b> .....	46
<b>2.3.2 Vida pública na cidade antiga</b> .....	49
<b>2.3.3 Vida pública na Cidade Moderna</b> .....	54
2.4 APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS .....	59
<b>3 A PRODUÇÃO DE ESPAÇO E AS ÁREAS CENTRAIS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA</b> .....	65
3.1 A PRODUÇÃO DE ESPAÇO .....	65
3.2 ÁREAS CENTRAIS URBANAS .....	77
<b>3.2.1 Estrutura das áreas centrais urbanas</b> .....	78
<b>3.2.2 Intervenções em centros urbanos: uma questão</b> .....	80
<b>3.2.3 Centros históricos nas Américas</b> .....	82
<b>3.2.4 Realidade social em centros históricos nas Américas</b> .....	83
<b>3.2.5 Políticas de habitação em centros históricos</b> .....	85
<b>3.2.6 O Centro da cidade de Vitória</b> .....	86
<b>4 A AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO E OS AMBULANTES</b> .....	100

4.1 A AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO .....	100
4.2 PERFIL DO COMÉRCIO AMBULANTE NO CENTRO DE VITÓRIA .....	117
<b>5 ANÁLISES DOS DADOS .....</b>	<b>132</b>
5.1 A PESQUISA DE CAMPO .....	132
5.2 UMA ANÁLISE COMPARATIVA .....	148
<b>6 OS AMBULANTES E A PAISAGEM DA CIDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>159</b>
<b>7 REFERÊNCIAS .....</b>	<b>174</b>

# 1 OS ESPAÇOS PÚBLICOS E A PAISAGEM URBANA: UMA INTRODUÇÃO

## 1.1 A CIDADE E AS APROPRIAÇÕES TEMPORÁRIAS

De uma maneira simplificada, podemos entender a cidade como um fenômeno socioespacial. E sob este contexto pessoas se movimentam, mercadorias são trocadas e informações são transmitidas, fazendo com que se perceba, também mediante seus espaços construídos, o tipo de sociedade presente.

Um conjunto de espaços coletivos e individuais constitui as ocupações dos lugares. Esses espaços, ditos públicos e privados, têm sido temas de estudo em diversas áreas de conhecimento. Hertzberger (1999) mostra que esses conceitos podem ser interpretados como sendo pública uma área acessível a todos a qualquer momento, a responsabilidade de sua manutenção é assumida coletivamente, e privada uma área cujo acesso é determinado por um pequeno grupo ou por uma pessoa, que tem a responsabilidade de mantê-la.

A cidade é então referenciada como um espaço formado por um conjunto de lugares apropriados, dinamizados por permutas e ações mútuas. Assim, quando um indivíduo ou grupo de indivíduos tomam um local como sua “propriedade”, entende-se como o fenômeno gradual da apropriação, que também é conceituada como “o espaço da cidade qualificado, informado pelo uso; cidade como espaço habitado, vivido, qualificado, modificado: espaço socializado, espaço social” (FERRARA, 2000, p. 123).

Algumas dessas apropriações acontecem em espaços públicos e possuem temporalidade transitória, permanecendo por um período inferior a 24 horas. São eventos que podemos classificá-los como efêmeros. São esses eventos e os resultantes dessas apropriações transitórias o foco de interesses deste estudo, constituindo-se como o principal objeto deste trabalho.

Ao longo do tempo, o crescimento e as adaptações na cidade são consequências de novas exigências que produzem espaços modificadores, ocasionando resíduos da esfera pública, que passam a ser identificados como potencial para uso informal. Além desses vazios, observa-se também a existência de grandes áreas, próprias do planejamento, como ruas e praças, vistas por alguns grupos de pessoas como locais convenientes para demonstrações de ideologias e propostas sociais, políticas e comerciais. A história nos diz que a rua, além de elemento morfológico próprio para circulação e acessos, sempre foi vista, também, como espaço para celebrações, revoluções sociais, comércio e trocas, e é tratada até hoje como de muito interesse pela comunidade.

Dessa maneira, as formas da cidade se modificam, se adaptam e se reinventam como produtos de processos sociais. Como define o geógrafo Mauricio de Abreu (2003), as formas da cidade são acumulações do tempo, fruto de um tempo de trabalho, um tempo de história. Impossível analisar essas modificações sem vincular espacialidade com temporalidade. Quanto tempo se precisou para ocorrer o nascimento e a conformação de um bairro? Por quanto tempo se identifica uma mesma silhueta da cidade? Se voltarmos o olhar para o detalhe dos bairros e as formas da cidade, percebemos que cotidianamente ocorrem fenômenos que transformam os lugares mais próximos de nós, os lugares formados pela apreensão imediata de nossos corpos, o espaço vivido. É, portanto, uma questão de escala a relação espaço-tempo.

A cidade é, pois, como afirma Kevin Lynch (2008), estável, porém durante algum tempo, e que também está sempre se modificando em seus detalhes e, assim, não apresenta resultado final, mas uma sucessão de fases. Esses detalhes em escala mais próxima de nós são os elementos que interferem nas sensações imediatas que temos da cidade durante as locomoções do dia a dia e atuam como fatores necessários para reconhecimento e padronização de nosso ambiente. Dessas sensações, conforme explica Tuan (1980), a que nos traz mais influência é a visual, a imagem captada que pode ter diversas qualidades, e em sendo considerada uma boa imagem, segundo culturas diversas, permite ao seu possuidor importantes sentimentos como segurança, paz e harmonia do lugar. Os momentos que permitem

as referidas sensações passam diante de cada indivíduo muitas vezes sem que este se dê conta dessa metamorfose urbana.

Na cidade contemporânea, a pressa, as competitividades, as distâncias a percorrer, contribuem para que se apreenda apenas a impressão imediata dos sentidos dos acontecimentos ao redor, deixando de se perceber o que realmente ocorre além do que é dado num primeiro instante. Como cenários, os diversos acontecimentos surgem na paisagem urbana, nos lugares e territórios, promovem mudanças sensoriais, espaciais, interferem no cotidiano urbano, modificam comportamentos, influenciam decisões e em menos de 24 horas, assim como forma fluida, dissipam-se. Ora mantendo ritmos temporais, ora aparecendo em momentos surpreendentes, inesperados. Para o geógrafo Milton Santos (2008), a sociedade, ao agir sobre o espaço, não considera os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, ou seja, são objetos sociais que já são valorizados, mas que irão impor ou dar um novo valor.

Na incessante busca de alterar a paisagem, criando objetos e instrumentos de sua concepção e imaginação é que podemos encontrar exemplos de apropriações esporádicas que envolvem diversos setores ou atividades como as promocionais, culturais, sociais, políticos, religiosos, esportivos e comerciais. São reconhecidos como tal alguns eventos significantes como: o movimento “Diretas já” (manifestações públicas em favor de eleições diretas para presidente da república, 1984); a procissão religiosa “Romaria dos Homens” (dia de Nossa Senhora da Penha, em Vila Velha-ES); a “Virada Cultural Paulista” (24 horas de manifestações culturais e esportes, em São Paulo); a *Instant City* (cidade itinerante do grupo Archigram, 1968-1970); o pavilhão itinerante da IBM (do arquiteto Renzo Piano, concebido para visitar vinte cidades europeias, 1982-1986).



Figura 1.01 – Passeata na cidade do Rio de Janeiro em favor do movimento “Diretas já”, 1984.

Fonte: Disponível em: <[www.onne.com.br](http://www.onne.com.br)>. Acesso em: 05/01/2011.



Figura 1.02 – Romaria dos Homens em Vila Velha-ES, 2010.

Fonte: Disponível em:

<[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2011/03/noticias/a\\_gazeta/dia\\_a\\_dia/810806-site-batista-nao-cita-mais-festa-da-penha.html](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/03/noticias/a_gazeta/dia_a_dia/810806-site-batista-nao-cita-mais-festa-da-penha.html)>. Acesso em: 05/01/2011.



Figura 1.03 – Banda faz intervenção na rua durante a Virada Cultural Paulista 2010 – SP.

Fonte: Disponível em: <[www.foradoeixo.org.br](http://www.foradoeixo.org.br)>. Acesso em: 05/01/2011.

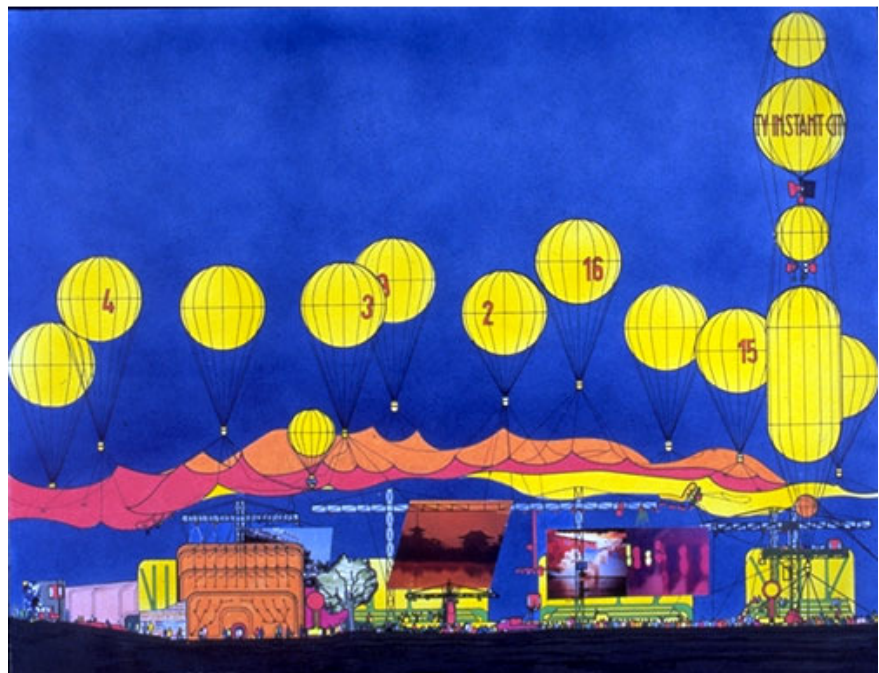


Figura 1.04 – *Instant City*. Projeto do grupo Archigram, com a proposta de uma espécie de arquitetura móvel oferecendo eventos e informações culturais que seriam levadas a localidades distantes das grandes cidades. Uma espécie de circo e, como tal, surgiria do nada e depois desapareceria.

Fonte: Disponível em: <[www.parole.aporee.org](http://www.parole.aporee.org)>. Acesso em: 05/01/2011.





Figura 1.05 – Pavilhão itinerante da IBM, Arquiteto Renzo Piano.  
 Fonte: Disponível em: <[www.vestaldesign.com](http://www.vestaldesign.com)>. Acesso em: 05/01/2011.

No âmbito do comércio, há de se reconhecer como exemplos de ocupações transitórias do espaço público os ambulantes, os camelôs e as feiras-livres.

As feiras-livres representam um caso muito particular dentre os denominados “programas em rede” que se distribuem pela metrópole. Espalham-se sistematicamente pelo território atendendo às demandas locais – se considerarmos a “unidade” – e metropolitanas – se considerarmos a rede como um todo. As relações espaciais e temporais que estabelecem com a cidade são totalmente diversas dos outros exemplos.

As feiras, por seu caráter específico, subvertem o esquema usual de distribuição dos programas comerciais dentro do tecido urbano. Ocupam (mesmo que só por um período de tempo) os espaços públicos da cidade, suas ruas e praças. Sua arquitetura é leve e efêmera, espécie de “evento urbano” cuja presença na cidade é uma variável do tempo.

Vivemos numa época em que o comércio de bens é cada dia mais complexo e sofisticado, onde tanto o programa quanto a arquitetura se desdobram na tentativa de suprir um sistema de troca que ocorre nas mais diversas escalas. Neste contexto, a tradicional feira de rua pode ser tomada como exemplo de um tipo de comércio que é tão antigo quanto a própria ideia de cidade – entendida como lugar de encontro e de troca.

Sua permanência na metrópole contemporânea talvez se deva, justamente, a este caráter fluido, de grande capacidade de adaptação, requisito de uma época em que a mobilidade tornou-se um valor fundamental (FRANCO, 2006)<sup>6</sup>.

<sup>6</sup> Texto do catalogo da exposição “São Paulo, redes e lugares”, participação brasileira na 10ª Mostra Internazionale di Architettura, Bienal de Veneza de 2006. Autores: Fernando de Mello Franco,





Figura 1.06 – Feira-livre em Vitória-ES.  
Fonte. Disponível em: <[www.vitoria.es.gov.br](http://www.vitoria.es.gov.br)>. Acesso em: 05/01/2011.

Essa variedade de identificações nos mostra e confirma que a cidade envolve questões complexas pertinentes às áreas da sociologia, direito, antropologia, economia, ecologia e outros conhecimentos que não somente responsabilidade de urbanistas. Interpretação similar pode-se encontrar nas palavras do urbanista Bernardo Secchi (2003), quando, ao comentar sobre investigação da cidade contemporânea, propõe que se trabalhe em colaboração com disciplinas menos conhecidas, com fotógrafos, escritores, músicos e outros artistas, com a ideia de investigar juntos numa espécie de regresso às “coisas mesmas”.

Nesse contexto, o foco deste trabalho consiste no estudo e análise das apropriações públicas que acontecem de forma transitória, ou seja, as que permanecem no local de ocupação por um tempo menor do que 24 horas. No conjunto desses usos, esta análise prende-se especificamente à atividade de *vendedores ambulantes*, ou *camelôs*, como também são chamados, por considerá-los como participantes bastante expressivos dos momentos do cotidiano da cidade e da conseqüente transformação da paisagem urbana.

Como recorte espacial, a pesquisa empreenderá uma busca por questões pertinentes às áreas centrais das cidades brasileiras, acatando sua importância devido a processos históricos e socioespaciais, onde as manifestações efêmeras, aqui estudadas, são mais comuns e com atividade mais intensa.

Como modelo de análise, a atenção deste trabalho se dará no centro histórico principal da cidade de Vitória, mais precisamente em uma avenida que, pode-se dizer, constitui um *shopping* aberto pelo movimento comercial que detém e que também reúne uma quantidade de ambulantes que acaba por definir as características do lugar. É também uma das mais importantes avenidas do Centro da capital – a Avenida Jerônimo Monteiro – que vai merecer detida atenção no capítulo 4.

Espera-se que essas discussões possam se traduzir, para os planejadores e gestores oficiais a que a cidade se submete, na tentativa de encontrar o caminho de uma lógica de produção de cidades, sem impor nem coibir as manifestações subjetivas e de concretização de espaços de desejos e, principalmente, de sobrevivência.

## 1.2 EVENTOS NOS ESPAÇOS PÚBLICOS: RAZÕES PARA ESTUDOS

No mundo moderno, o uso cotidiano dos espaços públicos pode ser entendido como fruto de um processo social do trabalho, e também como proveniente de desejos e necessidades do ser humano. Durante o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade, o trabalho demonstra-se como o responsável pela ampliação constante do domínio do homem sobre a natureza, que assim adquire novos significados.

A produção de sua existência é acompanhada também por produção de história, de conhecimentos, experiências e espaços. Esses espaços são, pois, decorrentes de relações sociais que se materializam em algo com possibilidades de apreensão e estudos. Expressam contradições encontradas na base da sociedade e manifestam a segregação proveniente das maneiras de como a terra é apropriada na lógica do desenvolvimento das relações sociais dentro da cidade.

A reprodução do espaço, ao mesmo tempo em que é produto histórico, é tida como realidade atual. Acontece cotidianamente sob forma de ocupação promovendo diversas paisagens, criando lugares e configurando territórios ao longo do dia.

Encarado como um dos fatores que interferem e influenciam bastante na formação da qualidade da paisagem urbana, as apropriações do espaço público geram formas, conteúdos e representações que podem ser analisadas sob diversos tipos de investigações. Entretanto, é importante anotar que o ambiente urbano é constituído também por espaços privilegiados, funcionando como espaços excludentes, alvo de disputa por lugares e territórios, seja para moradia, trabalho ou eventos como manifestações político-sociais. Sob esse aspecto, Santos (2008) refere-se a eventos como vetores das possibilidades existentes numa formação social e ainda que são, pois, todos novos. Quando eles emergem, também estão propondo uma nova história. Os eventos mudam as coisas, transformam os objetos, dando-lhes, ali mesmo onde estão, novas características. Podemos considerar as apropriações efêmeras do espaço público como eventos fugazes que surgem e recriam a forma, e o estudo destes processos poderá ajudar os planejadores no momento da distribuição espacial para uso comum, adequando estes a uma dinâmica democrática.

Essa justificativa advém do entendimento de que as rápidas transformações por que passa a cidade contemporânea são refletidas nos usos dos espaços públicos e a maneira como são apropriados merece cuidadosa pesquisa, e, ainda, que grande parte desses momentos não é incluída no planejamento da cidade, sendo assim, ultrapassam questões estruturais, funcionais e formais do meio urbano. Algumas das apropriações são frutos de uma parte da população que não se encontrou num lugar que possa atender às suas necessidades. Neste trabalho, os espaços públicos abertos são vistos como convenientes ao atendimento das manifestações de desejos e necessidades de espacialização de toda a população, traduzindo-se em contínua reinvenção do território.

Compreender as relações entre os atores cotidianos do espaço público, ou seja, os que utilizam e os que se apropriam, poderá confirmar a necessidade e a relevância

dos usos efêmeros, e conseqüente transformação da paisagem, como maneira de demonstração da vida do lugar. Este trabalho se propõe, pois, a fazer entender que existe uma interdependência entre esses eventos e a vida regular/cotidiana da cidade e, sob essa hipótese, a pesquisa foi organizada de forma que o objetivo geral fosse propiciar a compreensão dos usos transitórios do espaço público, em áreas centrais das cidades brasileiras, enquanto transformadores do lugar, promovendo a reflexão e a discussão sobre a previsão dessas apropriações durante o desenvolvimento do planejamento urbano e permitir, por meio da observação desses fatos, o entendimento da relação entre o espaço público e seus atores cotidianos.

Como objetivos específicos, espera-se realizar uma leitura da composição da paisagem urbana antes, durante e após as ocupações transitórias por ambulantes dos espaços públicos; realizar um inventário, classificando as apropriações urbanas informais, produtoras de mudanças na paisagem das áreas centrais da cidade; demonstrar o relacionamento entre os eventos de apropriações do espaço público e aspectos sociais, políticos e econômicos, bem como fornecer subsídios para estudos e planos que necessitem do conhecimento dos agentes modificadores da paisagem na cidade.

O objeto desta pesquisa compreende uma avenida de uso predominantemente comercial: a Avenida Jerônimo Monteiro em toda a sua extensão. A figura 1.07 utiliza uma imagem, adaptada do *site Google Earth*, onde evidencia-se em amarelo a Avenida Jerônimo Monteiro, e em vermelho o centro da cidade de Vitória, conforme delimitação da Prefeitura Municipal. A escolha deste lugar dentro do Centro de Vitória justifica-se por ser este um espaço carregado de muitas significações históricas, também ser uma importante via de ligação entre as regiões leste e oeste da Grande Vitória, e possuir grande diversidade de serviços e principalmente de comércio. Esses fatores indicam a existência de intensa sinergia, promovendo uma dinâmica que modifica a paisagem urbana com diversas características peculiares durante as 24 horas do dia.



Figura 1.07 – Avenida Jerônimo Monteiro: localização.  
Fonte: Adaptação Google Earth. Acesso em: 10/01/2011.

Circulação de veículos de passeio, motos, bicicletas, ônibus, movimentação de pessoas em várias direções, propagandas em mídia exterior, vitrines, camelôs e ambulantes são exemplos de elementos constituintes da paisagem cotidiana da avenida, ainda sem contar os eventos ocasionais como passeatas, comícios e manifestações artísticas. A paisagem apresenta-se, portanto, como resultado físico deste aglomerado humano, com oscilações cotidianas em sua população de usuários e ocupantes.

Nesta miríade de informações que constituem a paisagem dessa avenida comercial, anexaram-se os vendedores ambulantes, ou camelôs, ao objeto de estudo por considerá-los como elementos dotados de significativa representatividade e considerável capacidade de criar interferências na paisagem e uso do espaço urbano; e, ainda, junto com outros elementos moveis, são os que promovem a dinâmica atual deste lugar.

Assim, interessa deixar clara a definição de termos que envolvem os vendedores ocasionais que são frequentemente encontrados nas áreas centrais de nossas cidades. Os termos camelô e ambulante são utilizados, muitas vezes, como se

tivessem o mesmo significado. Comparando alguns autores, pode-se perceber algumas diferenças adotadas por eles, como, por exemplo, designar como ambulante o vendedor que se movimenta em via pública e camelô o que comercializa sua mercadoria em bancas em locais fixos, porém removíveis. Mesmo a Lei nº 6.080, do Município de Vitória, que institui o Código de Postura e de Atividades Urbanas, não deixa clara a definição e diferença entre os dois termos, considerando o vendedor ambulante, “ou expressões sinônimas”, aquele que utiliza equipamento removível para venda de produtos em vias públicas. Também o Código Brasileiro de Ocupações trata a atividade de camelô, no item 5242, como vendedor permissionário em ponto fixo, contudo, no item 5243, referencia camelô como vendedor que planeja e define itinerários. Para este trabalho, utilizei a terminologia usada na Lei nº 11.039, de 23 de agosto de 1991, que disciplina o exercício do comércio ou prestação de serviços ambulantes nas vias e logradouros públicos no Município de São Paulo, onde designa como ambulantes tanto os vendedores que exercem a atividade se movimentando com sua mercadoria junto ao corpo, como também os que utilizam equipamentos desmontáveis parando em locais públicos. Dessa forma, a legislação classifica o ambulante como: a) **Efetivos**, aqueles que exercem sua atividade utilizando o corpo como suporte para carregar sua mercadoria; b) de ponto **Móvel**, os que exercem a atividade utilizando com auxílio de equipamentos desmontáveis e removíveis, parando em locais como vias e logradouros públicos; e c) de ponto **Fixo**, os ambulantes que exercem sua atividade em barracas não removíveis em locais previamente designados de vias e logradouros públicos.

A forma mais adequada de abordagem da questão proposta para esse estudo envolve um conjunto de procedimentos que merecem ser expostos a seguir.

### 1.3 METODOLOGIA

A realização deste trabalho fundamentou-se em revisão bibliográfica e eletrônica, bem como publicações e dados buscando conceituações sobre a percepção da paisagem urbana, definições, interpretações sobre espaços público-privados em áreas centrais, ampliando o conhecimento acerca dos acontecimentos cotidianos.

Diagnóstico, feito por intermédio de pesquisa de campo marcada por visitas e fotografias dos locais das apropriações urbanas, buscando identificar e conceituar os principais tipos de montagens de ambulantes e camelôs, mapeamento destes usos procurando compreender seus deslocamentos e interferências desde o momento em que surgem ao momento em que desocupam o espaço público. Numa segunda etapa, foram feitas análises dos dados, procurando relacionar aspectos legais, formais, espaciais e sociais referentes às criações desses lugares e territórios. O conjunto de procedimentos que envolveram o método de observação participante, necessários à compreensão do objeto de estudo para que sejam alcançados os objetivos aqui definidos, encontram-se detalhados a seguir.

### **1.3.1 Introdução ao método**

Faz-se necessário, portanto, detalhar os procedimentos que envolveram a pesquisa de campo. As referências bibliográficas me fizeram entender o quão importante seria a minha participação na paisagem, e não somente a observação. Segundo o sociólogo Tim May, a observação participante pode ser conceituada como:

O processo no qual um investigador estabelece um relacionamento multilateral e de prazo relativamente longo com uma associação humana na sua situação natural com o propósito de desenvolver um entendimento científico daquele grupo (MAY, 2001, p. 177).

Assim, embora o método da observação participante seja característico das pesquisas do campo da antropologia e sociologia, foi aqui utilizado com rigor diverso daquele concernente aos estudos das sociedades e culturas.

De maneira complementar, o processo metodológico aqui utilizado foi baseado nas recomendações do arquiteto e urbanista Euler Sandeville Junior (2004), que indica que o estudo de uma paisagem comece pelo entendimento do problema, sem a preocupação de se satisfazer com um *check list*. “Frente à paisagem estamos sempre frente a critérios de recorte, inclusão e exclusão, representações e compreensões da realidade” (JUNIOR, 2004, p. 5). Diante dessa recomendação de Junior (2004), é de nosso entendimento que a observação participante constitui o procedimento mais adequado a esse estudo.

### 1.3.2 Observar e participar

O sentido da visão é hoje o sentido privilegiado. Quase tudo no mundo gira em torno das imagens, e isso faz do olho o nosso principal aparelho receptor das comunicações com o meio. Essa evidência, ou ainda, esse grau de importância dado ao olhar é entendido pelo geógrafo Antonio Carlos Queiroz Filho (2007), que o coloca em analogia com o “Mito da caverna”, de Platão, pois, segundo ele, o que temos hoje é a ideia de que a imagem de uma coisa é a própria coisa. Contudo, o autor coloca que “a paisagem é uma criação, uma forma de olhar e não a própria coisa” (QUEIROZ FILHO, 2007, p. 2).

Para experimentar o mundo, devemos incluir todos os sentidos que nos permitem medir coisas. Ainda, Queiroz Filho (2007) se utiliza da expressão “saborear o mundo” para demonstrar que temos que reconhecer que o espaço é composto por momentos e sensações como cheiros, gostos, esbarrões, piscadelas, náuseas, sons, enfim. “Experientiamos o mundo de corpo inteiro, com o estômago, com a boca, com as mãos, com o nariz, e também com os olhos” (QUEIROZ FILHO, 2007, p. 2). Reflexões semelhantes são encontradas na obra de Lynch (2007), quando anota que a paisagem urbana é composta por elementos carregados de conceitos, ícones e símbolos e, para identificar e estruturar o ambiente, muitos indicadores são usados, como: sensações de cor, forma, movimento, além dos sentidos como o olfato, a audição, o tato, a cinestesia e o sentido da gravidade.

Esses elementos, que compõem a criação de um ambiente, estão sempre se “comunicando”, promovendo o que Cullen (2008) chamou de “arte do relacionamento”. Em concordância, encontramos Junior (2004) e a arquiteta Barbara Irene Wasinski Prado (2004), que consideram a paisagem como uma “realidade relacional”, expressão da totalidade formada por elementos que interagem e por isso está na dependência do enfoque pretendido, das relações entre os objetos que a compõem e das escalas em que são investigadas. Ao se estudar a paisagem, deve-se, antes de buscar suas propriedades, interações de escalas, compreensão de processos naturais e socioeconômicos, estrutura morfológica e funcional, reconhecê-la como integrante do universo da cultura e seu sentido depende de experiências compartilhadas. Assim, ao entender a paisagem como experiência e não



apenas como um objeto ou representação, recomenda-se que seu estudo não se dê somente por via indireta, cartográfica, quantitativa ou por imagens. É preciso que exista uma participação efetiva na paisagem para que a entenda, pois paisagens são momentos compartilhados por pessoas que depositam ali suas vidas, e o pesquisador, ao contrário, permanece ali por tempo limitado e de maneira específica. Segundo o autor, “a paisagem é mais intensamente revelada a partir das pessoas que têm nela uma experiência comum (comum em dois sentidos: de corriqueiro e de coletivo)” (JUNIOR, 2004, p. 3).

### **1.3.3 O planejamento e execução**

Identificada a necessidade da participação no ambiente, a pesquisa foi planejada de forma que se pudesse vivenciar diversos momentos ao longo dos meses do período de 1 ano, com a intenção de verificar a cotidianidade das apropriações do espaço público pelos ambulantes conforme os aspectos demonstrados a seguir. Contudo, excluiu-se o mês de dezembro por considerá-lo um período de intensa movimentação atípica de fluxos ao comércio do centro da cidade devido às festas de fim de ano (Natal e Ano Novo). Nesta época, este se mostra com características que distanciam muito das encontradas nos outros meses, pois há um aumento considerável na diversificação e quantidade de produtos comerciáveis, se comparados com outras datas festivas de significância comercial como, por exemplo, dia dos pais, dia das mães e dia das crianças.

Diante disto, optou-se por iniciar as investigações a partir do mês de janeiro de 2010, devido ao fato de ser um período sem festas marcantes que envolvem o comércio. Assim, foram feitas visitas nos meses de janeiro a novembro, nos diversos dias da semana, nos períodos da manhã e da tarde. No decorrer de todas as visitas, foi possível perceber, com aprofundamento, o grau de significância que os ambulantes promovem na paisagem e, assim, uma análise comparativa com os momentos em que estas apropriações não aconteciam se fazia necessária. Porém, os únicos dias em que esses vendedores não se instalam são os domingos e feriados, quando o fluxo de movimentação de pessoas no centro da cidade diminui consideravelmente em virtude da falta de atividade dos bancos, serviços e comércio

formal nesses dias. A princípio, os dias chuvosos poderiam também ser considerados como inapropriados para a instalação de equipamentos para vendas, contudo, verificou-se que mesmo nessas ocasiões, por meio de recursos de proteção como plásticos sobressalentes, os ambulantes montam suas bancas e aproveitam o movimento das pessoas que utilizam o centro da cidade a trabalho ou por necessidades de serviços.

Todas as visitas foram acompanhadas de anotações pessoais e fotografias, que resultaram em uma sistemática para observação baseada nos seguintes enfoques:

- **Formas de espacialização:** sobre este aspecto, a intenção é observar e entender quais recursos os ambulantes utilizam para se adequar ao espaço que apropriam. Tipos de mercadorias que vendem, as estruturas para exposição dessas mercadorias, tamanhos proporcionais das estruturas relacionados com o entorno imediato e grau de interferência física no cotidiano da cidade.

- **Dias da semana:** a ideia é identificar o tipo de relação entre os dias da semana e o aumento ou diminuição do número de pessoas que frequentam, compram produtos ou passam pelo local onde está instalado o ambulante, bem como verificar possíveis modificações nas estruturas de montagem no decorrer desses dias. Seria também importante vivenciar a paisagem nos fins de semana, pois já tinha sido constatado que no sábado o fluxo de pessoas com potencial de consumo aumenta consideravelmente, e no domingo a inexistência de grande número de consumidores, aliado ao fechamento do comércio formal, não traz benefícios compensatórios à instalação do comerciante ambulante.

- **Horários em manhãs, tardes e noites:** tem a intenção de verificar como acontece a montagem e desmontagem das estruturas dos ambulantes, no início da manhã e no final da tarde, momentos estes que se traduzem em transformação da paisagem do lugar. Ainda, outra possibilidade seria entender em qual período do dia ocorre maior e menor movimentação de pessoas nos locais junto a esses comerciantes e sob quais circunstâncias.

- **Dias de sol, dias de chuva, dias claros e dias nublados:** durante as visitas nos dias com essas variações, espera-se perceber como as mudanças climáticas poderiam interferir na maneira como os ambulantes se apropriam do espaço público ao se utilizar de recursos de proteção contra o sol ou a chuva. Nesses momentos também se poderia observar diferenciações perceptivas, sugestivas de ocorrer por consequência de maior ou menor luminosidade no ambiente.

A partir desses enfoques, em janeiro do ano de 2010, foram executados dois tipos de mapeamentos. O primeiro, identificando os usos formais, volumetrias e localização de edificações com interesses de preservação, que se justifica, principalmente, pelo fato de demonstrar os conjuntos de elementos participantes da paisagem urbana e conseqüentemente relacionamentos com o objeto deste trabalho. O segundo, demonstrando localizações e tipologias de todos os ambulantes que fazem uso das calçadas da avenida, que se faz útil como complementação do entendimento do lugar e também como instrumento necessário para acompanhamento de possíveis ocorrências por parte dos ambulantes, como substituições, ausências, desocupações ou aparecimento de novos comerciantes. Esses mapeamentos constituem os únicos momentos em que houve a participação de um assistente, estudante de graduação de arquitetura, que atuou nas anotações e representações gráficas das ocupações.

#### **1.3.4 Uma análise comparativa**

Três pontos dessa avenida foram identificados e escolhidos para este estudo comparativo. Como o objeto desta pesquisa são os vendedores ambulantes que possuem instalação fixa durante o dia e não se movimentam neste período, foi utilizado como critério de escolha o potencial de modificação da paisagem que determinados grupos de vendedores proporcionam.

Quando nos movimentamos em todo o comprimento dos 1.250 m da avenida, no horário compreendido entre 8h00min e 18h30min, podemos encontrar tipos distintos de vendedores ambulantes. Destes, três conjuntos possuem características próprias, analisadas no capítulo 5, e merecem destaque quanto a sua capacidade de modificação da paisagem cotidiana do Centro da cidade.

Assim, temos que, ao percorrer a avenida desde seu início, no sentido do tráfego de veículos, pode-se identificar os vendedores do **Conjunto 1** (Figuras 1.08 e 1.09), que se instalam nas calçadas das esquinas em T de ruas secundárias, perpendiculares à avenida principal. Essas calçadas, além de servirem à circulação de pedestres, também funcionam como elemento que impede o acesso de automóveis a essas ruas. Esta região do centro onde se instalam também possui características peculiares que a difere das regiões dos outros dois conjuntos nos seguintes aspectos: o número menor de usuários que transitam perto das instalações, ao se comparar com os outros conjuntos, bem como a relação que essas instalações mantêm com o entorno imediato às mesmas, configurando-se como objeto desligado das edificações, o que possibilita a visualização dos passantes de todos os seus lados. As edificações que determinam a constituição desses espaços não possuem caráter histórico, demonstrando-se como obras de época recente e sem consideráveis atributos arquitetônicos. Os ambulantes desse conjunto caracterizam-se pelo tipo de suporte que utilizam, conformando-se por meio de uma banca estruturada com perfis metálicos e uma cobertura em plástico com cor única, azul ou amarelo, ou listras em amarelo e branco. Suas mercadorias são formadas por produtos com pequenas dimensões como bonés, capas de celulares, bijuterias, peças de eletrodomésticos e pequenos eletrônicos.



Figura 1.08 – Ambulantes do Conjunto 1.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 1.09 – Ambulantes Conjunto 1.  
Fonte: Acervo do autor.

O **Conjunto 2**, formado por vendedores com propriedades formais semelhantes entre si, instala-se em praça de significação histórica e também em esquinas em T de ruas secundárias, perpendiculares à avenida principal. Os locais dessas

instalações configuram-se como ruas que se transformaram em calçadas como fruto de readequações de usos do espaço urbano. Servem de circulação de pedestres e funcionam como ligação entre a avenida principal e ruas paralelas a esta. A espacialidade desta parte da cidade é determinada por edificações de interesse de preservação de patrimônio histórico e arquitetônico. As instalações desses ambulantes se assemelham às do conjunto 1 no que se refere à estrutura do suporte. Contudo, suas mercadorias são compostas, geralmente, por produtos com maiores dimensões como bolsas, mochilas, maletas, blusas e tênis que se misturam a outros menores como relógios, óculos e eletrônicos. Os locais em que se situam também têm características em comum no que se refere à quantidade expressiva de usuários que passam em frente a seus comércios e ao relacionamento espacial que suas bancas mantêm com as construções que os envolvem, pois geralmente suas instalações acontecem junto aos edifícios, onde estabelecem uma posição de figura e fundo.



Figura 1.10 – Ambulantes do Conjunto 2.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 1.11 – Ambulantes do Conjunto 2.  
Fonte: Acervo do autor.

O **Conjunto 3** é constituído por ocorrências características das calçadas compreendidas entre praças e esquinas de ruas secundárias. Refere-se aos vendedores que, mesmo se instalando em pontos fixos, utilizam-se de meios estruturais com menor complexidade estrutural para expor os produtos à venda. Essas estruturas apresentam-se conformadas somente por uma ou duas bancas, por vezes confeccionadas em madeira e não possuem cobertura, uma vez que se instalam sobre marquises. Suas localizações correspondem a aproveitamentos de trechos de paredes-cegas existentes entre uma loja e outra ao longo dos logradouros aqui citados. Suas mercadorias compõem-se também por produtos com

pequenas dimensões como bijuterias, capas de celulares, CDs, DVDs, carteiras, relógios, óculos e pequenos eletrônicos.



Figura 1.12 – Ambulantes do Conjunto 3.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 1.13 – Ambulantes do Conjunto 3.  
Fonte: Acervo do autor.

Para colocar em execução as observações participantes e promover os estudos comparativos que emergiram como importantes a partir do mapeamento da avenida, adotou-se o mês de novembro, devido ser este um período de dias claros, bem como época em que o comércio está em início de aquecimento em função do começo do pagamento do 13º salário aos trabalhadores, o que traz como consequência um aumento do fluxo de pessoas nas ruas e avenidas do centro da cidade de Vitória, sem ainda, contudo, atingir seu momento máximo de movimentação comercial que acontece em dezembro.

Para que ficassem claras as distinções da paisagem, com e sem a presença dos comerciantes de rua, foram produzidas imagens para o exame dos enfoques já mencionados e estas foram tratadas, eliminando-se a figura dos ambulantes.

Com base nestas identificações, foram feitas sessões fotográfica objetivando registro de imagens que mostrem os momentos em que as calçadas não estão sendo ocupadas pelos ambulantes e os que demonstrem o relacionamento comercial em si, com suas estruturas montadas, em dias distintos, domingo e quarta-feira, e horários próximos, buscando-se semelhança de luminosidade, sempre entre 10h00min e 11h00min, com finalidade de serem produzidas imagens sem grandes distorções. Assim, foram adotados dias da semana e horários correspondendo a cada um dos conjuntos citados, conforme o seguinte esquema:



TIPO	LOCAL	DIA	HORÁRIOS
<b>Conjunto 1</b>	Esquinas com Rua Dep. Nelson Monteiro e Rua Engenheiro Pinto Pacca	Domingo 07/11/2010	Entre 10h00min e 11h00min
		Quarta-feira 10/11/2010	Entre 10h00min e 11h00min
<b>Conjunto 2</b>	Praça Oito de Setembro e Esquinas com a Rua Quintino, Rua Cerqueira Lima e Rua da Alfândega	Domingo 07/11/2010	Entre 10h00min e 11h00min
		Quarta-feira 10/11/2010	Entre 10h00min e 11h00min
<b>Conjunto 3</b>	Entre a Rua Duque de Caxias e a Escadaria do Palácio Anchieta	Domingo 07/11/2010	Entre 10h00min e 11h00min
		Quarta-feira 10/11/2010	Entre 10h00min e 11h00min

A intenção dessas abordagens metodológicas foi que possibilitassem entender sob qual lógica de transformação passam os lugares centrais das cidades brasileiras, exemplificados no recorte deste trabalho, apropriados pelos ambulantes, mesmo compreendendo que estas paisagens são transformadas não só por esses agentes, mas também por outras pessoas que usam o centro da cidade de modo cotidiano, pois, conforme anotado pelo arquiteto Mário Ceniquel (1992), a paisagem deve ser interpretada como produto da interação do homem com seu meio, segundo um tipo de olhar desse meio.

## 2 A VIDA NOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Desde seu surgimento, a cidade se apresenta como sendo o resultado de relacionamentos sociais que, por necessidades de abrigo, segurança, conforto e trocas, criam lugares, delimitam espaços. Sob este contexto, pode-se entender a cidade como um fenômeno socioespacial onde pessoas se movimentam, em constantes trocas de informações e mercadorias, traduzindo a natureza da sociedade presente.

Diante deste conceito, podemos conceber o urbano relacionando as aglomerações às adaptações e identificações dos espaços. Nessa linha, Castells (2006) designa urbano como uma forma especial de ocupação do espaço para uma população, o aglomerado resultante de uma grande concentração e de uma densidade alta, onde se percebe diferenciações de atividades funcionais e sociais.

### 2.1 SOBRE O ESPAÇO

Podemos considerar como praticamente impossível conceituar o espaço de forma a atender a tantas disciplinas que o estudam. Ramos como filosofia, geografia, astronomia, física, matemática, arquitetura e urbanismo são algumas dessas que possuem conceituações particulares, mas que carregam sempre algo em comum. A importância de sua análise é exaltada pelo arquiteto e urbanista Fabio Duarte (2002) ao referi-lo como possuidor de estruturas conceituais para se pensar o mundo, pois se constitui como o primeiro elemento que tomamos contato de modo mais imediato, material ou intelectual.

O espaço, enquanto elemento geométrico, tem como fundamento básico o conceito de distância. O *Houaiss* – Dicionário da Língua Portuguesa, define a palavra *espaço* como: “distância entre duas linhas, extensão limitada entre uma duas ou três dimensões; extensão que compreende o sistema solar, as galáxias, as estrelas, o universo; período ou intervalo de tempo”. A distância também aparece na definição



de espaço no *Dicionário Visual de Arquitetura* ao afirmar que este é “um campo tridimensional que abriga objetos e eventos e tem posição e direção relativas”, e ainda se refere ao espaço pessoal como sendo “distância variável e subjetiva na qual um indivíduo se sente confortável ao conversar com outro” (CHING, 2000, p. 21, 77). Em concordância encontra-se Duarte (2002), que complementa considerando que o conceito de espaço é “fundamental para todos os outros relativos a ele (como lugar e território), ao mesmo tempo em que é apreendido de modo mais imediato pelos nossos sentidos – e instrumentos tecnológicos” (DUARTE, 2002, p. 63).

Em um contexto histórico, encontramos que, quando o historiador e crítico italiano Giulio Argan (1973) analisa o conceito de espaço na época Barroca, afirma que este conceito é uma criação histórica, e é sob esta ótica que devemos analisá-lo. Essa concepção histórica mostra que o conceito de espaço não é verificável apenas nas formas arquitetônicas, mas também na relação existente entre os conjuntos de edifícios e, conseqüentemente, no amplo desenvolvimento da arquitetura que é o urbanismo. Sob esse aspecto, verifica-se que um dos componentes que mais concorrem para a conceituação do espaço é o fato de se entender a concepção do mundo a partir da natureza e sua relação com o indivíduo e a sociedade. A esse aspecto Argan chama de naturalista.

Importante chamar a atenção que a referida relação do homem com a natureza, ou do homem com o meio, tem sido verificada através da técnica, que é considerada por Santos (2008) como um conjunto de procedimentos que o homem utiliza para realizar sua vida, produzir e criar espaço. Esse autor explica que a natureza, ao longo da história, foi perdendo seus objetos naturais, sendo substituídos por objetos fabricados, objetos técnicos, que criaram uma natureza artificial tendendo a funcionar como uma máquina. Assim, a presença desses objetos técnicos marca o espaço concedendo-lhe um conteúdo técnico, que define o espaço hoje como um sistema de objetos artificiais envoltos num sistema de ações também artificiais. Esses dois sistemas, portanto, se interagem, fazendo com que os objetos não tenham uma realidade filosófica, ou ainda, não permitam seu conhecimento se o vemos separados dos sistemas de ações. Aqui se entende como o espaço encontra sua dinâmica e se transforma: “De um lado, os sistemas de objetos condicionam a

forma como se dão as ações e, de outro lado, o sistema de ações leva a criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes” (SANTOS, 2008, p. 63).

Temos então que as atividades e os objetos urbanos estão relacionados a uma dinâmica que define “espaços” e criam “paisagens”. O arquiteto norueguês e historiador da arquitetura Christian Norberg-Schulz (2008) afirma que essas atividades são fenômenos formados pelas coisas concretas que constituem nosso mundo, se inter-relacionam de modo complexo e às vezes contraditório. Assim, alguns fenômenos podem compreender outros, e alguns fenômenos formam um “ambiente” para outros. O autor coloca um termo concreto para falar em ambiente: “lugar”. Ele diz que os atos e os acontecimentos têm lugar, pois não podemos imaginá-los sem referência e localização. Podemos pensar o lugar como sendo uma totalidade constituída de coisas concretas que possuem substância material, forma, textura e cor. Juntas, essas coisas determinam uma “qualidade ambiental” que é a essência do lugar. Então, lugar é um fenômeno qualitativo “total” e não somente uma localização.

Com essa análise, pode-se concluir que a estrutura do lugar deveria ser analisada por categorias de “espaço” e “caráter”. Para Schulz (2008), “‘espaço’ indica a organização tridimensional dos elementos que formam um lugar, o ‘caráter’ denota a atmosfera geral que é a propriedade mais abrangente de um lugar” (SCHULZ, 2008, p. 449).

Na teoria da arquitetura, o conceito de espaço não é novo, mas pode ter diversos significados. Encontramos, pois, segundo Schulz (2008), dois usos: o espaço como geometria tridimensional e o espaço como campo perceptual, porém, esse autor considera que nenhum deles é satisfatório, porque “são abstrações a partir da totalidade intuitiva tridimensional da experiência cotidiana, que podemos chamar de espaço concreto” (SCHULZ, 2008, p. 449). Assim, pode-se entender que as ações concretas das pessoas não acontecem num lugar homogêneo, mas sim em um espaço caracterizado por diferenças qualitativas.

Seja através de um ponto de vista histórico ou estrutural, a socióloga Sharon Zukin (1996) analisa que o espaço hoje é visto como um meio dinâmico que, ao mesmo

tempo, exerce uma influência sobre a história e é moldado pela ação do homem. Dessa forma, podemos entender o espaço como o meio que é produzido, reproduzido e transformado pela sociedade, e é tido pelas pessoas que o utilizam como dotado de significados emocionais e simbólicos. Assim, temos que a interpretação e a produção do espaço estão estreitamente relacionadas com a cultura.

## 2.2 SOBRE A PAISAGEM

Espaço e paisagem sempre estiveram ligados aos estudos das cidades. A palavra paisagem é utilizada habitualmente para se referir a espaço e, conforme demonstra Zukin (1996), também é usada para designar alguns fenômenos não visuais como, por exemplo, um campo institucional (“paisagem financeira”), uma construção do conhecimento (“paisagem da poesia moderna”), ou uma ordem social existente (“paisagem histórica”). Nesse estudo pretende-se que o termo paisagem, entendido como sujeito a um processo evolutivo de interpretação, esteja ligado à percepção da espacialidade (paisagem da cidade). Para tanto, servirão de bases conceituais os trabalhos da bióloga Maria Ângela Faggin Leite e da crítica de arte e filósofa francesa Anne Cauquelin por considerá-los atuais, uma vez que os conceitos sobre paisagem se demonstraram, nesta pesquisa, com constante necessidade de revisão em função da evolução da humanidade.

A despeito das diferentes abordagens adotadas pelas autoras, este estudo se apropria apenas do entendimento de ambas e dos conceitos que elaboram associados à questões da natureza, bem como interdependência desse conceito a aspectos culturais.

Nessa perspectiva, Faggin Leite (1992) aponta que desde o início de sua existência o homem possui noção de paisagem, pois a sua sobrevivência sempre esteve em dependência com o relacionamento que teve com o meio. A autora expõe que, na Antiguidade, esse sentido de sobrevivência e adaptação fez com que a paisagem ficasse reduzida a uma disposição de elementos próprios para satisfazerem as necessidades do espírito e do corpo, e “seu conjunto era sempre fragmentado,

frequentemente fechado para o mundo exterior, com o aspecto técnico dominando ou até mesmo anulando o aspecto estético” (LEITE, 1992, p. 49).

Esta autora afirma que a Idade Média marca o desenvolvimento da pintura da paisagem como um registro de diversas fases da concepção da natureza, onde o espírito humano começa a se alimentar da harmonia daquilo que o cerca. Era um desenho de paisagem mais intuitivo do que consciente, apoiando-se mais na mensagem do simbolismo e não sofisticando as imagens do cotidiano, pois havia uma preocupação com a sobrevivência do corpo neste mundo, mas também com a alma no próximo.

Com frequência, temos visto citações colocando o Renascimento como o lugar da transformação do conceito de ideia da natureza em visibilidade e conseqüente aparição da palavra “paisagem”. Conforme a geógrafa Liz Abad Maximiano (2005), o início da observação e representação da paisagem a partir do concreto no mundo ocidental foi marcado por dois fatos: os escritos de Montaigne, que relata suas viagens à Itália no sec. XVII, e as aquarelas de Abrecht Durer, produzidas no Alpes austro-italiano, de 1495 a 1505. O registro da paisagem ocorreu, também, na pintura sob o olhar de pintores como Fra Angélico, Jerome Bosch, Da Vinci. Esses fatos têm relevância porque ocorreram numa sociedade ocidental considerada como afastada da natureza. A crítica de arte e filósofa francesa Anne Cauquelin (2008) complementa que a questão da pintura está certamente na origem dessa descoberta e que os esquemas icônicos anteriores, que objetivavam situar os personagens de uma história por meio de códigos, foram diferenciados pelas pinturas com paisagem.

O modo como os eruditos artistas e os engenheiros da Renascença resolveram o problema das duas dimensões determinando leis para uma perspectiva, que, ao iludir a visão, levasse a acreditar na terceira dimensão, é uma das maneiras possíveis de encontrar um equivalente plausível do espaço no qual vivemos (CAUQUELIN, 2007, p. 13).

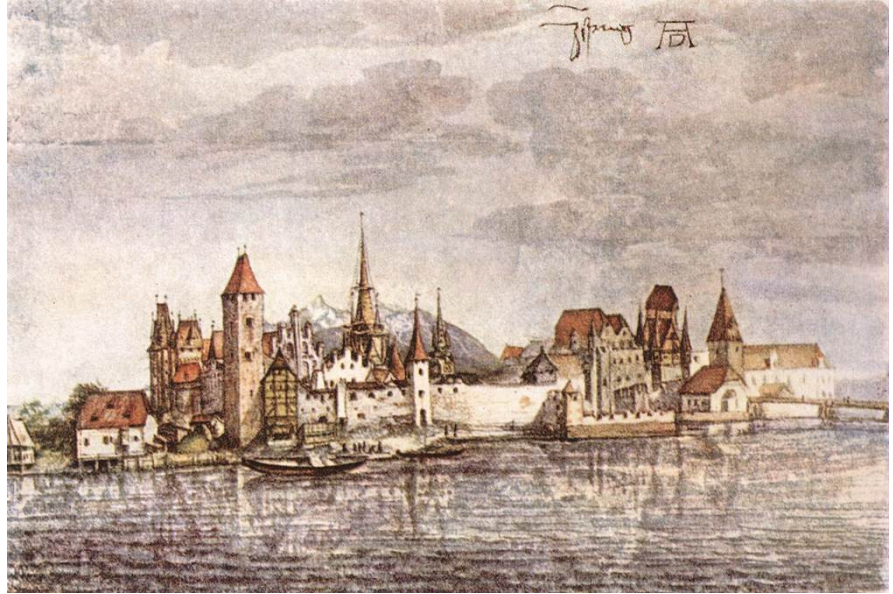


Figura 2.01 – Aquarela de Albrecht Dürer, 1495.  
Fonte: <[www.backtoclassics.com](http://www.backtoclassics.com)>. Acesso em: 07/02/2011.

Mais à frente, no sec. XVII, o naturalista alemão Alexander Von Humbolt faz referência à paisagem quando do seu interesse pela influência do clima no aspecto geral da paisagem, com enfoque na vegetação e natureza do solo, definindo a paisagem como a totalidade de uma região. Mas, no sec. XIX, o geógrafo e etnólogo alemão Friedrich Ratzel é quem vê a paisagem como resultado de um afastamento entre o meio natural e o espírito do homem, conceituando-a sob uma forma antropogênica. Conforme Maximiano (2005), em 1925 o estudo da paisagem ganha um artigo referencial, “A morfologia da paisagem”, das mãos do geógrafo norte-americano Carl Sauer. Para ele, a paisagem é como um organismo complexo e deveria ser estudada como um todo. É constituída de elementos naturais combinados com intervenções humanas em resposta ao uso que determinado grupo cultural faz da terra, não sendo somente adição de elementos, pois existe uma interdependência que fica sujeita à ação do tempo.

Leite (1992) cita o historiador inglês Barraclough, que coloca o final do ano de 1960 como a época que marcou a transição entre o período da Idade Moderna e o da Idade Contemporânea. Este momento levanta novas questões para o mundo como os problemas da pobreza e o excesso de população, e o avanço dos estudos sociológicos indicava que não era o indivíduo que constituía a unidade básica da sociedade, mas sim o grupo.

À medida que o aumento da população, da velocidade dos meios de transporte, da eficiência das comunicações, tornaram a vida mais complexa, também emergiu a consciência de que a paisagem tinha o papel de promover o encontro entre os grupos sociais, de modo que as atividades humanas se integrassem perfeitamente a um dado conjunto de circunstâncias físicas. Os valores, os hábitos e os objetivos dos usuários passaram a ditar as normas da paisagem (LEITE, 1992, p. 60).

Esse período vê surgir, portanto, estudos na área da percepção ambiental, teoria esta com grandes ligações com a psicologia e que conceitua que o comportamento social é influenciado pelas atitudes com relação ao meio ambiente, assim como é percebido. As conclusões de alguns pesquisadores foram marcantes para esses entendimentos. Kevin Lynch, em 1959, mostra estudos de como o morador urbano visualiza seu ambiente. Na mesma época, Gordon Cullen coloca que um conjunto de construções, e não uma construção isolada, é que tem capacidade de trazer reações às pessoas em deslocamento pela cidade e, assim, quando em seus estudos sobre percepção da paisagem, através de análises de identificação visual, comenta o seguinte:

Se me fosse pedido para definir o conceito de paisagem urbana, diria que um edifício é arquitetura, mas dois edifícios já seria paisagem urbana, porque a relação entre dois edifícios próximos é suficiente para libertar a arte da paisagem urbana. As relações entre os edifícios, e o espaço entre eles, são questões que imediatamente se afiguram importantes (CULLEN, 2008, p. 135).

Leite (1992) registra, ainda, que Lawrence Halprin é quem sustenta que por meio do desenho da paisagem atual é que se criam espaços para integrar as pessoas, sendo assim, considera as pessoas como a parte essencial para se criar uma paisagem.

Para Leite (1992), existe uma dinâmica social que está relacionada à criatividade das pessoas no uso dos espaços públicos e particulares. Nesse momento, essa dinâmica toma forma, a paisagem, com qualidades provenientes da organização de elementos controlados, não controlados, ou indeterminados. A autora coloca ainda que a percepção da paisagem varia a cada período histórico, mesmo considerando a estabilidade dos estímulos por meio dos cinco sentidos que despertam nossas emoções.

Cauquelin (2007), diz que existe, no atual período histórico, ou seja, no mundo contemporâneo, uma característica muito marcante: a ampliação das esferas de

atividades, que antes eram bem limitadas. O que vemos hoje é uma mescla de territórios com ausência de fronteiras entre os domínios, e essa conotação também atinge a paisagem; “sua esfera se ampliou e oferece um panorama bem mais vasto em apoio à tese construtivista” (CAUQUELIN, 2007, p. 8), o que faz com que se entenda, assim como Leite (1992), que existe uma transformação em seus conceitos de acordo com valores culturais de cada época.

Para tentar explicar a definição de paisagem, Cauquelin (2008) vai à esfera de sua gênese para mostrar que sua concepção pertence à ordem do simbólico. Entre os gregos antigos não havia palavra nem algo semelhante a que pudesse entender como “paisagem”. De fato, não se encontra nos diálogos de Platão nenhuma descrição de paisagem, nem nos filósofos nem nos historiadores. Contudo, a natureza, *physis*, aparece em diversas definições e sua importância como conceito fundamental é constantemente visto em Aristóteles.

A natureza é a energia, a dinâmica que anima os seres vivos e distribui, por economia, as características anatômicas e genéticas dadas às espécies e necessárias à sua vida e sobrevivência. Suas manifestações são visíveis, presentes em cada lugar onde crescem plantas ou se movem animais (CAUQUELIN, 2008).

Para ser compreendida, a natureza precisava, então, da ordem do intelecto e não da sensibilidade; a sua existência era para ser analisada e não para ser vista. A autora lembra que os dados dos sentidos não traziam informações da natureza, mas sobre sua aparência, porém com cautela. Por exemplo, é difícil imaginar a Grécia privada do azul do mar, que também toma conta do céu, e que se matiza de rosa ao cair da noite. Existe o fato de que a percepção das cores precisa de amostra, pois, conforme Cauquelin (2008), quem não tem a amostra (o paradigma) não tem a coisa, e os gregos não tinham amostra da cor azul. Para eles só existiam o branco, o preto, o amarelo/ocre e o vermelho, que em suas misturas serviam para descrever e pintar os objetos percebidos e, dessa forma, a ausência de toda a descrição de paisagem acompanha a outra ausência que impressionava Nietzsche: a do “azul”.

Hoje, como afirma Cauquelin (2007), o interesse pela paisagem existe associado à preocupação ecológica e, conseqüentemente, meio-ambiente se torna uma palavra-chave. A noção de paisagem e sua realidade percebida são uma invenção, um

objeto cultural, com a função de garantir permanentemente a percepção do tempo e do espaço, e essa ideia é chamada à lembrança como tentativa de repensar o planeta como eco-sócio-sistema.

Essa ligação com a natureza, analisada no contexto da pintura desde a época do final da Idade Média e início do Renascimento, reduz a paisagem a uma representação figurada destinada a seduzir o espectador por meio da perspectiva. O quadro, a harmonia emoldurada, daria acesso e estimulava todos ao interesse pelos aspectos da natureza. “Em suma, a paisagem adquiria a consistência de uma realidade para além do quadro, de uma realidade completamente autônoma, ao passo que, de início era apenas uma parte, um ornamento da pintura” (CAUQUELIN, 2007, p. 37). A autora coloca como evidente o fato de que o mundo antes da perspectiva legítima era bastante diferente do que vivemos após o sec. XV, pois a forma simbólica determinada pela perspectiva não se liga somente à arte, mas também ao conjunto de nossas construções mentais, possível de ver somente sob seu prisma.

A invenção da perspectiva, anuncia Cauquelin (2007), veio estabelecer regras de uma redução e de um ajuntamento. Toda a natureza está lá numa representação que pode ser captada num feixe visual. Contudo, essa redução só acontece se a totalidade for mantida, ou seja, uma unidade mental. Numa analogia podemos colocar que os objetos, assim como as palavras, só têm valor quando se compõem entre si. Os objetos da paisagem, analisados de forma discreta, não remetem às coisas da natureza. Precisa-se que exista uma ordenação para que sua aparição signifique natureza. A identidade dos objetos também é exemplificada da seguinte forma:

Se a árvore fosse uma árvore e simplesmente uma árvore, se o rochedo fosse apenas uma massa pedregosa de formas atormentadas, se o regato fosse água apenas, não contemplaríamos uma paisagem, mas uma sucessão de objetos justapostos. Ora, nós preenchemos essas formas com conteúdos por meio de um transporte de atributos comumente admitidos. [...] Sabemos que o carvalho é vigoroso, que é “vetusto” de toda a potência do mito, velho “como o mundo”. Nós o conhecemos como o rei das florestas, “o suporte do céu, o eixo do mundo” (CAUQUELIN, 2007, p. 154).



O enfoque da paisagem depende de referencial e de percepção particular. Quando tentamos entender a paisagem nos deparamos com a condição humana de inventar e criar. Desde o início de seu entendimento relacionado à natureza, o homem passou a reconhecer, dominar e utilizar de estratégias para apropriar-se do meio natural para seu sustento e moradia. Estava aí identificada a modelação da paisagem como forma arquitetônica.

Quando se menciona que a história de um povo é contada por sua arquitetura, deve-se incluir aí também o urbanismo, entendendo que ao longo do tempo os aspectos particulares culturais de diferentes povos se transformam e se adaptam conforme seus modos de vida, suas maneiras de habitar e trabalhar. Assim, encontramos, por exemplo, ruas que se juntaram a outras ruas ou a áreas como praças, ou áreas particulares que se transformaram em públicas com edificações que modificaram seus usos.

Fatores políticos e econômicos são apontados como os principais determinantes dessas transformações e reestruturam a lógica da produção da cidade, alterando constantemente a paisagem urbana. Compreende-se aqui que o conceito de paisagem está ligado à materialidade do espaço e que esta é percebida e modificada pelo ser humano constantemente. Apreendemos a paisagem como o instante de percepção da totalidade formada por elementos que se interagem e caracterizam particularmente o lugar. É um sistema dinâmico onde participam os elementos naturais, os seres humanos e suas ações materializadas nas construções. Esse sistema pode estar disposto harmonicamente, com sentido artístico, de forma coerente, constituindo o ambiente urbano.

A respeito da apreensão da paisagem, vale destacar a analogia feita por Gordon Cullen (2008, p. 10), quando compara a captura da paisagem, através do sentido da vista, com o momento em que quando abrimos uma porta a alguém, não é raro que se deixe entrar, além do visitante, uma rajada de vento que faz esvoaçar tudo e causa uma confusão de coisas no lugar. Assim, quando olhamos para uma coisa vemos por acréscimo uma quantidade de outras coisas.

Lamas (2007) considera, em seu estudo da morfologia urbana, a construção de toda a paisagem humanizada como ação arquitetural. Esta paisagem humanizada juntamente com a paisagem natural adquiriu, nos últimos dois séculos, qualidades figurativas muito valiosas devido a diversos fatores culturais e sociais, como o valor simbólico de determinados sítios, e também a exaltação iconográfica feita pelas artes como pintura, fotografia e literatura. Percebe-se aí a existência da emoção estética na contemplação da paisagem e a procura por sua qualidade torna-se um preceito. Sobre isto, complementa:

A paisagem humanizada e o ambiente arquitetônico são patrimônios coletivos. Os cidadãos têm direito a viver em ambientes esteticamente qualificados. O direito à qualidade da paisagem e da arquitetura é um direito social, e noutro sentido, fundamento da intervenção do arquiteto (LAMAS, 2007, p. 68).

### 2.3 SOBRE O ESPAÇO PÚBLICO

Esta parte do trabalho pretende se constituir uma reflexão sobre o espaço público urbano, buscando entender sua evolução e caracterizações enquanto ambiente favorável adequado às demonstrações de vida e relacionamento social, de modo que possa servir para embasamento teórico ao estudo sobre apropriação que se segue. Para tanto, inicia-se com uma breve contextualização histórica, útil para tentar compreender a lógica do surgimento desses espaços na constituição física da cidade atual.

Antes de qualquer percurso que se venha traçar, é importante definir o que é “público” e colocá-lo imediatamente em comparação com seu termo antagônico: o “privado”. A história das palavras “público” e “privado” é considerada pelo sociólogo Richard Sennett (1989) como uma chave para se compreender as transformações ocorridas na cultura ocidental. Em suas primeiras ocorrências em inglês, “público” é identificado como o bem comum na sociedade. Em 1470, o imperador Lucius era referenciado como ditador ou procurador do bem público em Roma. Mais tarde, 1540, acrescenta-se ao sentido de público aquilo que é manifesto e está aberto à observação geral. Em torno do século XVII, a situação de oposição entre público e privado encontrava-se semelhante ao modo como atualmente é usado. “Público”

significava algo aberto à observação por todos e “privado”, correspondendo a uma região protegida da vida, definida pela família e pelos amigos.

De forma ampla encontramos definições para público em *Houaiss* (2004) como sendo “relativo ou pertencente a uma coletividade; relativo ou pertencente a um governo, estado, cidade, etc.; conhecido por todos; aberto a quaisquer pessoas; à vista de todos” (HOUAISS, 2004, p. 606). Para privado temos a mesma edição definindo como “particular; íntimo, pessoal”. De forma semelhante vamos encontrar Abbagnano (2007) se referir a público como algo em que todos podem participar, ou seja, fora do âmbito pessoal. Assim, a palavra “público” é definida como:

Adjetivo em sentido filosófico (especialmente por escritores anglo-saxões) para designar os conhecimentos ou os dados ou elementos de conhecimento disponíveis a qualquer pessoa em condições apropriadas e não pertencente à esfera pessoal não verificável da consciência. Nesse sentido, é público o que Kant denominava objetivo: aquilo de que todos podem participar igualmente, podendo, portanto também ser expresso ou comunicado pela linguagem (ABBAGNANO, 2007, p. 954).

Nesta ótica os espaços públicos são aqueles, considerados como de todos, e conformam-se como uma parcela de grande consideração dimensional relativa às demais áreas das cidades, até porque no universo das sociedades urbanizadas é onde vivem hoje agrupadas a maioria das pessoas.

### **2.3.1 Espaço público: estrutura**

A vida nas cidades se traduz nas atividades exercidas pelo homem, quer nos momentos individuais, particulares ou nos momentos de participação comunal, coletiva, social. Podemos, também, identificar a vida urbana por meio dos eventos cotidianos, acontecimentos nos espaços públicos.

Para a filósofa Hannah Arendt (2009), o entendimento de espaço público está diretamente associado à vida pública existente na cidade-estado da Grécia e na República romana. Ela diz que o termo “social”, inerente às questões públicas, tinha, originalmente, claramente uma acepção política, embora limitada, indicando certa aliança para um fim específico. Somente começa a adquirir o sentido geral de

condição humana fundamental com o surgimento do conceito de *societas generis humani*, uma sociedade da espécie humana. Nem Aristóteles nem Platão ignoravam o fato de que o homem não pode viver longe da companhia dos homens, porém, não consideravam que tal condição era característica especificamente humana. Conforme o pensamento grego, a capacidade de organização política é oposta a essa associação natural, cujo centro é formado pela casa (*oikia*) e pela família. Com o surgimento da cidade-estado, o homem percebera que recebeu, “além da sua vida privada, uma espécie de segunda vida, o seu *bios politikos*” (ARENDDT, 2009, p. 33). Para a autora, a vida pública, em sua origem, era formada por duas atividades políticas: a ação (*práxis*) e o discurso (*lexis*), dos quais surge a esfera dos negócios humanos e que, com a experiência da *polis*, possibilitou ênfase cada vez maior para a prática do discurso entre os cidadãos livres.

As concepções atuais sobre espaço público convergem para que sejam associados à situação de liberdade de ações, dos acontecimentos, dos eventos. Para o estudo e análise dos espaços onde os eventos acontecem nas cidades, é conveniente lançar mão de uma classificação, organizando-os segundo algumas características. Hertzberger (1999) os classifica da seguinte maneira: os espaços públicos são áreas acessíveis a todos e a qualquer momento, locais onde acontece a vida social; sua manutenção é executada pela coletividade. Os espaços privados são aqueles onde acontece a vida introvertida, individual; o acesso é determinado por somente uma pessoa ou um pequeno grupo que tem a responsabilidade de mantê-lo. Numa situação de intervalos podemos ter, ainda, os espaços semipúblicos e os semiprivados, onde o acesso é gradualmente limitado.

Podemos perceber, no meio urbano, os espaços públicos abertos vistos como espaços livres à escolha e às ações espontâneas dos cidadãos. São dotados de acessibilidade pública, construídos para atividades sociais, de lazer e de trabalho. Os espaços abertos públicos são palcos para a realização de diversas atividades: circulação, comércio, passeio, recreação, contato com a natureza, socialização ou simplesmente observação da vida que neles acontece. E é basicamente por meio dessas manifestações comportamentais que ocorre a apropriação desses espaços e, conseqüentemente, da cidade. O maior desses espaços, ou o que existe em maior contiguidade, é o espaço das ruas – hoje tendo como função principal a

circulação de veículos e pedestres – que junto com as praças e parques configuram-se como espaços abertos e apropriados para convivência e permanência. Temos, assim, o âmbito espacial público básico onde acontece grande parte dos relacionamentos da vida pública urbana.

Do relacionamento entre espaço e sociedade resultam as diversas maneiras de usar os espaços urbanos, e sobre este aspecto o sociólogo Henri Lefebvre (2008) entende a cidade como um local de confrontos e de relações, às vezes conflitantes, entre desejo e necessidade, satisfação e insatisfação, e até descreve a cidade como “*lugar do desejo*”. Nestas reflexões sobre a cidade, Lefebvre aponta para a obrigação de redefinir as formas, funções, estruturas e também as necessidades sociais próprias da sociedade urbana.

As necessidades sociais têm um fundamento antropológico; opostas e complementares, compreendem a necessidade de segurança e a de abertura, a necessidade de certeza e a necessidade de aventura, a da organização do trabalho e a do jogo, as necessidades de previsibilidade e do imprevisto, de unidade e de diferença, de isolamento e de encontro, de trocas e de investimentos, de independência (e mesmo isolamento) e de comunicação, de imediaticidade e de perspectiva a longo prazo[...]. A estas necessidades antropológicas socialmente elaboradas (isto é, ora separadas, ora reunidas, aqui comprimidas e ali atrofiadas) acrescentam-se necessidades específicas, que não satisfazem os equipamentos comerciais e culturais que são mais ou menos parcimoniosamente levados em consideração pelos urbanistas. Trata-se da necessidade de uma atividade criadora, de obra (e não apenas de produtos e de bens materiais consumíveis), necessidades de informação, de simbolismo, de imaginário, de atividades lúdicas (LEFÈBVRE, 2008, p. 105).

Essa abordagem revela que os espaços concebidos e criados considerando estas questões mostram qualidades que podem proporcionar maior ligação e interação com seus usuários.

Para comprovação dessa assertiva vale retroceder um pouco na história para demonstrar a utilização de seus espaços públicos tentando relacioná-los às apropriações por agentes ligados ao comércio, numa tentativa de aproximação aos ambulantes. Nessa análise histórica, serão expostas algumas formas de utilização desses espaços, desde as civilizações antigas de Grécia e Roma até a época atual.

### 2.3.2 Vida pública na cidade antiga

Na Grécia da Antiguidade – entre 2000 a.C e 500 a.C -, era notória a prioridade dada aos espaços, edifícios e lugares públicos em relação ao tecido residencial, decorrente certamente do sistema social. Enquanto os lugares públicos concentravam grandes esforços coletivos e artísticos, os apelos para o tecido residencial eram contidos numa grande modéstia, o que se percebia em Esparta, onde eram proibidos ornamentos nas portas das residências. O centro, que se forma a partir do santuário, é o principal espaço da cidade. Em volta do santuário situa-se a “Ágora” – a praça – com edifícios de funções administrativas e jurídicas.

Para os gregos, conforme o geógrafo sino-americano Yi-FuTuan (1980), a vida pública era um grande prazer, em oposição à vida privada, a qual viam ligada aos monótonos e irrelevantes ciclos da natureza orgânica e, mesmo entendendo as atividades da esfera privada da vida familiar como essencial, preferiam deixá-la para aqueles que não alcançavam a dignidade humana, ou seja, as crianças, mulheres e escravos. Tal fato refletia na arquitetura, demonstrado no contraste entre a grandiosidade dos prédios públicos e as modestas construções privadas.

As ruas, em sua maioria, eram limitadas por muros lisos de casas voltadas para o interior, contudo algumas dessas ruas possuíam agrupamentos de atividades especializadas como marceneiros, oleiros, escultores. Mas era na praça do mercado o local em que os atenienses usufruíam do sabor da vida urbana.

As atividades de comprar e vender se mostravam bastante barulhentas em razão de pessoas pechinchando os preços e vendedores anunciando suas mercadorias. Os produtos eram vendidos em bancas que se caracterizavam pelo que vendiam, o que servia de ponto de referência para encontros com amigos, podendo ser na barraca “de peixe”, ou “de queijo” ou “de figos”. A área central de comércio possuía, ao redor, lojas de “barbeiros, perfumistas, sapateiros, seleiros e vendedores de vinho. Em sua vizinhança estavam os peristilos sombreados” (TUAN, 1980, p. 207). Após as compras, o cidadão se entregava a ocupações mais ociosas como encontrar os amigos e conversar sobre as notícias do dia, política ou “questões abstratas”.

As discussões frequentemente se realizavam na barbearia, na sala de espera do médico ou em qualquer outra loja, transformando-as, assim, em um tipo de clube ou sala de aula. Assim Tuan retrata o restante do dia grego:

Após o almoço, o cidadão podia visitar um ginásio para fazer exercícios e também conversar. O ateniense, rico ou pobre, se levantava ao amanhecer e se recolhia cedo. A noite era tranquila e aqueles que desejassem estudar ou ultimar negócios ficavam acordados até tarde e trabalhavam à luz de candeia. Demóstenes preparava todos os seus discursos após o escurecer (TUAN, 1980, p. 207).

No que concerne às cidades da época romana, Tuan (1980) coloca uma palavra que as caracterizam com intensidade: contraste. A Roma Imperial mostrava uma grande distância entre a “magnificência dos lugares públicos” e as condições de vida miserável por que passava sua população, que no sec. II ultrapassava 1 milhão. Ostentosos monumentos e edifícios contracenavam com uma rede de becos lúgubres e cortiços deteriorados. Diferente de Pompeia, as ruas de Roma não tinham pavimentação e eram comuns a sujeira e os dejetos de casas poluindo-as diariamente.

Mesmo com a estratificação da sociedade, da grande distância entre pobres e ricos e o tamanho da cidade, não se encontrava em Roma um zoneamento social e ocupacional. O conceito de “distrito apropriado” não fazia parte de Roma nesta época, onde patrícios e plebeus se misturavam em todos os locais. Oficinas, indústrias e operários encontravam-se presentes em todos os cantos da cidade. Casas simples e casas suntuosas se alternavam com armazéns e moradias de operários. A cidade se mostrava barulhenta devido a ruídos provenientes de ferramentas, gritos e palavrões dos trabalhadores. Tuan mostra como Carcopino descreve com fidelidade a intensa animação de Roma após o amanhecer:

Aqui barbeiros fazem a barba de seus fregueses no meio da rua. Lá os mascates de Transtiberina passavam trocando seus pacotes de fósforo de enxofre por berloques de vidro. Acolá, o dono de uma casa de pasto, rouco de chamar os ouvidos surdos, exhibia suas salsichas na panela. Professor e seus alunos ficavam roucos de tanto gritar entre eles. Em um lado, um trocador de dinheiro tilintava suas moedas [...] em uma mesa suja, em outro um moedor de ouro em pó o malhava com seu brilhante macete, na sua pedra desgastada. Nas esquinas se formavam círculos de ociosos boquiabertos, ao redor de um encantador de serpentes; por toda parte ressoavam os martelos dos remendões e as vozes trêmulas dos mendigos invocavam o nome de Bellona ou repetiam suas desventuras e desgraças

para comover o coração dos transeuntes (CORPINO apud TUAN, 1980, p. 210).

O entardecer não era sinônimo de paz, pois a partir do pôr do sol as carroças estavam autorizadas a transitar pela cidade, o que gerava outros tipos de barulho (no tempo de Cesar, as carroças foram proibidas de circular nas ruas, desde o amanhecer até ao entardecer, com o intuito de diminuir graves congestionamentos de tráfego em Roma). O povo procurava aproveitar os lugares, relativamente tranquilos no centro de Roma, como os foros e as basílicas que eram abertos ao público após as audiências. Nesse sentido das amenidades, os banhos eram equipamentos de grande valor para todas as classes ao proporcionarem relaxamento e outros prazeres. Havia termas com programas complexos dotados de “todo tipo de banho, lojas, jardins, passeios, ginásios, salas de massagem e até biblioteca” (TUAN, 1980, p. 210).

Grande parte da população romana situava-se em faixa de muita pobreza. Contudo, desfrutavam de variedade de divertimentos e se viam, assim, em melhor situação do que os camponeses que tinham suas vidas incolores e trabalho sem remuneração. Qualquer plebeu que vivia na cidade tinha acesso à animação da *palaestra*, os banhos, e os banquetes e espetáculos públicos, além das esmolas dos ricos.

As afirmações de Tuan (1980) se confirmam nos estudos de Funari (1993), ao enfatizar que o espaço público em Roma tinha como principal característica a sua preparação para grandes multidões. Constroem-se os teatros, as termas, os mercados, os circos, numa escala e dimensões nunca antes conhecidas (Figura 2.03). A atuação dos políticos era bastante evidente desde épocas de eleições, e espaços da cidade eram aproveitados para comícios e outras atividades de campanha para o voto. As eleições romanas são conhecidas também por meio de seus cartazes, que faziam parte da paisagem urbana deste período. Esses cartazes eram pintados nas paredes, em grande numero, e também espalhados por toda a cidade (FUNARI, 1993).





Figura 2.03 – Reprodução de um anfiteatro em Pompeia, 59 d.C., onde nota-se internamente as atividades de grandes espetáculos, e no espaço público a briga entre torcidas. Em frente à escada de acesso às arquibancadas percebe-se a presença de banquinhas de comidas e bebidas.  
 Fonte: Museu Nacional Arqueológico de Nápoles.

Ao se analisar a cidade Medieval percebe-se que a vida na rua possuía as mesmas características ambientais como em Roma antiga, ou seja, “o mesmo apinhamento, atividade, barulho, cheiro e cor produzindo uma intensa animação e confusão que nos tempos modernos só são encontrados nos bazares das cidades africanas orientais” (TUAN, 1980, p. 211). Mesmo não se igualando aos grandes espetáculos da Roma imperial, a pompa pública tinha continuidade e eram colocadas em execução em todas as celebrações e ocasiões sagradas. Tuan exemplifica que as celebrações do dia do Prefeito, em Londres, continuava em repetição na Páscoa, no Pentecostes, no verão e nos dias santos.

Edifícios e casas comuns, tanto em mobiliário interno como externo, usualmente exibiam nuanças brilhantes, e o mesmo acontecia com os trajes de homens e mulheres. Durante uma festa, a rua medieval mantinha uma intensidade de vida, um bombardeio dos sentidos, que dificilmente o homem moderno pode imaginar (TUAN, 1980, p. 211).

As ruas e avenidas continuavam com reduzida dimensão na largura e nas implantações das construções. Eram concebidas para se andar a pé ou com animais de carga, servindo de circulação e acesso aos edifícios públicos, e ainda eram densamente usadas como local de encontro das classes altas e baixas. Moradores, artesãos e comerciantes desfrutariam do mesmo espaço. A estrutura da cidade Medieval acontecia como local de visualizações fechadas por muros, não existindo separação espacial das funções, posição social ou classes. A partir dos sec. XI e XII, a pavimentação passa a ser utilizada com frequência e funciona, assim, como extensão do mercado, onde se negocia, se compra e se vende.

Os grandes espaços abertos podiam ser vistos distribuídos ao redor das igrejas, onde, além do cemitério, havia disponibilidade de espaço para funcionar a feira. O mercado, então, corresponde à principal razão da cidade como lugar de trocas e serviços, e sua posição varia, desde o adro da igreja ao centro da cidade, ou junto a uma das portas. É o principal espaço aberto e público do meio urbano. O barulho tomava conta das ruas, desde o amanhecer até o entardecer. Iniciava-se o dia com os sinos chamando para a primeira missa e, após, eram percebidos os pregoeiros, por diversos locais, propagando que os banhos já se encontravam abertos. Os gritos seguintes eram dos vendedores de peixe, carne, mel, cebolas, queijo, roupas usadas, flores e pimenta, que se misturavam aos anúncios de outros serviços.

Os frades mendicantes e membros de outras ordens andavam por todas as partes procurando esmolas. Os pregoeiros oficiais anunciavam os falecimentos e qualquer notícia. As indústrias contribuía com sua parte para a cacofonia total. Em Jena foi registrado que um certo tanoeiro costumava-se levantar à meia noite e fazia tanto barulho ao colocar os aros nas barricas que punha em perigo a saúde de seus vizinhos, devido à constante perda de sono. Os estudantes que tinham que estudar reclamaram e algumas vezes tiveram êxito em expulsar de suas casas um ferreiro ou tecelão que fazia barulho (TUAN, 1980, p. 214).

Nas cidades medievais encontramos, assim, o largo do mercado, o adro em frente à igreja ou outros pequenos espaços vazios que não são ainda verdadeiras praças. O espaço que poderia se designar de praça é geralmente irregular e resulta mais de um vazio aberto na estrutura urbana do que de um desenho prévio, ou, ainda, um largo de geometria irregular, mas com funções importantes de comércio e reuniões sociais.

### 2.3.3 Vida pública na cidade moderna

É no Renascimento que a praça se configura em definitivo na estrutura urbana adquirindo seu estatuto até fazer parte obrigatória do desenho urbano nos sec. XVIII e XIX. Seu principal atributo é que a distingue de outros espaços vazios dentro da cidade é o fato dela reunir a ênfase do desenho urbano como espaço coletivo de grande significado. Para o arquiteto e pesquisador José Garcia Lamas (2007), no ocidente, a praça é entendida como a vontade e o desenho de uma forma e um programa, um lugar intencional do encontro, da permanência, dos acontecimentos, das práticas sociais, de manifestações da vida urbana e comunitária e, conseqüentemente, de funções estruturantes e arquiteturas significativas. Este espaço público é um elemento de grandes permanências em algumas cidades.

Portanto, além do surgimento da praça como intenção definida, ainda muita mudança ocorreu na qualidade da vida na rua entre os fins da Idade Média, meados do sec. XV, a partir das novas ideias do Renascimento e o sec. XVIII. As novas propostas falavam de amplas perspectivas visuais, maior facilidade de circulação de carroças e carruagens, melhor fluidez para movimento de tropas militares. Conforme Lamas (2007), a rua no Renascimento e no Barroco se estrutura num percurso retilíneo, mantendo a função de acesso aos edifícios, mas pela primeira vez será eixo de perspectiva, traço de união e de valorização entre elementos urbanos. Deixa de ser apenas um percurso funcional para se tornar também um percurso visual, decorativo, próprio para deslocamento de carruagens e organizador de efeitos cênicos e estéticos. Na época renascentista, a rua é vista como um importante elemento no sistema de circulação até se tornar, no período Barroco, um cenário – corredor para grandes movimentações, cortejos, procissões e paradas, contudo, a variedade e os estímulos sensoriais permanecem o mesmo. Como visto, a praça deixa de ser um vazio na estrutura urbana e passa a ser entendida como um recinto ou um lugar público especial, onde se concentram os principais edifícios e monumentos. A praça adquire valor funcional e político-social e, também, grande valor simbólico e artístico, além de participar como cenário, espaço embelezado, lugar para manifestação de vontade política e de prestígio.

No que diz respeito ao surgimento de materiais que poderiam interferir no espaço urbano, Tuan (1980) conta que o vidro foi uma das notáveis inovações, aumentando consideravelmente o comportamento nas ruas. Mas talvez a grande transformação tenha sido em decorrência da introdução dos veículos com rodas, o que ocasionou como medida de proteção, a demarcação de caminhos dos pedestres por meio da colocação de postes.

A Londres do sec. XVIII mostrava suas ruas calçadas, sendo que as mais importantes com paralelepípedos. Era fato comum os comerciantes terem um menino na calçada gritando como recurso de convite para comprar, uma vez que tinham que competir com mascates ou vendedores ambulantes. Tuan (1980) recorre a Rosamond Bayne-Powel, que, em sua obra *Eighteenth Century London Life* (1937), retrata o quadro de apropriações das ruas de Londres dessa época:

A vendedora de maçãs ou a mulher das tortas instalavam suas barracas onde queriam, o vendedor de chapéus com várias caixas penduradas em uma vara colocada sobre seus ombros entupia a estreita rua, os consertadores de foles e cadeiras faziam seus consertos na rua. Homens e mulheres mascateavam tortas duras e pó de argila, capachos e agriões, pães de gengibre bem condimentados, peras verdes (as primeiras da estação), apregoando seus produtos à medida que passavam. O tratador de urso com seu infeliz animal artista avançava desajeitadamente pela rua. Fazia frequentes paradas nas esquinas para oferecer seu espetáculo, bloqueando a rua e assustando os cavalos. O homem do teatro de fantoches também aparecia e se instalava em qualquer lugar que pudesse reunir uma multidão para assistir a representação dos marionetes e as palhaçadas do Sr. Punch (POWELL apud TUAN, 1980, p. 216).

Além dos tumultos e das cores da rua, a cena se completa com grandes letreiros metálicos, que em 1750 atingiam dimensões tão grandes que prolongavam as fachadas dos prédios e também produziam barulhos com o vento, aumentando o ruído geral do espaço público.

Conforme Sennett (1989), no século XVIII, tanto em Paris como em Londres, ampliou-se o sentido de quem era o “público” e onde se estava quando se saía em “público”. Os burgueses tinham menos preocupação em encobrir suas origens sociais, já que havia um número muito maior de burgueses. A palavra “público” já significava não apenas uma região da vida social localizada fora da família e dos amigos íntimos, mas esse domínio público incluía uma grande diversidade de

peças, onde grupos sociais complexos e díspares entrariam em contato de forma incontestável. A capital, portanto, era o centro dessa vida pública. O crescimento das cidades relacionava-se diretamente com o desenvolvimento das redes de sociabilidades, aumentando os locais onde estranhos podiam se encontrar com regularidade.

Assim, sob este contexto, as novas avenidas se multiplicaram por toda a Europa a partir da Itália. Muitas das cidades que adotaram as novas ideias transformaram-se em pontos de encontro, tendo sido o principal elemento da transformação urbanística promovida por Haussmann na reforma de Paris no séc. XIX. De acordo com Arantes (2000), os interesses de capital foram o ponto de interesse principal nas reformulações de Paris, e por isso Haussmann expulsa seus antigos habitantes do centro e implanta na cidade uma forma decomposta em setores, aberta tanto para a circulação de mercadorias como de tropas do exército contra barricadas. Esses atos vêm a favorecer também a discriminação social, “afirmando a vontade de poder da cidade como forma especulativa” (ARANTES, 2000, p. 120). Nesta época, a cidade se caracterizava como cidade aberta, do movimento, da separação e da mobilidade social. Nas décadas finais a cidade já aparecia como um todo portado de unidade.

É dessa época a construção de enormes parques urbanos, as primeiras tentativas de abrir ruas adequadas à finalidade de passeio de pedestres como uma forma de lazer. Surgem os cafés (*coffeeshouses*) e em seguida os bares e as paradas de diligências tornaram-se centros sociais. É época também em que o teatro e a ópera abrem-se ao grande público, graças à venda aberta de ingressos, substituindo o antigo costume onde os patrocinadores aristocráticos distribuían os lugares. As comodidades urbanas difundiram-se ultrapassando o círculo das elites e alcançaram até mesmo as classes operárias que começaram a adotar alguns hábitos de sociabilidades, como passeios em parques, antes local exclusivo das elites.

Os espaços abertos e parques arborizados, apesar de existirem em cidades antigas, somente no séc. XIX é que foram construídos para uso do público em geral. Até então os jardins arborizados, em sua maioria, eram de propriedade do rei, da nobreza e da igreja. Nesse momento aparece, na Europa e Estados Unidos, um

pensamento que dá muita relevância a reservas de áreas públicas para lazer e esportes nas áreas próximas dos centros das cidades, promovendo a melhora das condições de saúde da população e convívio social.

Nem sempre as ideias que propagavam novas formulações para espaços públicos eram entendidas como apropriadas à utilização. Sobre esse aspecto, Arantes (2000) conta que ao final do século XIX, Camillo Sitte via o urbanismo dotado de uma perda do sentido estético e social das antigas praças. As praças tradicionais haveriam de servir de modelos para os novos espaços abertos, carregados de sentido público. Deveriam demonstrar-se como o espaço interno de uma casa, conjugando interioridade e exterioridade no mesmo ambiente, e de ser ao mesmo tempo aberto e fechado. Naquele período, as praças criadas refletiam espaços superdimensionados, sem vida, desérticos, sem pontos de referência, inapropriados para o uso coletivo.

Mais tarde, alguns planejadores, com base nas formas antigas, realizaram estudos dos espaços abertos, utilizando formas geométricas e tentando, assim, criar padrões de espaços agradáveis e com algum significado para a população.

Diversos lugares do mundo, nesse momento, já eram influenciados pela Europa, e o continente americano, não fugindo à regra, absorveu essa noção de grandes espaços e dimensões. Contudo, o sucesso dos novos planos não chegou junto com as adaptações, talvez por não existir uma conexão direta com áreas adjacentes com muitos usos e grandes densidades, como acontecia com os “*boulevards*”, que propiciavam grande dinamismo e efervescência à vida pública.

A Europa do sec. XIX se vê envolvida por um grande movimento da população do campo para a cidade. Esse fato intensifica os problemas urbanos, exigindo uma nova postura que tente contornar ou antecipar os problemas gerados pela aglomeração urbana.

Nas cidades pré-industriais, conforme explica Tuan (1980), eram comuns os dias em que as ruas, com exceção das residenciais, ficavam lotadas de gente. Contudo, foi nas primeiras décadas do sec. XX que o ato de andar a pé na locomoção cotidiana

foi sendo substituído pelos veículos a motor. Tal fato fez com que as cenas de rua também fossem percebidas do interior do automóvel em movimento. O uso do automóvel trouxe, paulatinamente, transformação no aspecto da cidade e na relação do homem com o meio ambiente. Los Angeles, que passou a ser considerada a cidade do automóvel, viu seus traços característicos serem reproduzidos em diversas cidades. Assim, o novo veículo fez com que as residências ficassem mais espalhadas, o comércio descentralizado, os bondes caíssem em desuso e os carros particulares apropriassem uma grande parte do transporte e movimentos urbanos e rurais.

O início do sec. XX se mostrou influenciado pelas ideias modernistas ou funcionalistas, o que proporcionou a produção da cidade planejada, provocando profundas mudanças no meio urbano, principalmente até os anos 70. Os planos propunham dotar de grandes extensões gramadas os espaços entre os edifícios, pois estes seriam os melhores locais para recreação e atividades da vida social dinâmica. O que se percebeu foi o contrário, pois as grandes distâncias entre pessoas, eventos e funções, somadas a sistemas de transportes baseados no automóvel, contribuíram para reduzir as atividades externas nestas áreas construídas sob a ótica modernista. O funcionalismo, ao introduzir grandes espaços verdes, sem função específica, promove a separação das funções urbanas e os espaços públicos esvaziam-se das atividades das pessoas.

Essas ideias hoje são vistas com muitas críticas, no sentido de que, na falta de um entendimento das reais necessidades e dos comportamentos humanos, os edifícios foram construídos isolados da paisagem, concorrentes entre si, não fazendo parte de um tecido de ruas, quadras, espaços abertos viáveis, e comumente resultaram em espaços abertos sem atrativos, sem qualidades, de baixa utilização. No conjunto, a integridade da rua também ficou comprometida devido à verticalização das edificações, assim como a tendência a uma velocidade incompatível com a segurança e a circulação de pedestres. Hoje, vemos novas ideias de pesquisadores e planejadores que se preocupam com o bem estar social e intelectual do cidadão. Confirma-se que a cidade tem que estar relacionada com a imagem que este cidadão percebe da mesma. E confirma-se também o interesse na “recuperação do prazer sensorial da arquitetura e do espaço urbano” (LAMAS, 2007).

O que se pode perceber é que o traçado das ruas é um dos elementos que mais facilmente identificam a forma de uma cidade, e relaciona num alto grau de importância com os deslocamentos e mobilidades das pessoas e mercadorias. A rua é, assim, o espaço público por excelência, oferecendo, sob diversos formatos, variedade social e experiências necessárias à vida dos indivíduos. A investigação da percepção deste e de outros locais públicos merece bastante atenção. O espaço público pode ser percebido como um ambiente global contínuo, e seu cenário constitui-se, de maneira mais relevante, pelo traçado das ruas e praças e pelos elementos que as compõem, pelas fachadas, vegetação e, ainda, espaços públicos interiores (como estações de metrô e rodoviárias, por exemplo) (LAMAS, 2007).



Figura 2.04 – Espaço público no centro da cidade de Vitória, ES (2010).  
Fonte: Acervo do autor.

## 2.4 APROPRIAÇÃO DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

A apropriação dos espaços públicos na cidade se dá em decorrência de ações comportamentais tais como recreação, comércio, circulação. As mudanças induzidas pelo aumento do tamanho das cidades mediante a valorização da privatização da vida, admissão de novas tecnologias, troca dos lugares de compras da rua para



locais fechados e insuficiência de espaços para brincar e para socializar, são consideradas como de grande perda, já que o sistema de espaços públicos pode ser agregador de indivíduos e pode ajudar na conexão destes com a comunidade e com a natureza.

A relação do espaço público na cidade com o próprio meio, conforme Mendonça (2007), encontra-se vinculada aos aspectos físicos, naturais e/ou construídos e, por meio de seu desenho, possibilitam uma correspondência à imagem de determinado lugar, cidade, região ou país. A autora identifica ainda, na construção dessas formas, a presença de aspectos socioeconômicos e que estes, na medida em que se encontram relacionados à forma do ambiente urbano, determinam o envolvimento de pessoas, suas intenções e seus desejos.

Ainda, de acordo com Mendonça, as apropriações do espaço público nem sempre se traduzem em inadequações ou evidências de marginalidade. Ao contrário, pode se demonstrar como uma “capacidade de melhor aproveitamento das infraestruturas públicas e fornecer subsídios que alimentem o projeto e a construção futura de ambientes dessa natureza” (MENDONÇA, 2007, p. 126). Ao citar Santos e Voguel (1985), que identificam as apropriações do espaço público como engrenagem de um “mecanismo de defesa e superação” dos habitantes aos planos e modelos urbanísticos, Mendonça complementa que essas apropriações funcionam como algo que possibilita mais abrangência no entendimento das necessidades e desejos da população e sua relação com a cidade.

Para o crítico cultural Fredric Jameson (1996), a segunda metade do sec. XX se mostrou caracterizada por uma sociedade de consumo, onde foram criadas necessidades aparentes, satisfeitas por objetos de desejos carregados de simbolismo social. A fragmentação e as grandes produções de cultura para o consumo fazem parte desse momento, onde tradição e história se perdem, trazendo em evidência um mundo sem profundidade e sem distinção entre o real e o imaginário. Os espaços destinados ao lazer passam a ser os locais onde mais se evidenciam esse fato e onde se percebe a apropriação do espaço público. São exemplos os parques temáticos, locais de turismo, os *shoppings centers* (local de brilho artificial e prazer participativo transitório), e a maneira fragmentada e distraída

como é assistida a televisão cotidianamente (HARVEY, 1998). É notável que a falta de tempo e interesse sejam o caminho condutor para que os lugares tenham de ser encontrados prontos para serem consumidos sem que possam ser valorizados, personalizados, admirados.



Figura 2.05 – Espaço público na cidade do Rio de Janeiro, RJ (2010). Na cidade contemporânea o ritmo da vida é determinado por um maior aproveitamento do tempo, numa velocidade que diminui distâncias, impondo lugares prontos a serem consumidos.  
Fonte: Acervo do autor.

Essa visão é compartilhada com o geógrafo Angelo Serpa (2007), que aponta o lazer e o consumo das novas classes médias no mundo ocidental como os “motores” de complexas transformações urbanas, capazes de modificar áreas industriais, residenciais e comerciais decadentes, desenvolvendo novas atividades de comércio e de lazer festivo. Investir em espaços públicos visíveis vem a ser a palavra de ordem nas grandes cidades do Brasil, graças a parcerias entre poderes públicos e privados. Para ele, estamos vivendo uma era de gosto pelo gigantismo e pelo espetáculo, onde os parques públicos se abrem mais para o mundo urbano exterior.



Figura 2.06 – A atividade comercial toma conta do espaço público do entorno da Rua 25 de Março, na cidade de São Paulo, SP.  
Fonte: Acervo do autor.

Outra questão que envolve a apropriação de espaços públicos é o fato de que este é um problema que afeta todas as cidades sem distinção de classes. Alguns casos no Brasil mostram condomínios que ocupam terrenos com *playgrounds* e áreas de lazer, e escolas e faculdades particulares que avançam seus muros alguns metros mais à frente para abrigar mais laboratórios e salas de aula.

A privatização de ruas e acessos restringe o movimento de passantes, canaliza percursos e provoca a desertificação de muitas áreas públicas nas periferias urbanas. Com o confinamento dos moradores nos prédios dos conjuntos habitacionais populares (onde eles existem), agrava-se a questão das drogas e aumenta a violência urbana; decreta-se (muitas vezes de modo irreversível) a morte dos espaços públicos. Nas ruas das áreas centrais, os pedestres cedem seu lugar nas calçadas aos automóveis e camelôs (SERPA, 2007, p. 32).

Temos visto que a era moderna está passando por uma crise que afeta os domínios públicos e privados, tornando-os desequilibrados. Aqui Serpa (2007) lembra Sennet (1989), quando afirma que esse desequilíbrio destrói o pilar que sustentava a sociedade nos primórdios do capitalismo e que, assim, estamos nos conduzindo para a consagração do ser individual como modo de vida ideal, com prejuízo de um coletivo cada vez mais degradante.

Essa diminuição de intensidade do uso do espaço público nem sempre é entendida como característica principal da situação urbana na cidade atual. O arquiteto Silvio Soares Macedo (2001) coloca a questão em dúvida e anota que talvez em nenhum momento do sec. XX o espaço público foi tão utilizado. Ele diz que o espaço público passa por uma situação de reapropriação, tanto nos bairros pobres quanto ricos, e que tal fato teve influência devido à “crise do petróleo”, época em que foram valorizados os atos de andar a pé, a prática de esportes e o correr nos espaços urbanos. Assim, grande parte da população está utilizando esses espaços como opção de lazer formal ou informal, sendo, então, acontecimento comum as praias, parques, praças e algumas vias urbanas estarem sempre ocupadas por usuários, principalmente em fins de semana. Contudo, tem-se notado que o lazer virtual, o ouvir rádio e a televisão, constituíram-se na principal forma de lazer do homem urbano, substituindo algumas atividades sociais e públicas como serões, saraus e passeios nos jardins (MACEDO, 2001, p. 156).



Figura 2.07 – Parque Moscoso, Vitória, ES. A atividade comercial fazendo parte de momento de lazer em espaço público.  
Fonte: Acervo do autor.

Algumas figuras urbanas encontradas na cidade contemporânea, como o *shopping center*, as avenidas dotadas de *fast food* ou *delivery*, os centros administrativos distantes, são apontadas como consequência direta do tipo de transporte priorizado no país, ou seja, o uso cotidiano do automóvel permite que estas estruturas se organizem e favoreçam diretamente às pessoas que o possuem.

Portanto, a morte do espaço público não existe na concepção de autores como Macedo (2001), pois o que se tem visto são recodificações e especializações das maneiras como o espaço público é apropriado, adequando-se às novas dimensões sociais que se formam.

O que se percebe, assim, é que na maioria das vezes em que nos referimos a espaço público o vemos ligado à questão comercial, tanto na formalidade quanto em condições informais. De uma forma ou de outra, portanto, essa atividade aparece como um dos principais fatores produtores de espaço urbanos, e é sob esta interpretação que segue o próximo capítulo, que, com foco dirigido às áreas centrais, aborda algumas questões sobre como os relacionamentos comerciais criam espaços na cidade.

## **3 A PRODUÇÃO DE ESPAÇO E AS ÁREAS CENTRAIS NA CIDADE CONTEMPORÂNEA**

### **3.1 A PRODUÇÃO DE ESPAÇO**

Tempo e sociedade são indissociáveis para a compreensão e apreensão da realidade espacial. Como consequência, tem-se que, para se estudar o espaço, é necessário apreender sua relação com a sociedade, pois é ela quem determina a compreensão dos efeitos dos processos – tempo e mudança –, especificando forma, função e estrutura, ou seja, os importantes elementos para nosso entendimento do espaço (SANTOS, 1997).

Este capítulo pretende expor um pouco sobre a lógica da produção de espaço na cidade, compreendendo a sua vinculação a aspectos do comércio, da troca de mercadoria por moeda. A necessidade dessa abordagem vem do entendimento que aponta os ambulantes como personagens urbanos que estão constantemente (re)criando espaços na cidade ao se utilizarem de uma das mais antigas formas de comunicação e relacionamento entre os homens: o encontro com finalidade comercial. As ações pertinentes a esse segmento econômico estão, assim, diretamente relacionadas a aspectos sociais, à comunicação, ao trabalho, ao tempo e ao espaço, assuntos que fazem parte de estudos e conceitos de autores como Milton Santos, Flávio Villaça, David Harvey e Henri Lefèbvre, os quais foram utilizados como referências para essas exposições.

Nesse sentido, vê-se que para compreender como o espaço é produzido nas áreas centrais, é preciso, antes, conhecimento sobre os processos de relações pelos quais a sociedade passou e que tenha ligação com a criação de espaços. A seguir, é necessário conhecer as abordagens de investigadores sobre áreas centrais, como se constituem, suas características e qual a mecânica que rege sua localização dentro do ambiente urbano. Em continuidade, o foco será direcionado ao Centro da cidade de Vitória, em evidência a pontos de vistas históricos e momento atual.

Ao analisar a cidade, a primeira impressão que nos é transmitida é dada pela paisagem. Se analisarmos a obra do geógrafo Milton Santos, podemos ver que, para ele, a paisagem urbana é um conjunto de objetos, elementos físicos, frutos da técnica carregados de conceitos e símbolos socioculturais que formam a cidade; e que o espaço urbano é esse conjunto de objetos mais a vida que os dá sentido de existência, por meio da percepção e do uso. Esse entendimento é bem exemplificado pelo próprio Santos, quando conta sobre um fato ocorrido durante a Guerra Fria. Nesta época, o Pentágono chegou a pensar em produzir uma bomba de nêutrons com capacidade para acabar com a vida humana de uma determinada região, mas preservando as construções. Felizmente, o Presidente Kennedy não levou adiante esta intenção, “senão, o que na véspera seria ainda espaço, após a explosão seria apenas paisagem” (SANTOS, 2008, p. 106).

Não tem sentido, portanto, o espaço construído sem atividade, pois é por intermédio das atividades que realiza no meio que o rodeia que o homem supre as necessidades e cria condição para a manutenção da sua espécie. Para o autor, toda ação humana é trabalho, é produção, e toda produção produz espaço, é uma demonstração de vida. Assim, “viver, para o homem, é produzir espaço. Como o homem não vive sem trabalho, o processo de vida é um processo de criação do espaço. [...] A forma de vida do homem é o processo de criação do espaço” (SANTOS, 2008a, p. 96).

Inevitável falar da vida sem relacionar à natureza, pois esta, segundo Santos (2008), sempre foi o celeiro do homem desde quando da sua fase pré-social. Para se tornar social, havia necessidade do homem dominar a natureza e isto acontece na medida em que descobre instrumentos de trabalho. Verifica-se, então uma simbiose entre homem, trabalho e natureza, que passa a ser modificada constantemente pelo trabalho. Portanto,

produzir significa tirar da natureza os elementos indispensáveis à produção da vida. A produção, pois, supõe uma intermediação entre o homem e a natureza, através das técnicas e dos instrumentos de trabalho inventados para o exercício desse intermédio (SANTOS, 2008b, p. 202).

A produção começa a existir a partir do trabalho que o homem executa em cooperação com outros homens. Sobre este fato, Santos (2008b) afirma que a

produção é a utilização consciente dos instrumentos de trabalho, e que, a partir dessa prática, segue-se uma vida organizada e planejada. A produção impõe, então, ritmos às atividades – ritmos anuais, diários, de estações – que, em decorrência, fazem surgir as práticas cotidianas, as horas para o trabalho, para o descanso, para a produção. Para Santos (2008), não se pode separar produção e produção de espaço. Para produzir, o homem se utiliza do que chamou de Natureza Primeira, a natureza bruta. Dessa forma, o espaço é criado como Segunda Natureza, transformada, social ou socializada.

Por muitas mudanças tem passado a humanidade. As maneiras de produção mudam e mudam também as relações do homem com a natureza. Os instrumentos que são aperfeiçoados, plantas e animais que são domesticados, modificaram o trabalho trazendo mais facilidades, impondo novos ritmos e transformando o espaço e a medida do tempo. Por meio das descobertas de novas técnicas surge o aumento da produtividade e o aumento do rendimento do trabalho. Sobre essa organização do tempo, Santos diz:

Ora, cada vez que o uso social do tempo muda, a organização do espaço muda igualmente. Toda técnica nova é revolucionária quanto ao comando do espaço pelo homem [...] o homem está cada dia e permanentemente escrevendo sua história, que é ao mesmo tempo a história do trabalho produtivo e a história do espaço (SANTOS, 2008b, p. 204).

Muitos trabalhos eram executados em comum, um trabalho social, resultado de uma divisão de tarefas. A cooperação, como é chamada, faz aumentar a produtividade, e esse aumento da produção proporciona a necessidade de um aumento do espaço, uma maior área para a realização das tarefas. A produção diversifica-se como solução para atender novas necessidades. Ao ultrapassar a fase de subsistência, torna-se necessário trocar os produtos excedentes, o que se traduziu no comércio de troca simples, o escambo. Aqui nota Santos (2008b) que, nesse estágio, cada lado troca o mesmo tempo de trabalho, porém com representação de diferentes quantidade de bens.

Com o comércio especulativo surge uma nova escala de valores. As trocas são feitas não mais como um valor baseado na quantidade de trabalho executado para sua produção. Esse valor passa a ser, agora, arbitrariamente fixado e cabe ao



agente da transação aceitar, adaptando-se a esses valores. A partir desse momento, o produto é transformado em mercadoria.

Santos (2008) explica que o equilíbrio antigo é rompido no momento em que surge a mercadoria, fazendo com que surja uma nova relação social, a moeda. Com o preço das mercadorias aumentando, sendo especulativo, novas transformações acontecem no modo de vida. Esse novo tipo de comércio tem, então, a propriedade de criar segregações. Existem agora os que têm condição de comprar mercadorias que vêm de outros lugares e os que não possuem esse poder. O aparecimento das classes sociais provoca grande revolução nas relações das sociedades, nova organização do tempo e significativas mudanças no espaço, que se transforma em função das adaptações às novas práticas produtivas e de cooperação.

No processo de produção do espaço, Santos identifica duas épocas que trouxeram significativas mudanças socioeconômicas. Uma é o fim do sec. XV, onde se assistiu o progresso na navegação, a segurança no mar e a colonização e comércio nas recentes terras da América. A outra época, o sec. XIX, formou grandes impérios, apareceram as estradas de ferro, o telégrafo sem fio e revolução bancária, que continuou mudando as escalas de tempo e espaço. As referências históricas marcantes chegam até a época atual, onde percebemos uma revolução nas ciências e tecnologias. Para o autor, “as transformações espaciais provêm da intervenção simultânea de redes de influência operando simultaneamente em uma multiplicidade de escalas, desde a escala local até a escala mundial” (SANTOS, 2008b, p. 207).

O enfoque desta análise nos permite lembrar que houve um tempo em que os recursos necessários à sobrevivência eram retirados do entorno onde as sociedades viviam. Hoje, com a maior divisão do trabalho, suprir as necessidades passou a ser algo que se tem que buscar em outras coletividades, vencendo distância sempre maior. Sobre esse aspecto, Santos (2008b) comenta que estamos vivendo num momento em que a noção do global se impõe cada vez mais e atribui tal fato ao capitalismo que, por meio das empresas multinacionais, tem que ir buscar, não importa onde for, condições para cumprir o processo de acumulação de capital, a obtenção de mais lucro.

Este processo, que se pode chamar de mundialização do consumo, demonstra a internacionalização da produção, e faz com que as pessoas, os países, consumam quantidade cada vez maior de bens produzidos longe de seus territórios. O que se conclui que o espaço também se produz com a utilização de matérias e produtos que já produziram espaço em locais há milhares de quilômetros de distância.

Tudo que nos circunda traz a marca dessa internacionalização devorante, e mesmo o nosso corpo, pelo que o envolve, não escapa a essa mundialização. Nossas roupas, nossos sapatos e tantos outros artigos de uso cotidiano, não são produzidos no lugar onde vivemos [...] (SANTOS, 2008b, p. 209).

Essa relação entre espaço e tempo, ou a acentuada diminuição do espaço em função do tempo utilizado para percorrê-lo, tem trazido novas questões inerentes ao meio urbano e conseqüente motivo de investigação por diversos pesquisadores. Contudo, Villaça (2001) considera que, nas últimas décadas, tem havido muito mais interesse em estudos sobre o espaço regional do que sobre espaço urbano – para o qual o autor utiliza a expressão intraurbano. Ele explica que a expressão “espaço urbano está hoje de tal forma comprometida com o componente urbano regional que houve necessidade de criar outra expressão para designar o espaço urbano; daí o surgimento e uso de intraurbano” (VILLAÇA, 2001, p. 18).

A principal distinção entre o espaço intraurbano e o espaço-regional é proveniente dos transportes e das comunicações. Villaça afirma que o deslocamento da matéria e do ser humano é considerado como fator dotado de muito poder para a produção de espaço, bem maior que o deslocamento da energia e das informações. O espaço regional se estrutura, principalmente, por meio do deslocamento “das informações, da energia, do capital constante e das mercadorias em geral – eventualmente até da mercadoria força de trabalho” (VILLAÇA, 2001, p. 20). De forma contrária, o espaço intraurbano é produzido, basicamente, por meio do deslocamento do ser humano, seja como mercadoria força de trabalho – deslocamento casa/trabalho –, seja como consumidor – reprodução da força de trabalho, deslocamento casa-compras, casa-lazer, escola, etc. Dessa forma, pode-se entender que as áreas comerciais e de serviços, e o próprio centro urbano, funcionam como o principal produtor de espaços intraurbanos. Esses locais geram e atraem grande quantidade de deslocamentos,

tanto de força de trabalho como de consumidores que ali fazem compras e utilizam serviços.

Para Villaça (2001), os espaços regionais sofrem profundo reflexo provindo das comunicações, assim como dos transportes. Houve uma época em que a comunicação era profundamente dependente dos transportes, pelo menos a grandes distâncias – transporte de mensagens, de jornais, cartas, informações gerais. O avanço da técnica, que possibilitou inventos como o telégrafo, trouxe a libertação da comunicação e, conseqüentemente, um encolhimento do mundo. Para comentar esse fato, Harvey (1993) se utiliza de duas ilustrações significativas. Uma referindo-se a inovações dos transportes e outra mostrando uma propaganda, de 1987, de empresa de telecomunicações (figuras a seguir).

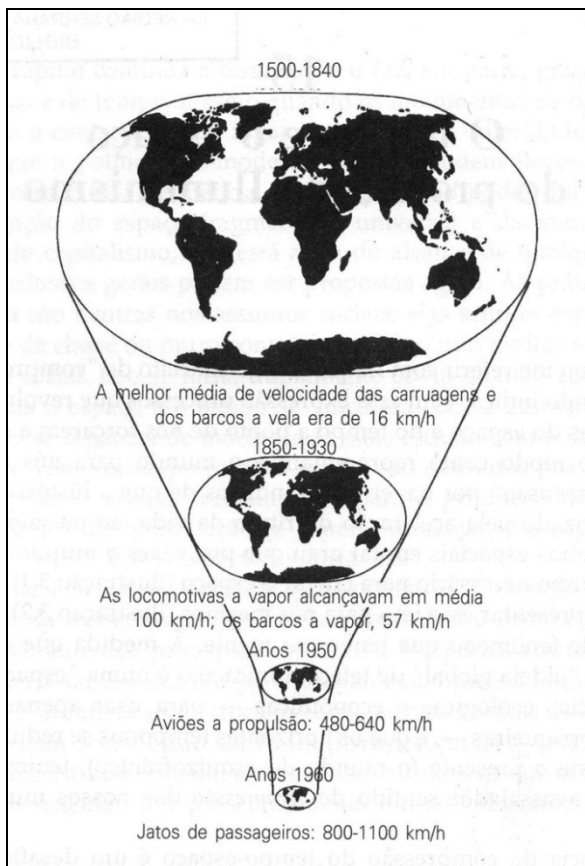


Figura 3.01 – Os transportes e o encolhimento do mundo.

Fonte: HARVEY, David. Condição Pós-Moderna, 1993.

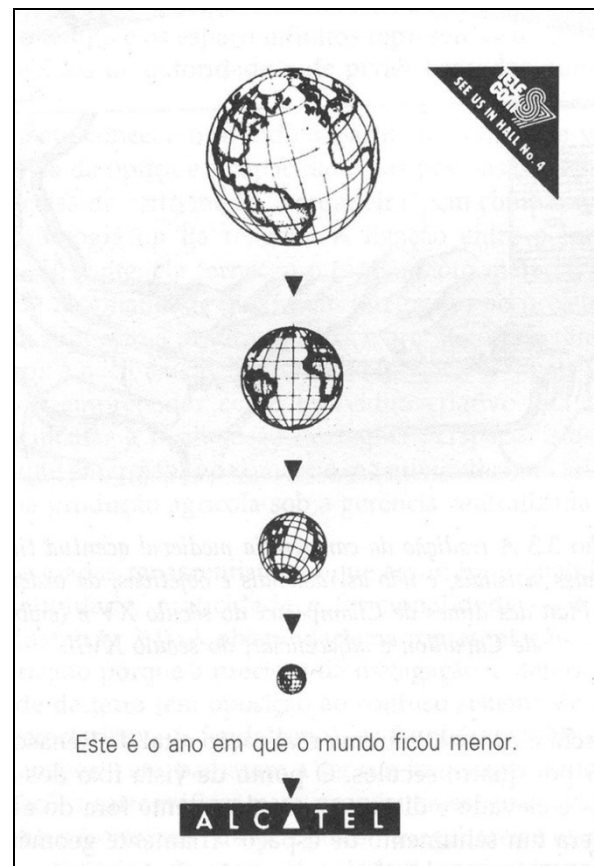


Figura 3.02 – As telecomunicações e o encolhimento do mundo.

Fonte: HARVEY, David. Condição Pós-Moderna, 1993.

Em suas análises do espaço intraurbano, Villaça (2001) pondera que este possui algumas especificidades peculiares e, para explicar, inicialmente ele aproveita palavras de Harvey quando diz que “o espaço é um atributo material de todos os valores de uso”, o que, no entanto, é contestado pelo autor, que lembra que além desses, o espaço é atributo também dos produtos não produzidos pelo trabalho, ou que não são valores de uso, como, por exemplo, os oceanos e as montanhas. Mas voltando aos objetos, afirma que “o espaço é atributo de um automóvel, do corpo humano, de uma cadeira, de um edifício ou conjunto de edifícios e de uma cidade inteira” (VILLAÇA, 2001, p. 22).

Na cidade, então, vamos encontrar o espaço sendo representado de acordo com duas lógicas, pois o trabalho produz valores de uso em determinados lugares, e os valores de uso são consumidos também em determinados lugares. Dessa forma, pode-se distinguir os dois espaços, ou seja, aquele que é produzido, ou não, pelo trabalho humano e o que é determinado pelos lugares em que são produzidos e consumidos. Essa abordagem encontra a afirmação de que o espaço sempre foi lugar da produção, supondo sempre a ideia de lugar, o que faz concluir que sem produção não há espaço e vice-versa (SANTOS, 2008).

Nessa questão da localização<sup>7</sup>, Villaça (2001) identifica ainda outros dois tipos de espaços. Nas localizações urbanas existem relações entre objetos e conjuntos de objetos, e essas relações não podem existir sem um tipo específico de contato, o que envolve o deslocamento dos produtores e dos consumidores entre os locais de moradia e os de produção e consumo. Assim, encontramos dois espaços específicos: os que envolvem deslocamentos (as localizações) e os que não envolvem deslocamento (os objetos). As relações na localização são verificadas através dos transportes, das comunicações e das disponibilidades de infraestrutura; e nos objetos, o espaço acontece sob relações visuais ou por contato direto. A disponibilidade de infraestrutura e as condições de deslocamento são fatores de muita importância para o exercício do trabalho. Entretanto, o acontecimento urbano pode se iniciar num lugar sem infraestrutura, uma vez que ela é produzida e pode

---

<sup>7</sup> “Não confundir localização e lugar. O lugar pode ser o mesmo, mas as localizações mudam. E lugar é o objeto ou conjunto de objetos. A localização é um feixe de forças sociais se exercendo em um lugar” (SANTOS, 1997, p. 02).

ser reproduzida pelo trabalho humano. Não se pode dizer o mesmo das condições de deslocamento. O autor diz que

mesmo não havendo infraestrutura, uma terra jamais poderá ser considerada urbana se não for acessível – por meio do deslocamento diário de pessoas – a um contexto urbano e a um conjunto de atividades humanas [...] e isso exige um sistema de transporte de passageiros (VILLAÇA, 2001, p. 23).

Ainda sobre as localizações, Villaça (2001) coloca que estas têm relevantes significações para o entendimento das estruturas urbanas. Segundo ele, a produção do espaço intraurbano não produz produtos considerados como objetos urbanos em si, porém os são as suas localizações. “A produção dos objetos urbanos só pode ser entendida e explicada se forem consideradas suas localizações” (VILLAÇA, 2001, p. 24). Dessa forma, a localização, além de ser um produto do trabalho, também indica e caracteriza o espaço intraurbano. Quando analisamos o espaço da cidade, estudamos suas formas, mas para explicar essas formas é imprescindível considerar suas localizações ou as relações entre um ponto e todos os demais pontos do espaço urbano.

Quando analisa o espaço intraurbano no Brasil, Villaça (2001) mostra que nos últimos cem anos, a lógica básica de seus espaços sofreu pouca alteração, mesmo com modificações no capitalismo nacional e o neoliberalismo aumentando o desemprego e a pobreza. Ele fala que para se entender o espaço intraurbano é preciso ir além dessas explicações e verificar como a sociedade lança mão dessas transformações e as traduz em estruturação e reestruturação.

No exercício de fazer distinção entre os espaços intraurbano e regional, o autor recorre, então, a alguns analistas contemporâneos do espaço. Primeiramente se refere a Queiroz Ribeiro e Corrêa do Lago, que conduzem seus estudos afirmando que a promoção imobiliária é o elemento de ligação entre as transformações macroeconômicas nacionais e a reestruturação intraurbana. Ainda anotam que as transformações intraurbanas são provocadas pelos lucros de incorporações urbanas. Essa moderna incorporação é, pois, a principal causa da elitização e da segregação espacial das grandes e médias cidades. Esses pesquisadores, segundo Villaça (2001), concluem que

em todas as capitais (que eles pesquisaram) produziu-se o mesmo modelo de espaço urbano segregado e diferenciado; isto é, a moderna produção de espaços residenciais para as classes média no centro e conseqüentemente a expulsão das camadas populares para a periferia (RIBEIRO; LAGO apud VILLAÇA, 2001, p. 27).

Com aspecto semelhante, Villaça (2001) ainda encontra as pesquisas de Marcus Melo, que coloca a produção e transformação do espaço construído como fruto de um regime de acumulação<sup>8</sup> e cita as áreas centrais dos grandes centros urbanos como locais de concentração de investimentos imobiliários, que promove a segmentação dos espaços intraurbanos. Esta abordagem também é encontrada em Harvey, quando lembra que a relação entre a dimensão espacial e a teoria da acumulação de Marx no modo de produção capitalista foi ignorada durante muito tempo. Contudo, verificou-se que, examinando atentamente a obra de Marx, “a acumulação de capital ocorria num contexto geográfico, criando tipos específicos de estruturas geográficas” (HARVEY, 2006, p. 43).

A acumulação capitalista pode passar por alguns momentos (crise econômica, por exemplo) onde haverá a necessidade de expandir a capacidade produtiva e de renovar as condições de acumulação. A análise de Harvey indica que em épocas como esta se lance mão de uma mistura de quatro elementos assim resumidos:

1) A penetração do capital em novas esferas de atividade mediante a organização de formas preexistentes de atividade ao longo de linhas capitalistas, ou mediante a expansão dos pontos de troca dentro do sistema de produção e diversificação da divisão do trabalho [...] 2) A criação de novos desejos e novas necessidades, desenvolvendo novas linhas de produtos (os automóveis e os bens eletrônicos são excelentes exemplos do sec. XX), e a organização do consumo para que se torne racional em relação ao processo de acumulação (a demanda da classe trabalhadora por boa moradia talvez seja cooptada por um programa público de habitação, que serve para estabilizar a economia e para aumentar a demanda por materiais de construção de determinado tipo). 3) A facilitação e o estímulo para o crescimento populacional num índice compatível com a acumulação a longo prazo [...] 4) A expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comércio exterior e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou o mercado mundial (HARVEY, 2006, p. 48).

---

<sup>8</sup> Segundo Harvey (2006, p. 44-43), “a acumulação é o motor cuja potência aumenta no modo de produção capitalista [...]; esse sistema cria uma força permanentemente revolucionária, que, incessantemente e constantemente, reforma o mundo em que vivemos [...]”.

O passeio de Villaça (2001) pelas abordagens de diversas pesquisas sobre o processo de urbanização o encaminha para o encontro com os estudos de David Harvey, que sobre este assunto enfoca somente a circulação de capital e mercadorias. O transporte de mercadorias ou de capital serve sempre de referência para os transportes de forma regional ou planetária, nunca para o transporte intraurbano ou de passageiros. Esta ótica fez com que este autor levantasse a hipótese de que, ao se estudar a estruturação intraurbana, não se deve limitar à circulação do capital no ambiente construído, mas avançar as pesquisas sobre a circulação dos seres humanos, “não enquanto capital, mas como consumidores e – talvez – portadores de mercadoria força de trabalho” (VILLAÇA, 2001, p. 42). Segundo o autor, o consumo e a circulação do consumidor são os fatores que mais interessam ao espaço intraurbano, e não o processo de produção e a circulação da mercadoria. Portanto, no espaço urbano verifica-se um número expressivo de movimento de pessoas enquanto consumidores e um número menor de movimentos de pessoas enquanto capital e enquanto mercadoria.

Realmente, o entendimento sobre as pesquisas de Harvey (2006), principalmente as afirmadas entre 1975 e 2001, esbarra na sua interpretação sobre a importância da influência da circulação sobre a produção do espaço regional e global. Para ele, a lógica da acumulação do capital e da circulação é que dão forma ao processo urbano sob o capitalismo.

A circulação é encarada por Harvey (2006) sob dois aspectos, sendo um o movimento da mercadoria quando sai da produção até chegar ao local de consumo; o outro é custo real, que está ligado ao tempo que se consome para as mediações sociais, referentes aos atacadistas, varejistas, operações bancárias, etc., necessárias para que a mercadoria produzida encontre o usuário final. Balizado nos conceitos de Marx, Harvey anota que a indústria do transporte e da comunicação vende mudança de localização, ou seja, produz valor, pois, considerando a condição espacial, o ato de trazer o produto ao mercado pertence ao processo de produção. Dessa forma, conclui que o produto está realmente acabado quando chega ao mercado. Sob essa lógica, entende-se que o aperfeiçoamento constante do transporte e da comunicação é inevitável e necessário e, para que se processe a acumulação, é imperativo que se transponha as barreiras espaciais.

Portanto, a redução nos custos de realização e circulação ajuda a criar espaço novo para acumulação de capital. Reciprocamente, a acumulação de capital se destina a ser geograficamente expansível, e faz isso pela progressiva redução do custo de comunicação e transporte (HARVEY, 2006, p. 50).

O acesso a mercados mais distantes traz como consequência o aumento do tempo do capital de giro. Quanto a esse fato, o autor lembra que “quanto mais longo o tempo de giro de determinado capital, menor é o rendimento anual de mais-valia<sup>9</sup>” (HARVEY, 2006, p. 50). Assim, compreende-se que o processo de acumulação tem estreita ligação com o aumento da velocidade de circulação do capital. Nesse esforço que faz para derrubar as barreiras espaciais e promover a troca, conquistando o mundo como seu mercado, o capital também se empenha em anular esse espaço pelo tempo. Quanto maior o empenho, maior será a ampliação do mercado e maior será a diminuição do espaço pelo tempo.

Segundo Harvey, a necessidade de minimizar custos de circulação e tempo de giro promove a aglomeração de produtos em alguns grandes centros urbanos, que são chamados por Marx de oficinas de produção capitalista. A diminuição do espaço pelo tempo acontece por meio da localização racional das atividades com a finalidade de reduzir os custos com movimentação dos produtos. Nessa concentração de homens e capitais verifica-se, nas mãos de poucos, a ocorrência de grande quantidade de capitais. “No custo de circulação, a capacidade de economizar depende da natureza das relações de transporte estabelecidas, e, nesse caso parece haver uma tendência dinâmica em favor da concentração” (HARVEY, 2006, p. 52).

É aqui, conforme mostra o autor, que podemos verificar a relação entre a racionalização geográfica e a dependência, em parte, da estrutura dos recursos dos transportes, das matérias-primas e das demandas de mercado em relação à indústria e da tendência própria à aglomeração e concentração de parte do capital. A concentração da produção em grandes aglomerações urbanas serve para anular o espaço pelo tempo. Segundo o autor, a concentração geográfica e a expansão

---

<sup>9</sup> Mais-valia, segundo *Houaiss* – Dicionário da língua portuguesa (2004), significa, na teoria Marxista, lucro resultante da diferença entre o que o capitalista paga pela mão-de-obra e o valor que cobra pela mercadoria.



geográfica são consideradas produtos do mesmo esforço de criar oportunidades para a acumulação de capital. Portanto, vemos que a acumulação produz, ao mesmo tempo, concentração da produção e do capital e a ampliação do mercado para realização. Isto traz como consequência o crescimento dos fluxos do espaço, enquanto que, em contrapartida, os “mercados se expandem espacialmente, e a periferia em relação ao centro [...] fica circunscrita por um raio constantemente em expansão” (MARX apud HARVEY, 2006, p. 53).

Essa questão da aglomeração nas cidades e a relação centro-periferia são também abordadas por Lefèbvre (2008), mas não sem antes adotar como causa da problemática urbana o processo de industrialização, colocando-o como a causa principal, o motor das transformações sociais. Para o autor, a industrialização caracteriza a sociedade moderna.

Nessa aproximação com o assunto, ele nomeia de “*indutor*” o processo de industrialização e de “*induzidos*” os problemas relativos ao crescimento da cidade e ao desenvolvimento da realidade urbana (LEFÈBVRE, 2008).

O processo induzido tem passado, na atualidade, por um aprofundamento que ele chama “*implosão-explosão*” da cidade. Um quadro recente mostra que, nos grandes países industriais, o fenômeno urbano tem adquirido grandes e rápidas proporções formando concentrações urbanas de grande escala, onde as populações se amontoam e atingem densidades preocupantes. Tem-se a deterioração ou explosão de núcleos urbanos antigos e as pessoas se deslocando para as periferias distantes ou produtivas (LEFÈBVRE, 2008).

Importante, aqui, examinar a maneira como Lefèbvre (2008) vê a conexão cidade-campo, mostrando até aonde vai o alcance dos conceitos urbanos. Para isso, ele lança mão da metáfora “tecido urbano”, comparando-o com um tecido jogado sobre o território e funcionando como uma espécie de proliferação biológica, uma rede de malhas desiguais que deixam escapar setores mais ou menos amplos. Esse tecido urbano se constitui ao redor de uma ou várias cidades, antigas ou recentes, funcionando como um suporte de um modo de viver. Neste tecido encontram-se outros níveis de vida correspondentes à vida social e cultural. Assim, a sociedade e

a vida urbana penetram nos campos comportando sistemas de valores e sistemas de objetos, sendo os mais conhecidos: a água, a eletricidade, o gás butano, o carro, utensílios de plásticos, que juntos se acompanham por novos serviços inerentes. Este autor lembra que, contudo, os núcleos urbanos não desaparecem integrados nas tramas do tecido. Eles resistem e se transformam e continuam a ser centros de intensa vida urbana.

As qualidades estéticas desses antigos núcleos desempenham um grande papel na sua manutenção. Não contém apenas monumentos, sedes de instituições, mas também espaços apropriados para festas, para os desfiles, passeios, diversões. O núcleo urbano torna-se, assim, produto de consumo de uma alta qualidade para estrangeiros, turistas, pessoas oriundas da periferia, suburbanos. Sobrevive graças a esse duplo papel: lugar de consumo e consumo do lugar. Assim, os antigos centros entram de modo mais completo na troca e no valor de troca, não sem continuar ser valor de uso em razão dos espaços oferecidos para atividades específicas. Tornam-se centros de consumo (LEFÈBVRE, 2008, p. 19-20).

O sistema de relações comerciais existente na sociedade é visto por Lefèbvre (2008) como causador de um conflito. Ele diz que o dinheiro e o valor de troca sem limites são partes inseparáveis do mundo da mercadoria. Esse fato faz com que a simultaneidade e os encontros se reduzam à forma dos trocadores, e também que o lugar de encontro se transforme em lugar onde se fecham contratos, ou seja, transforma-o em mercado. De forma diferente do mundo da mercadoria, a sociedade urbana se constitui como um conjunto de atos que privilegiam um espaço onde significantes e significados adotam uma lógica diferente da lógica da mercadoria. Esse é outro mundo, o mundo urbano que se baseia no valor de uso (LEFÈBVRE, 2008).

### 3.2 ÁREAS CENTRAIS URBANAS

Em seu processo evolutivo, a humanidade assistiu, desde a década de 1980, a grandes e rápidas transformações impulsionadas pela dinâmica da comunicação e da informática, o que ajudou a promover a internacionalização da economia, além de alterar o significado do espaço e do tempo. Os diversos significados do espaço como suporte, obstáculos ou fonte de recursos naturais para diversas atividades

modificam-se e este passa a uma nova condição. “O território deixa de ser o *locus* da produção para ser objeto de consumo” (VARGAS; CASTILHO, 2009, p. 26).

Ainda, de acordo com Vargas e Castilho (2009), o capital, com sua capacidade de criar localizações, faz com que surjam novas atividades e os meios de comunicação ajudam a divulgá-las induzindo sua demanda por meio de variadas estratégias de *marketing*. O mundo tornou-se menor, fruto da velocidade da informação e dos deslocamentos, o que possibilitou o aumento à acessibilidade aos mais diversos locais, homogeneizando o território e instaurando uma verdadeira competição entre lugares.

É sob esse cenário que as áreas centrais urbanas assumem nova roupagem, passando a ter lugar de destaque no mundo e, desde 1990, na América Latina. Os centros das cidades conformam-se como locais que conferem identidade aos habitantes e às vezes caracterizam e testemunham as cidades (VARGAS; CASTILHO, 2009; GUTIERREZ, 1990).

### **3.2.1 Estrutura das áreas centrais urbanas**

A problemática da centralidade se revela, conforme Castells (2006), como uma questão de muita importância nas relações entre os elementos da estrutura urbana. Contudo, carregada de ideologia, ela tende a se comportar como algo revelador da concepção das relações cidade/sociedade.

Para a maioria dos urbanistas, o centro é a origem da cidade, que na maioria das vezes se situa na confluência de eixos de comunicação, que representam um papel com duas conotações: integrador e simbólico. Sob diversas características, o centro possibilita uma coordenação das atividades urbanas, permitindo uma identificação simbólica e ordenada das atividades, criando condições apropriadas à comunicação entre os participantes de seu espaço. Por meio deste viés, pode-se apreender esta imagem do centro comparando-a com a clássica cidade medieval, onde prevalecia uma paisagem de representação de poder através da catedral, na qual acontecem agrupamentos espontâneos e hierarquizados nos momentos de cerimônias ou festas (CASTELLS, 2006).

Como outra característica, o autor coloca também que existe nos centros um sistema específico de relações sociais e valores culturais integrados que passam a ideia de comunidade urbana. Essa integração se permite pela existência da centralização de símbolos e de um sistema de comunicação que se baseia na participação espacial.

Numa outra concepção do centro próxima à do centro integrador, encontramos uma interpretação que se refere ao centro como o lugar das trocas e coordenação. Nesse agrupamento, as atividades fundamentais são as ligadas ao comércio e à gestão financeira, administrativa e política. Existem dois aspectos a considerar nesse tipo de centro. Um é que este representa a especialização do trabalho e a gestão centralizada das atividades produtivas. Num outro aspecto, podemos defini-lo como especialização geográfica de um certo tipo de unidade de consumo e de serviço. O centro, então, “é esta parte da cidade, onde estão implantados serviços que se endereçam ao maior número de consumidores ou a usuários específicos, e a proximidade espacial não intervém absolutamente na utilização do serviço” (CASTELLS, 2006, p. 313).

A explicação sobre a implantação dessas atividades no centro torna-se fácil na medida em que entendemos a economia do mercado como reguladora do esquema espacial urbano. Mesmo com os preços elevados dos terrenos e os problemas de congestão deste espaço, a centralização se demonstra com alto índice de vantagem. As atividades aí atraídas possuem um caráter muito geral que necessitam de proximidade mútua, mas também de certa equidistância relacionada ao conjunto da área urbana.

Nesta prospecção de características do centro, Castells (2006) ainda o coloca como núcleo lúdico, local de concentração de lazeres e base espacial das “luzes da cidade”. O autor diz que se referencia aqui não somente o aspecto funcional das diversões, mas ao engrandecimento do ambiente urbano através de todas as possibilidades e disponibilidades de consumo.

Em seus estudos, Castells (2006) organiza em diferentes níveis a estrutura social para definir os processos ocorrentes na centralidade. No nível econômico, encontramos a centralidade enunciando relações entre diferentes elementos econômicos da estrutura urbana como produção, consumo e troca. Pode-se definir este nível como o centro urbano-permutador, onde se percebe a organização espacial dos canais de troca entre os processos de produção e de consumo. No que concerne ao nível político-institucional, vamos encontrar a hierarquia se expressando como ordem social e institucional. Este centro corresponde, pois, à articulação dos pontos fortes dos aparelhos do Estado. Um outro nível se refere ao ideológico. Aqui o autor nos lembra de que uma cidade não é apenas um conjunto funcional capaz de gerir sua própria expansão, ela é também uma estrutura simbólica, uma condição que faz estabelecer uma relação entre natureza e cultura por meio de signos. Assim, entende-se como centro simbólico o lugar ou lugares onde o espaço se organiza de maneira significativa. Contudo, a estrutura simbólica não basta para caracterizar uma cidade, por isso

é preciso ainda, por um lado, estender os signos urbanos a outras formas além de seus monumentos e, por outro lado, determinar o sentido preciso de cada monumento, não historicamente, mas na sua transcrição segundo o código de interações que organiza efetivamente as relações sociais (CASTELLS, 2006, p. 318).

Na organização do autor, encontra-se um nível que se refere ao centro como “meio de ação e de interação”, ou ainda, articulação dos diferentes modos de relações sociais com a estrutura urbana. Esse centro é o espaço aparelhado de inovações sociais, de produção de novas relações, que busca interação e densidade entre indivíduos e grupos heterogêneos. Pode-se dizer também que esse “centro-meio social surge como a organização espacial dos processos de reprodução e transformação das relações sociais de uma estrutura urbana” (CASTELLS, 2006. p. 319).

### **3.2.2 Intervenções em centros urbanos: uma questão**

Podemos analisar que os processos de intervenção em áreas centrais como um fato recente no Brasil. Vargas e Castilho (2009) os apontam como fundamentais para o

futuro de nossas cidades e ressaltam seu valor na atuação de arquitetos e urbanistas. Contudo, esses projetos possuem pouca literatura no âmbito nacional.

De acordo com Tourinho (2009), a literatura urbanística tem mostrado duas correntes relacionadas à centralidade. A primeira a associa ao conceito de centro histórico e é defendida por setores sociais que valorizam aspectos históricos e culturais, evitando ao máximo que se altere um patrimônio, mesmo que isso se traduza em desequilíbrio da rentabilidade econômica. A segunda corrente vincula centralidade ao fator localização e, como consequência, requer o maior aproveitamento do solo. Esta segunda leitura da questão mostra duas vertentes: uma que enfatiza a habilidade do capital para transformar física e culturalmente o homem e lugar em que vive; e a outra que tenta se prevalecer do aspecto político, colocando-o em dependência ao econômico, além de propor uma recuperação popular da cidade por intermédio do centro.

O debate que se levanta com tais colocações ainda tende a ser superficial na medida em que relaciona “preservação” a um enfoque apenas culturalista, e “renovação” a uma visão dos conceitos de base econômica. Contudo, é consenso na literatura sobre o assunto que as intervenções em áreas centrais devem acontecer com o intuito de promover o equilíbrio nos aspectos de renovação e permanência.

Um lugar como um teatro de luta de tendências, um conflito constante entre forças ativas – ou de transformação – e forças de inércia ou de resistência. São reflexões sobre o centro que Tourinho (2009) busca nas palavras do geógrafo Milton Santos. “O centro, um espaço complexo de difícil apropriação por um setor social claramente dominante” (TOURINHO, 2009, p. 18), algo diferente do que ocorre em outras áreas residenciais da cidade ou novas centralidades com usos mistos.

Essas novas centralidades são desprovidas dessa complexidade. Tourinho (2009) lembra que apenas necessitam para seu desenvolvimento de alguns investidores imobiliários que disponham de conhecimento para realizar uma boa campanha de *marketing* e finalizem vendas de produtos diferenciados.

### 3.2.3 Centros históricos nas Américas

De um modo amplo, a questão das áreas centrais envolve surgimento, auge, decadência e adequações a novas épocas. Para Gutiérrez (1990), a centralidade se conforma como uma das expressões manifestadas do urbanismo hispano-americano, além de se apresentar como gerador da formação de núcleos urbanos em torno da Praça Principal, da qual partiam ruas e se estruturavam as edificações da cidade e cujo valor funcional se demonstra nos usos cívicos e religiosos. O centro é, pois, o lugar que revela a história da cidade. Por isso, na América, a maioria das áreas históricas é central, locais onde se sedimentam as mais profundas expressões da vida social e cultural da cidade.

Esses núcleos geradores têm sua expansão em velocidade paulatina, tendo seus limites definidos pelos usos e caráter remanescente das edificações em renovação. Contudo, essas áreas, às vezes, não possuem características de continuidade física dentro da cidade e, assim, apresentam áreas dispersas, merecedoras de olhares específicos quando em interesse de intervenção.

Também ocorre que antigos ou recentes bairros, com características homogêneas e que conferem valores de identidade aos habitantes ou reconhecimento da comunidade, mereçam políticas de preservação equivalentes às áreas históricas. É dessa forma que o “histórico” se amplia, e aí se valoriza, não somente as manifestações de acontecimentos político-institucionais, mas especialmente os testemunhos da formação cultural que se enriquece durante o tempo histórico, assumindo totalmente todas as manifestações que ali têm acontecido.

Conforme Gutiérrez (1990), quando falamos em categorias de valorização de uma área que deve ser preservada, estamos falando do “cultural” que tem o “histórico” como componente, e que este contém aproximações complementares com os valores artísticos e estéticos, as condições de sua paisagem urbana, as qualidades de vida que define para seus ocupantes ou os usos que lhe confere o caráter distintivo. O autor anota, portanto, que a expressão cultural é algo que qualifica uma área como merecedora de preservação, pois funciona como uma das coordenadas-chave da valorização dessas áreas que definem a identidade da cidade.

De acordo com critérios de planejamento urbano, o centro histórico pode ser entendido como um bairro, porém dotado de características especiais e que, para manutenção e preservação, precisa de normas especiais. A diferença está no fato de que o “centro histórico” constitui componente de identidade de toda a cidade, enquanto que os bairros o fazem somente a seus próprios habitantes ou aos bairros próximos.

Grandes metrópoles como México ou Buenos Aires, além de outras cidades na América, são casos onde os habitantes reconhecem a ideia de centralidade e a presença de um “centro histórico”. Gutiérrez (1990) diz que essas áreas centrais mantêm valores culturais, porém esses têm perdido significado, e exemplifica o fato lembrando o que aconteceu com Lima, que viu seus habitantes de maior renda se transferindo para setores residenciais autossuficientes, acarretando em perda da referência com a área central. Assim, os bairros que antes se conformavam como expressão vital da capital se viram abandonados e em veloz processo de degradação, fora das preocupações dos setores de maiores recursos econômicos. O autor aponta que a intervenção dinâmica do Estado é algo de extrema importância na recuperação dessas áreas, onde a ameaça da perda é irreversível porque já se perdeu a identidade de toda a comunidade.

#### **3.2.4 Realidade social em centros históricos nas Américas**

É com frequência que temos encontrado, por algumas vezes, tentativas de usos, como se fosse receitas, de experiências europeias em intervenções em centros históricos. Gutiérrez (1990) relaciona esse fato a um complexo de inferioridade à nossa dependência cultural com a Europa. Aqueles que ainda embarcam em propostas segundo esse enfoque, esquecem-se de que as condicionantes são muito distintas e cada problema requer soluções próprias partindo de suas circunstâncias. Assumir a realidade confrontando-se com a tentadora atribuição do modelo perfeito é a atitude que tem estado presente em toda a história americana, principalmente a partir do sec. XIX.



Esta prática acontece em cidades dotadas de grandes carências sociais no setor habitacional, seus equipamentos e infraestrutura, que se mostra em rápido processo de expansão e renovação edilícia sem consolidação. Tal circunstância demonstra-se numa situação oposta a da Europa, que se encontra com o crescimento da população sob controle, as grandes cidades perdendo habitantes e a demanda de habitação em quase total resolução.

Para Gutiérrez (1990), o resgate dos centros históricos americanos, em sua maioria, envolve, fundamentalmente, solucionar o problema das condições de vida dos setores mais desfavorecidos. Áreas centrais subutilizadas, com equipamentos obsoletos, locais semiabandonados com usos para depósitos ou atividades não residenciais, são utilizados por uma população flutuante de empregados ou vendedores ambulantes, usuários do centro histórico, mas que não vivem nele. Estes fatos não são isolados, mas sim aspectos que caracterizam a realidade de cidades como Lima, Montevideu, Quito, Cuzco, Bogotá e Buenos Aires.

Essas identificações se colocam de frente para uma pergunta instigante: para quem temos que recuperar os centros históricos na América? Se fundamentamos que essa recuperação acontece em função da identidade cultural, a resposta vem a ser a de que essa recuperação é para os habitantes da cidade. Contudo, esta resposta ainda é merecedora de precisão que o autor coloca sob quatro planos. O primeiro visa a privilegiar os residentes na área com que se tem dívida, pois são eles que nos têm possibilitado que essa área seja possível de recuperação. A tarefa difícil aqui é recuperar gerando potenciais para a qualidade de vida dos habitantes. O segundo plano é dar atenção àqueles que usam o centro histórico para suas atividades cotidianas e desejam serviços e equipamentos conforme suas necessidades. São eles que possibilitam ao centro a dimensão de reconhecimento que vai além de sua vitalidade de bairro. Para o terceiro, a referência se faz a todos os outros habitantes da cidade que em seus casuais usos nessas áreas possam identificar e definir uma imagem, tanto as abrangentes quanto as excludentes de sua cidade. No último plano temos o turismo como alvo de nossa preocupação devido à sua dinâmica econômica que proporciona a toda a cidade.

O que se percebe, segundo as colocações de Gutiérrez, é que a recuperação dessas áreas, avaliadas com base numa ótica cultural, não pode, na ibero-América, ser desligada de seu desafio social. O centro histórico, um patrimônio, tem a sua recuperação em paralelo com a recuperação da dignidade do homem que assume por completo sua cultura.

Na recuperação das áreas centrais não há razão para a utilização de receitas bem sucedidas de municípios opulentos, sem carências sociais e organizações estruturadas. Segundo Gutiérrez, a eficiência das ações de recuperação depende de responder às questões desde nossa desintegração social, de habitante de recursos aleatórios, de economias informais e de problemas de dramática urgência. Portanto, o eixo para a recuperação de nossos centros é do componente social.

### **3.2.5 Políticas de habitação em centros históricos**

Considerando o atraso econômico da América Latina, Gutiérrez (1990) reforça que é impossível garantir a preservação de um centro histórico sem resolver simultaneamente a problemática social. Contudo, tal intento significa, sem dúvida, introduzir mudanças profundas e afetar setores poderosos, pois nossos países se veem envoltos em políticas de habitação conduzidas por interesses de grupos ligados às grandes empresas de construção. Construtores e financeiras, numa articulação de interesses imobiliários, tentam criar “cidades dentro de cidades”, diminuindo a qualidade de vida das mesmas.

Áreas centrais das cidades americanas têm sido alvo para grandes projetos de “renovação urbana”, porém nunca bem ponderada. Dessa forma, sob o pretexto de “boas operações econômicas”, as cidades americanas estão constantemente correndo o risco de serem arrasadas suas zonas históricas, e neste cenário observa-se uma “revitalização” do centro histórico concebida como uma “renovação” não só edilícia, mas também social. As imobiliárias tentam, de forma muito enfática, anular ordens de preservação para conseguir autorizações de demolição e gerar nas áreas centrais terrenos para que funcionem como estacionamento ou com finalidade de “engorda” especulativa.

Pode-se considerar um paradoxo que alguns países anunciem milhares de unidades de habitação de *déficit*, e não tentem aproveitar o patrimônio construído das áreas centrais e planejem a solução na construção de novas unidades residenciais. A criação de uma política de habitação que possibilite a reabilitação dessas áreas com a participação de seus moradores, com auxílio técnico, provisão de materiais e créditos fáceis, garantiria o caminho de fornecer residências dignas e preservar o centro histórico. Para Gutiérrez, esse caminho envolve grande participação do município, uma política de habitação dirigida a reabilitar construções existentes. Sugestão para o primeiro passo nesse empreendimento é capitalizar experiências realizadas pela Fundação do Pelourinho em Salvador (BA) ou as ações nas cidades de Olinda (PE) e São Luiz (MA).

### 3.2.6 O Centro da Cidade de Vitória

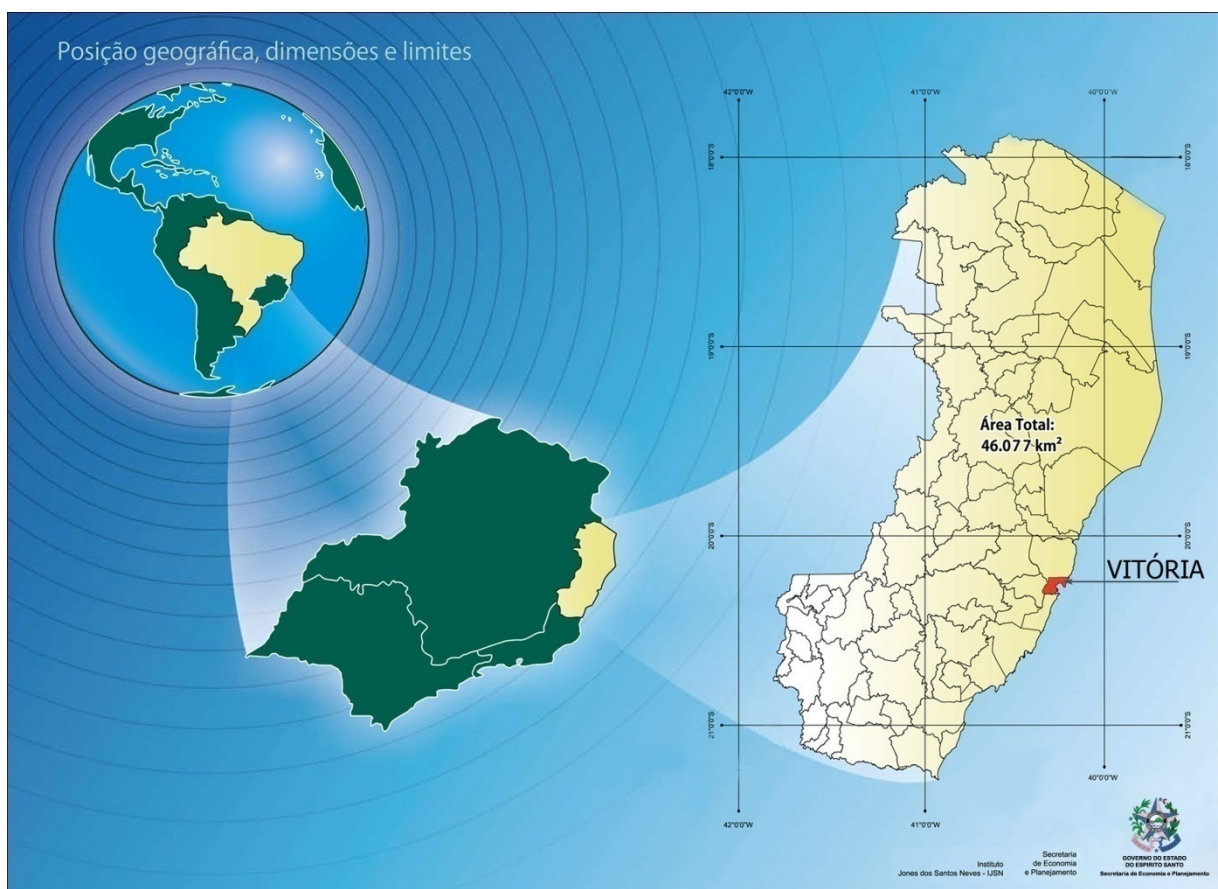


Figura 3.03 – Localização de Vitória.  
Fonte: Instituto Jones Santos Neves, Vitória, ES.

Em 1551, a ilha de Santo Antonio serviu de palco para a fundação da cidade de Vitória, denominada inicialmente de Vila Nova. A localização é fruto de estratégias

dos portugueses, que buscavam local com facilidades para instalação de fortes com finalidade de proteção contra inimigos estrangeiros e indígenas. O terreno se apresentava como muito irregular, diversos recortes e afloramentos rochosos, o que trazia favorecimento para localização das fortificações. O sítio da ilha caracterizava-se por extensas áreas alagadiças, mangues, mar, enseadas, praias e morros. A vila, implantada nas costas de uma montanha de pouca elevação, com vegetação circundante, aparentava-se como um elemento de composição paisagística, junto à colina e à beira da baía (KLUG, 2009).

As ameaças de estrangeiros, epidemias, insubmissão dos nativos são alguns dos fatores que inicialmente dificultaram o desenvolvimento da vila. O aspecto social/religioso começa a ganhar dinamismo com a chegada dos jesuítas (final do sec. XVI), amenizando problemas com os indígenas. Esta época marca também o início da ocupação da cidade alta.



Figura 3.04 – Mapa Vila da Victoria, por José Antônio Caldas, 1767.  
Fonte: REIS, 2000, p.149, apud Planejamento Interativo de Vitória, 2006

Por dois séculos o Espírito Santo ficou sem apresentar desenvolvimento. O período foi assinalado por invasões de franceses, holandeses e ingleses, o que fez com que a Coroa se interessasse e investisse mais nas capitanias do Rio de Janeiro e Bahia. Em 1790 Vitória, com uma população de 7.225 habitantes, ainda se apresentava como uma vila simples à beira-mar, formando um conjunto harmonioso com

características coloniais e desenho de silhueta destacada por igrejas (MONTEIRO, 2008). A possibilidade de comunicação comercial só veio ocorrer no sec. XIX, com o início de aberturas de estradas em direção ao interior.

Em 1823, a Vila de Vitória, já com aproximadamente 25.000 habitantes (metade formada por escravos), é elevada à categoria de cidade, mas só em 1837 vem a possuir iluminação em suas ruas e edifícios públicos (FREITAS, 2000). Contudo, isso ainda não seria sinal de bem estar para a população, pois a cidade ainda se apresenta sem esgoto, suja, necessitando de melhorias em suas estruturas. Essas transformações só vêm ocorrer no final do sec. XIX, na administração de Muniz Freire (1892-1896), um período marcado pelo desenvolvimento do comércio de exportação e importação de café, que trouxe como consequência um significativo aumento da população da capital. Fazem parte dessa época a construção da Assembleia Legislativa (1823), a Biblioteca Pública (1855), o Mercado Público (1871) e a Capitania dos Portos (1879) (MONTEIRO, 2008).



Figura 3.05 – Vitória em 1895.  
Fonte: Prefeitura de Vitória – SEDEC/GPU/CRU.

No início do sec. XX, Vitória já podia ser definida como cidade habitável, pois passou a ter serviços de água, limpeza pública, hospital, ruas iluminadas e transporte eletrificado. As intervenções visavam aos novos padrões de estética urbana e atendiam aos anseios da classe social ascendente. Essa época deixou uma importante marca na cidade, o alargamento da Rua da Alfândega (hoje Av. Jerônimo Monteiro), que oportunizou a construção de novos edifícios ecléticos, o que passou a ser o novo referencial arquitetônico, opondo-se ao passado colonial (FREITAS, 2000). Essa intervenção possibilitava, ainda, o crescimento em direção às praias,

além de permitir aterros que retificavam os recortes de terrenos que terminavam no mar, fazendo com que os habitantes tivessem oportunidade de contato direto com o mar (KLUG, 2009).



Figura 3.06 – Vitória em 1910.  
Fonte: Prefeitura de Vitória – SEDEC/GPU/CRU.

Com o desenvolvimento da cidade e o conseqüente aumento da população, veio a necessidade de mais áreas para atender a demanda de habitantes. Esse fator foi determinante para que administração expandisse a capital em direção à região longe do Centro, local denominado de Novo Arrabalde. A nova área passa a ter ocupação efetiva a partir de 1920, quando do auge da economia cafeeira. Esse aquecimento econômico, baseado na valorização do café, faz com que o Centro de Vitória assista a sua maior transformação urbanística. As intenções partiam do desejo de apagar referências do período colonial. Diversas edificações passam por reformas que lhes propiciam novas caracterizações, como o Colégio e a Igreja de São Tiago e o Convento do Carmo; e outras são demolidas para dar lugar a novas edificações, que foi o caso do desmanche da igreja da Misericórdia visando à construção da Assembleia Legislativa. Vitória assiste, assim, cada vez mais à espacialização de suas diferentes funções, como a ocupação da parte alta da cidade sendo feita por edifícios administrativos e religiosos, enquanto que a parte baixa percebia-se o uso dominado por casas comerciais e serviços diversos – mercados, correios, bancos (MONTEIRO, 2008).

Significativas mudanças urbanas também ocorreram com o uso dos bondes, que com suas instalações as calçadas se tornaram mais estreitas, ocasionando novas formas de apropriações e usos para o passeio, trabalho e circulação de pedestre



(FREITAS, 2000). Vitória, neste período, deixa de ser uma velha vila colonial para se tornar, mesmo que pequena em comparação a outras cidades do país, uma nova cidade burguesa, recebendo investimentos de melhorias no serviço, acelerando o processo de urbanização. O café, como a causa desse progresso, incrementa um grande número de comércios, em sua maioria situados na parte baixa da cidade, e a burguesia, emergente, substitui antigos sobrados coloniais por suntuosas residências (MONTEIRO, 2008).

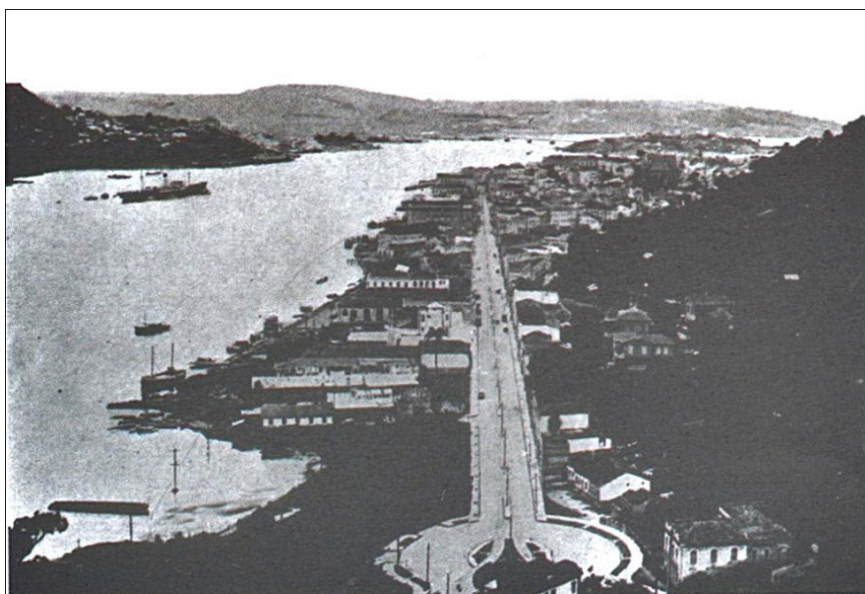


FIGURA 3.07 – Avenida Capixaba em ligação com a Avenida Jerônimo Monteiro, no final da década de 1920.

Fonte: Acervo da Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo.

Apesar de possuir um sítio urbano de pequenas dimensões, Vitória, na década de 1920, mostrava-se como o mais importante centro comercial do Espírito Santo. A relação entre paisagem natural e paisagem construída recebe importantes modificações na administração de Florentino Avidos (1924-1928), e a área central é onde mais se evidenciam as atuações deste governo. Com a expansão da cidade, melhorias nas ligações com bairros tiveram que ser feitas, como retificações e alargamento e calçamento de ruas estreitas do Centro da cidade, as duplicações de linhas de bondes estendendo de Santo Antonio à Praia Comprida. O passeio ao Centro é incrementado com a inauguração da Praça Costa Pereira, e a abertura da Avenida Capixaba, ligando-se à Avenida Jerônimo Monteiro, modifica a paisagem do lugar criando perspectivas mais abertas, transformando o Centro num local de aglomerações sociais, eventos políticos e encontro de intelectuais.

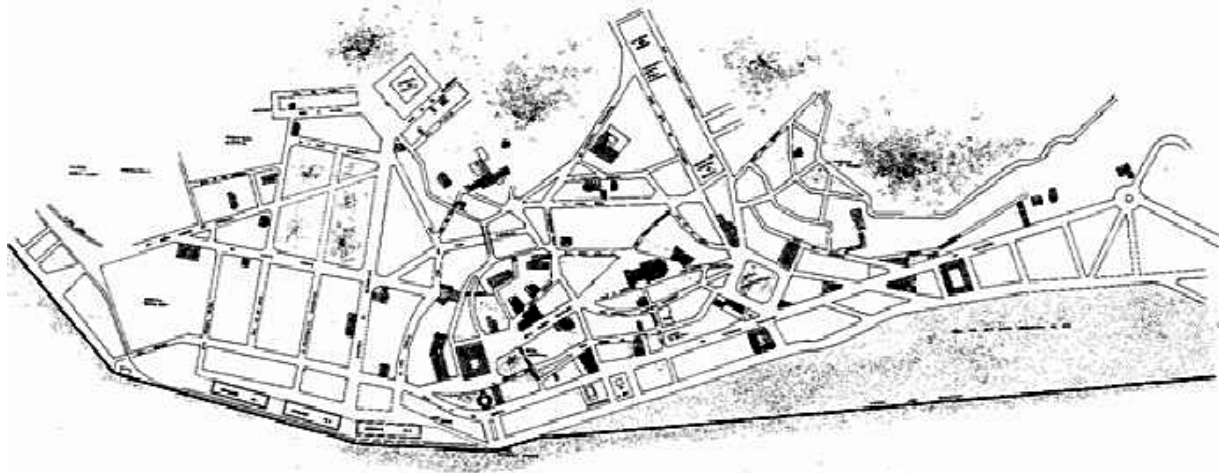


Figura 3.08 – Vitória em 1928.  
Fonte: Prefeitura de Vitória – SEDEC/GPU/CRU.

As obras do Porto, suspensas em 1906, foram reiniciadas, apesar de pareceres técnicos que indicavam o continente como a melhor localização. Assim, a implantação dos galpões transformou a relação entre o centro da cidade e a baía, promovendo bloqueio visual e de acesso físico. O atendimento à demanda de cargas ocasionou a necessidade de criar uma ligação de transporte com o continente sendo viabilizado por meio da construção da primeira ponte da cidade. A ponte Florentino Avidos, ou “Cinco Pontes”, veio trazer, ainda, fortes mudanças nas maneiras de visualizar a capital, além de se tornar um marco na paisagem construída (KLUG, 2009).





FIGURA 3.10 – Ponte Florentino Avidos, década de 1920 (KLUG, 2009).  
Fonte: Acervo do Arquivo Geral do Município de Vitória.



FIGURA 3.09 – Mancha urbana de Vitória em 1930 (KLUG, 2009).  
Fonte: Acervo do Instituto Jones dos Santos Neves.

Na década de 1940, a área central de Vitória assiste a notáveis transformações balizadas por um grande plano com a supervisão de Donat Alfred Agache. Este plano incluiu novo aterro para ampliação do Porto e finalização da Esplanada Capixaba; remodelamento de traçados de quadras, que permitia a construção de edifícios altos, conceituados modernistas; extinção das linhas de bondes da Cidade Alta, priorizando o uso de automóveis. Podia se perceber uma grande mudança na

paisagem urbana fruto de demolições, ampliação de calçadas e modificações no tráfego de pessoas e veículos (FREITAS, 2000).



Figura 3.11 – Centro de Vitória. Avenida Jerônimo Monteiro em 1936. Caminhão em frente à Agência de Correios.

Fonte: Disponível em: <[http://gazetaonline.globo.com/\\_conteudo/2011/01/754806](http://gazetaonline.globo.com/_conteudo/2011/01/754806)>.

O final dos anos 40 é caracterizado por uma diminuição no desenvolvimento e crescimento na capital. Fato que começa a ser revertido na década seguinte que é caracterizada por um processo de modernização industrial, e implica em reordenação do espaço urbano da cidade. Os planos do então governante Jones dos Santos Neves (1951-1954) incluíram a ampliação do Porto, a construção da Avenida Beira-Mar e aterro de antigos manguezais. Essa época é notável também pelo crescimento do capital imobiliário, que se torna mais representativo e se demonstra bastante influente nas intervenções do espaço urbano.

Na década dos anos 1960, foram notáveis alguns processos de alteração em características econômicas e urbanísticas que refletiram também em mudanças no papel do Centro de Vitória. Essa época vê extrapolar os limites da área central da cidade. A economia cafeeira entra em crise, o que junto com as expectativas industriais determinam o aparecimento do êxodo rural, aumentando a população da Capital e municípios vizinhos. Os bondes são extintos, a cidade passa a ser dominada pelo uso do automóvel e a poluição sonora e do ar começam a serem sentidas. O Centro da cidade apresenta, assim, suas funções de comércio e serviço

fortalecidas, uma vez que essas funções inexistem nas áreas expandidas recém-ocupadas, e a região central continua a receber investimentos em obras públicas. A função habitacional encontra, nesses anos, concorrências com o crescimento da cidade indo a todas as direções, inclusive ocupando o continente (FREITAS, 2000).



Figura 3.12 – Centro de Vitória em 1960.

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves. Disponível em: <[http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/script/resultado.asp%C2%BFp\\_arquivo=ijs2257](http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/script/resultado.asp%C2%BFp_arquivo=ijs2257)>. Acesso em: 15/06/2010.

O Centro de Vitória volta a afirmar seu papel de centro administrativo, de comércio e de serviços na década de 70, quando a economia do Espírito Santo deixa de depender da cultura do café, passando a trabalhar com capital internacional e estatal e, com o incremento de grandes projetos industriais, focaliza sua produção para o mercado externo. Verificam-se no Centro algumas mudanças de usos, como os setores residenciais, que continuam quase que somente no Parque Moscoso e Cidade Alta. São dessa época também a redução do caráter de lazer na cidade e a imprudente ocupação dos setores informais da economia.

As mudanças, provindas desse processo econômico, favorecem a um adensamento de ocupação no Centro por meio de verticalização e também a um rápido processo de urbanização, aliado a oportunidades de comércio e de serviços em outros bairros da Capital, como Praia do Canto, Jardim da Penha e Jardim Camburi. Esses fatores fazem com que as populações de rendas mais elevadas não sejam mais atraídas



pelo Centro e este perca sua categoria de prioridade, quando na procura por serviços e comércios.



Figura 3.13 – Centro de Vitória em 1970.

Fonte: Instituto Jones dos Santos Neves. Disponível em:

<[http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/script/resultado.asp%C2%BFp\\_arquivo=ijs2257](http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/script/resultado.asp%C2%BFp_arquivo=ijs2257)>.

A segunda metade da década de 70 assistiu ao início da decadência do Centro da cidade, que teve seu significado modificado, reflexo de uma intensa urbanização provinda de grandes alterações no modelo econômico. Assim, podem-se apontar algumas causas do esvaziamento do Centro como o interesse imobiliário, que é transferido para outras localizações da cidade, o deslocamento de atividades comerciais e administrativas para outras áreas recentemente urbanizadas e com melhores condições de espaço, a transferência de locais de festividades e atividades de lazer. A marginalização e a deterioração de determinados lugares realçam essas mudanças e parecem também justificar uma suposta necessidade de segurança, favorecendo o surgimento de segregações e confinamentos em outros bairros, desqualificando a vida no Centro da cidade (FREITAS, 2000).

Os municípios vizinhos de Vitória, ou seja, Serra, Cariacica, Vila Velha e Viana, também crescem e vivem em influência mútua e, a partir da década de 70, formam a Grande Vitória, numa conurbação com a capital. Porém, nenhum desses municípios tem condição de infraestrutura para atender aos imigrantes vindos de outros

municípios ou Estados, o que favorece o aparecimento de contingente extra de mão de obra e conseqüente exclusão social. Essas pessoas, excluídas de posição social, acabam por se ligar a atividades informais como meio de sobrevivência, fazendo parte de um conjunto de desprivilegiados que se instalam, ou se apropriam, de espaços públicos em toda a região metropolitana, com predominância para as áreas centrais dos municípios. É notório que todo esse processo é fruto de uma aceleração da industrialização capaz de trazer tanto o desemprego como o subemprego, e mesmo que essas pessoas carentes se instalem em municípios vizinhos, promoverão alguma desorganização social na cidade. Em Vitória, esses fatos foram muito evidenciados nos anos 70, o que trouxe ao Centro grandes congestionamentos e expressiva expansão de favelas.

Vitória recebe na década de 70 um grande fluxo de pessoas vindas, sobretudo do interior do Estado. Estas, dependendo de sua renda, passam a viver, não apenas nas regiões disponíveis – antigos e novos loteamentos –, como a ocupar áreas naturais sobre morros e manguezais, reservadas a princípio à preservação ambiental. Ambos os processos, altos edifícios sobre o território plano e casas térreas sobre território irregular, são feitos, em sua grande maioria, de forma um tanto quanto descontrolada (MONTEIRO, 2008, p. 76).

Na década de 1980, o município de Vitória, com seus 175.000 habitantes, passa a ter maior regulação na ocupação de áreas urbanas com a aprovação do Plano Diretor Municipal. O Centro de Vitória, que já possuía sua estrutura estabelecida, sofre poucas intervenções significativas. Contudo o mercado imobiliário investe seu capital nas áreas em crescimento, região noroeste, parte continental norte do município, e áreas litorâneas. Isso faz com que o Centro sofra um processo de falta de investimentos, acarretando desvalorização de seus espaços e inicie um período de decadência.



Figura 3.14 – Vitória em 1995.  
Fonte: Prefeitura de Vitória – SEDEC/GPU/CRU.



Figura 3.15 – Vista aérea de parte do Centro de Vitória em 2009.  
Fonte: Acervo do autor.

Além desses fatores, outros se juntam para acentuar o declínio do Centro, como a sua localização em relação aos municípios vizinhos, que o transforma em corredor de passagem, a poluição, o barulho, a falta de estacionamentos e a insegurança, que acabam por se tornar elementos negativos que se fixam no conceito que a população firma sobre a região central, fazendo com que, principalmente as pessoas de alta renda, procurem outros locais com mais amenidades para fixarem moradias. Dessa forma, os comércios e serviços mais sofisticados tendem a deixar o Centro acompanhando esse tipo de consumidor que migraram para as novas áreas de expansão. O Centro de Vitória passa então a ser ocupado por serviços e comércios legais que buscam atender às outras classes de menor poder aquisitivo e por



atividades informais como biscateiros, ambulantes, camelôs, que transformam as estreitas calçadas em seus territórios de negócios, numa incessante transformação da paisagem urbana, agravando a imagem de deterioração que a população faz do Centro, associando-o a desordem, confusão, sujeira, poluição.

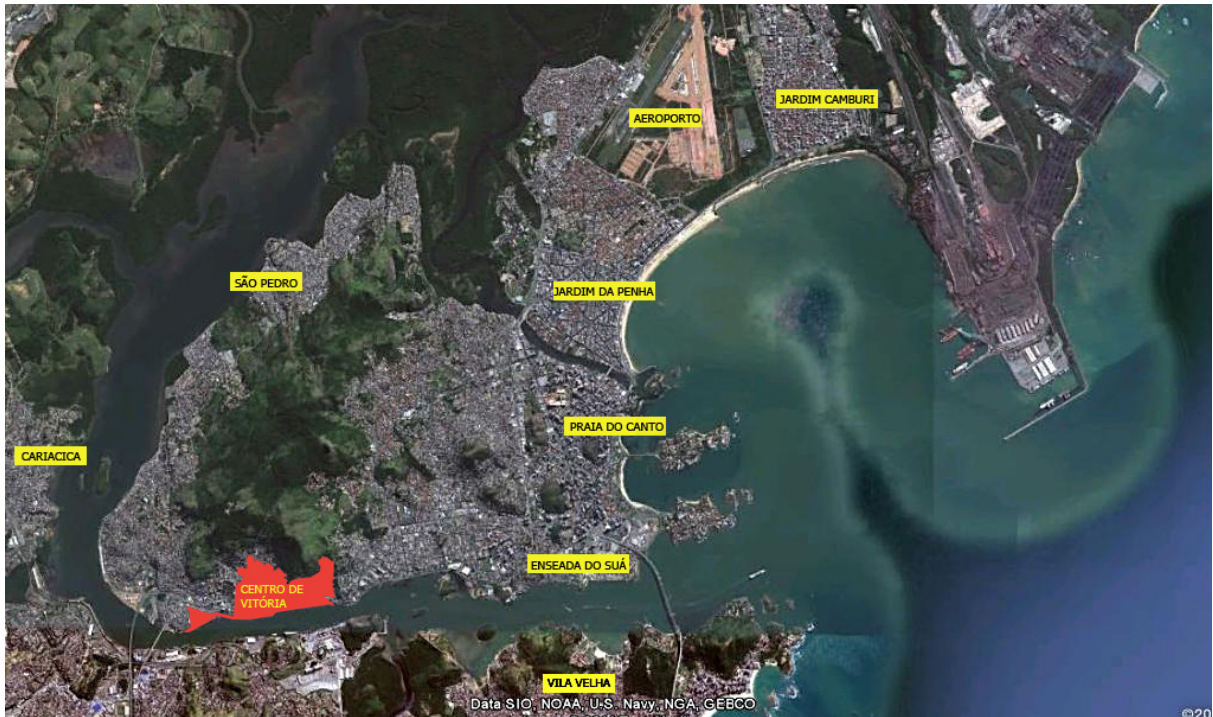


Figura 3.16 – Centro de Vitória envolvido por novas centralidades.  
Fonte: Adaptação Google Earth. Acesso em: 21/01/2011.

Como um agravamento da situação do Centro, podemos incluir o fato que até mesmo os segmentos administrativos e de grandes empresas buscaram fuga desta região, como é o caso da Assembleia Legislativa, que se instalou na Enseada do Suá. Contudo, mesmo com essa diversidade de situações negativas, o Centro ainda carrega determinados valores que justificam o atendimento ao seu apelo pela sobrevivência. São importantes as considerações de que ainda é uma região dotada de valiosa rede de infraestrutura e serviços de transporte coletivos, que permitem e facilitam a utilização de seus espaços públicos e privados. Além disso, o Centro possui elementos e conjuntos arquitetônicos que são carregados de significância e testemunham a história da cidade, onde se pode fazer uma leitura das diversas épocas que marcaram a vida da cidade.

Esse passado se reflete na permanência do aspecto colonial na Cidade Alta com suas vias e lotes estreitos e casas construídas sem afastamentos laterais, na euforia republicana da década de 20 que se traduz na

perspectiva da Avenida Jerônimo Monteiro e no boom de expansão populacional e imobiliário a partir da década de 70 na Esplanada Capixaba (FREITAS, 2000, p. 47).

Pode-se entender, aqui, que a área central de Vitória, assim como a região central de outras metrópoles no Brasil, vem passando, desde as últimas décadas do sec. XX, por modificações na paisagem que é fruto de um processo de transformação socioespacial, ou seja, materialização de ações humanas em frequentes mudanças. Essas áreas centrais se apresentam de modo complexo, e a compreensão desta situação se torna mais clara na medida em que analisamos suas formas e configurações espaciais, bem como as apropriações que os ambulantes e camelôs fazem nos espaços públicos, exemplificado neste trabalho pela Avenida Jerônimo Monteiro, assunto este, abordado no capítulo seguinte



## **4 A AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO E OS AMBULANTES**

Após a exposição sobre o centro da cidade de Vitória, esta parte do trabalho trata da configuração atual da paisagem da Avenida Jerônimo Monteiro e teve como base as visitas efetuadas com intenção de observação participante. Antes, porém, considerou-se necessário abordar sua evolução histórica a partir do sec. XVIII, na tentativa de contextualizar sua localização no espaço e no tempo, bem como os fatos sócio-político-econômicos que determinaram sua conformação espacial. Acredita-se na importância de conhecer suas paisagens superpostas para que se possa entender a paisagem que ora se apresenta aos usuários desta avenida do centro histórico da capital.

Após esses relatos, o item a seguir reporta-se a uma pesquisa elaborada por iniciativa da Prefeitura de Vitória com finalidade de conhecer as características dos ambulantes do centro da cidade. Este capítulo aborda inicialmente a Avenida Jerônimo Monteiro por entender que esta é a região do centro onde se localiza a maioria desses comerciantes e, em seguida, expõe os dados da pesquisa como busca de mais aproximação à compreensão sobre as ações dessas instalações comerciais quando, mesmo sem se aperceberem, transformam a paisagem do lugar.

### **4.1 A AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO**

Considerada como a principal artéria do Centro de Vitória, a Avenida Jerônimo Monteiro possui um traçado que tem origem na época da fundação da cidade, mas que passou por algumas reformulações ao longo do tempo por intenção de melhorias e adaptações às diferentes épocas. Sua importância no contexto da cidade se deve principalmente ao fato de funcionar como ligação leste/oeste do município, o que fez com que absorvesse um considerável fluxo de veículos, carros de passeio, ônibus e movimentação de pessoas. Com isso, como mostra sua história, tornou-se local de encontros e ponto de referência, fazendo parte do imaginário dos habitantes de Vitória.

Sua posição geográfica na área central se configura entre o porto e a cidade alta, uma situação que também colaborou para que adquirisse um *status* simbólico, marcado por construções, importantes para os habitantes, de grande valor econômico e social. Talvez venha desta proximidade com o porto a sua denominação inicial de Rua da Alfândega, ou seja, o lugar público onde se fiscaliza bagagens e mercadorias que entram e saem de um país, bem como local onde se instalaram bancos, firmas importantes, sede dos Correios e Telégrafos, cinema e mercado municipal. Conforme Elton (1999), em 1872 esta avenida passou a denominar-se Conde D'Eu, mas após a proclamação da República voltou à sua denominação anterior, embora se encontrasse, ainda em plantas do ano de 1917, registro que a referenciasse com o nome do conde. A Rua da Alfândega, segundo Derenzi (1965), era considerada como a melhor rua do Centro, mesmo sendo um pouco estreita e com fachadas mal alinhadas. Diz ainda esse autor que nesta rua se localizava, após a Praça Santos Dumont (atual Praça Oito de Setembro), o mercado, “sujo, com botequins e café caneca, onde os ambulantes costumavam ficar, agência de transportes terrestres e marítimos, terminando, a Casa Nicolletti” (DERENZI, 1965, p. 180). Antes dessa época, no sec. XVIII, o logradouro público que viria a se tornar a Avenida Jerônimo Monteiro fazia parte de um conjunto de ruas estreitas e de pouco comprimento, característico de uma pequena vila, simples, à beira-mar, que se traduzia em um harmonioso conjunto de desenhos coloniais. Essa malha urbana era formada, em 1767, conforme Klug (2009), por ruas assimétricas e linhas geralmente curvas.

Na medida do possível, as ruas seguiam as linhas da topografia do terreno, com as quadras situadas entre as curvas de nível. O desenho tortuoso das ruas ao mesmo tempo que não abre eixos visuais da cidade para a baía, cria expectativa e surpresa ao descortinar aos poucos a vista do elemento água (KLUG, 2009, p. 20).

Klug (2009) diz que essa configuração urbana definia-se por meio de edificações pequenas, em sua maioria, compostas de um ou dois andares. Formava um conjunto predominantemente horizontal, numa escala simples e delicada, onde a continuidade das alturas e a relação de proximidade permitiam destaque da forte presença do relevo. Essa sua configuração manteve-se inalterada, do ponto de vista de seu desenho, de sua escala e de sua paisagem, até o início do sec. XIX.

Conforme Monteiro (2008), em 1823, a então Vila de Vitória é elevada à categoria de cidade, contudo, só em 1837 seus edifícios públicos e ruas, que ainda permaneciam sujas e sem esgoto, ganham iluminação proporcionada por 40 lampiões a azeite de peixe, que seriam substituídos por querosene em 1865 e por gás em 1879.

No governo de Muniz Freire (1892-1896), os espaços urbanos passam por sua primeira grande transformação, uma vez que este foi um período marcado pelo desenvolvimento do comércio de importação/exportação de café, trazendo aumento da população. Conforme Monteiro (2008), a Rua da Alfândega "já era considerada à época a melhor e mais dinâmica da Capital" (MONTEIRO, 2008, p. 97). Neste período, esta rua e seu entorno ganham a construção do Mercado Público e da Capitania dos Portos.

Ainda, Monteiro (2008) lembra que, em fins do sec. XIX, na cidade era percebida a distinção de uso entre a colina e a parte baixa. No primeiro espaço pronunciavam-se as obras públicas, e no segundo, o comércio em desenvolvimento e o surgimento de novos cais em meio aos antigos, que pertenciam aos religiosos. Onde hoje é o cine-teatro Glória, surgia o cais do Santíssimo ou da Imperatriz, onde nessas proximidades tinha início a Rua da Alfândega,

recém-criada sobre um aterro e que passou a concentrar a nova tipologia significativa da paisagem de Vitória: os armazéns comerciais – onde por um lado (rua) eram feitas as transações, ao mesmo tempo em que pelo outro (baía) era feito diretamente o escoamento das mercadorias (MONTEIRO, 2008, p. 92).

O sec. XX inicia-se com novidades que ajudam a modificar a vida da cidade, que passa a contar com serviços de água e esgoto, limpeza pública, hospital e ruas iluminadas. A paisagem da Rua da Alfândega começa a se alterar em função de um novo tipo de transporte, os bondes. Em 1905, o Espírito Santo consegue franquias para construir uma linha de bonde animal em Vitória, e em 1907, a empresa Ferro-Carril do Suá comprou três "mulecars" de segunda mão de Niterói e inaugura uma linha do Centro ao Forte de São João<sup>10</sup>.

---

<sup>10</sup> - Disponível em: <<http://www.tramz.com/br/vv/vv.html>>. Acesso em: 08/02/11.



Figura 4.01 – Praça Oito de Setembro em 1908. À esquerda, a Avenida Jerônimo Monteiro.  
Fonte: Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/agv5338.jpg>>.  
Acesso em: 02/02/2011.

Em continuidade a este período, e que também trouxe significativas transformações à cidade, inicia-se o governo de Jerônimo Monteiro (1908-1912). Almeida (1986) diz que neste período uma somatória de intervenções é efetuada, produzindo uma nova paisagem urbana. “Todos aqueles anseios, já tão decantados nos governos anteriores de limpar, sanear, construir belos prédios, abrir praças, ajardinar, embelezar a cidade, fazem-se concretos, neste momento” (ALMEIDA, 1986, p. 49), e marcam um novo processo de crescimento da cidade. Este governo tem como pontos principais o crescimento da economia e a transformação de Vitória em uma cidade moderna e, para dar andamento a esses objetivos, é criado o Plano de Melhoramentos e Embelezamento de Vitória. Este Plano tem como metas o alargamento das ruas e praças existentes, bem como a abertura de novas ruas, com intenção de modificar completamente o mau aspecto da cidade e fazê-la perder seu aspecto colonial de ruas estreitas e tortuosos alinhamentos.



Figura 4.02 – Vitória à época do governo de Jerônimo Monteiro (1910).

Fonte: MONTEIRO, Peter Ribon Monteiro. **Vitória**: Cidade Presépio – Os vazios visíveis da capital capixaba. São Paulo: Annablume, 2008. p. 96.

De acordo com Almeida (1986), no governo de Jerônimo Monteiro a Rua da Alfândega passou por profundas modificações visando a melhorias, resultado de desapropriações, demolições e alargamentos, abrindo a cidade para a perspectiva de seu crescimento: as praias. A iluminação elétrica, conforme o *site* <[www.tramz.com/br](http://www.tramz.com/br)> (acesso em: 02/03/2011), é inaugurada na cidade em 25 de setembro de 1909 e, no ano seguinte, o sistema de bonde animal é substituído por bondes elétricos, fazendo com que a rede seja ampliada criando uma linha desde Santo Antonio até a praia do Suá, e outra unindo a Cidade Baixa à Catedral e ao Palácio do Governo. A modernização desse transporte trouxe, portanto, novas modificações na paisagem da cidade, decorrentes das instalações de postes no meio da rua e calçadas mais estreitas, e que ocasionou novas formas de ocupação desses espaços públicos.

O novo cenário comercial vive, assim, principalmente em função do movimento portuário, onde se desenvolveu. A Rua da Alfândega e a Praça Oito de Setembro – que havia sido inaugurada em 1908 – mostravam que em seus cafés “homens letrados, diplomados pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, faziam ponto, dividindo-se de acordo com as cores políticas comuns” (DERENZI, 1965, p. 180).

Mais à frente, no começo da década de 1920, o Estado presencia um soerguimento da economia capixaba ligada à produção do café. Com a economia aquecida, mais

transformações ocorrem na paisagem da Rua da Alfândega, que tem sua denominação mudada para Avenida Jerônimo Monteiro no governo de Nestor Gomes (1920-1924). As reformulações da avenida nesta gestão trouxeram como consequência o alinhamento definido e desembaraçado do casario local. Monteiro (2008) lembra como destaque a atuação do governo de Florentino Avidos (1924-1928), que retoma o ritmo acelerado de obras ao criar em sua administração a Comissão de Melhoramentos de Vitória. Fazem parte de suas ações a abertura da Avenida Jerônimo Monteiro por meio da ligação da antiga rua da Alfândega, alargada, e a Avenida Capixaba, com suas novas edificações públicas, que contam agora com um código de posturas.

Todas as obras são, desse modo, marcadas pelo ecletismo, formando na parte baixa da cidade um conjunto arquitetônico-urbano que passa a representar toda a dinâmica da cidade, simbolizada pela avenida Jerônimo Monteiro, primeira artéria viária da capital e onde se situam os mais valiosos prédios. A sua abertura que exigiu a destruição de alguns edifícios como a antiga sede dos Correios e o aterro de parte da baía – uniu os trechos formados pela antiga rua da Alfândega e pela recém-criada avenida Capixaba, conformando em Vitória uma perspectiva até então nunca vista. Além do chamado aterro da Capixaba, Avidos mandou ainda executar um aterro junto ao forte de São João, o que permitiria uma segunda ligação do núcleo antigo à região leste da cidade, para onde se expandiria (MONTEIRO, 2008, p. 105).

Conforme Monteiro (2008) chama a atenção, os trabalhos elaborados pelos governos de Freire, Monteiro e Avidos tiveram pouca continuidade, em consequência, principalmente, da retração da economia do Estado, oriunda da nova queda do café.

Com a intenção de enriquecer dados que demonstrem a paisagem da avenida Jerônimo Monteiro entre 1915 e 1940, cabe aqui citar alguns registros de comércios e serviços desse período:

A Queimadeira (tecidos), Casa Centenário (tecidos), Casa Garantia, de Aires e Coelho (artigos de eletricidade), Irmãos Batista (café), Casa Cypreste (tecidos), Loja Esperança (tecidos), Flor de Maio (chapéus e malas), Empório Capixaba, Hotel Universal, Hotel Europa, A Vidrália, Casa Morgadinha (calçados e chapéus), Alfaiataria Resimini, Alfaiataria Júlio Lima, A Singer (máquinas de costura), Loja Silva e Irmão, Pan-Americano, Caio Noronha (armazém de secos e molhados), Armazém São José (idem), A Mimosa (armário), A Principal (calçados), Casa das Meias, Casa das Linhas, Farmácia Silveira, Farmácia Confiança, Confeitaria Colombo, Frutaria Cruzeiro, A Hidrolitol (dos irmãos Benezath), Casa Ramos (roupas), Bar OK, Charutaria Manoel Brás, Papelaria Santa

Presciliana, Papelaria e Tipografia Gentil, os estúdios fotográficos de Otavio Paes, Mazzei, Merjane e Quintas (...), as casas lotéricas de Justino e Delfim Nunes, Agência Copolilo (jornais e revistas), os trapiches de Antenor Guimarães e Mesquita & Cia, A Bolsa do Café, situada no andar térreo do Teatro Glória etc. (ELTON, 1999, p. 211).



Figura 4.03 – Av. Jerônimo Monteiro em 1940 com os bondes participando da paisagem urbana. À esquerda, o Cine-teatro Glória, e à direita, o edifício do Banco Hipotecário e Agrícola.

Fonte: Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/frm0019.jpg>>. Acesso em: 02/02/2011.

As décadas de 1930 e 1940 também são vistas como as que assistiram a notáveis transformações no Centro de Vitória e consequentes alterações na paisagem da Avenida Jerônimo Monteiro e seu entorno imediato. Citam-se aqui o novo aterro para ampliação do porto e a finalização da Esplanada Capixaba, e a extinção das linhas de bonde que serviam à Cidade Alta, trazendo nova maneira de utilização das ruas e avenidas da parte baixa, pois o uso do automóvel começa a ser priorizado e as calçadas são ampliadas. Monteiro (2008) lembra obras significativas na avenida neste tempo, como a sede dos Correios e Telégrafos – 1930 – e o edifício do cine-teatro Glória, inaugurado em 1932. Projeto do arquiteto alemão Ricardo Wrigth, foi construído onde existia o cais do Santíssimo e o Éden Park, caracterizava-se como uma obra eclética, dotada de novos elementos arquitetônicos como a marquise e determinantes detalhes como a cúpula voltada para a Avenida Jerônimo Monteiro.





Figura 4.04 – Avenida Jerônimo Monteiro em 1936. À esquerda, o Cine-teatro Glória.

Fonte: Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/ij1535.jpg>>. Acesso em: 02/02/2011.

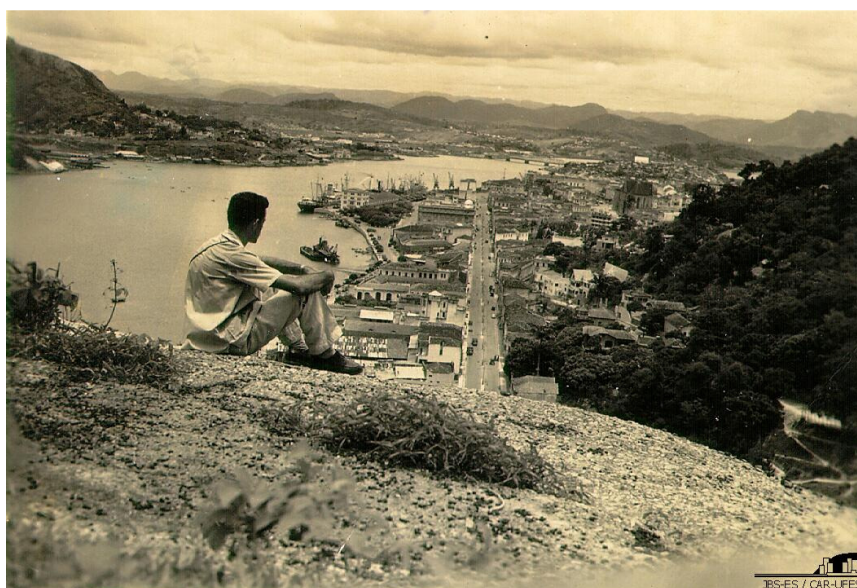


Figura 4.05 – Avenida Jerônimo Monteiro em 1940. À direita, a Catedral Metropolitana, e à esquerda, o porto e a Baía de Vitória.

Fonte: Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/ij0005.jpg>>. Acesso em: 02/02/2011.

Diz o historiador e sociólogo Renato Pacheco (1998) que, nesta época, os pontos nodais de Vitória eram a Praça Costa Pereira, o Parque Moscoso e a Praça Oito, que, anexa à Avenida Jerônimo Monteiro, serviu de palco para importantes momentos políticos com participação da população, sendo por muito tempo o ponto mais frequentado da ilha, conforme relato de Elton (1999). Pacheco (1998) conta



que em 1935 a colônia portuguesa erigiu nesta praça um monumento em homenagem ao IV Centenário da Colonização, que foi substituído em 1943 por um relógio que, antes de soar as horas, ouviam-se os acordes do Hino Espírito-santense. Este autor, ainda, mostra um retrato do cotidiano deste lugar nas palavras de um cronista da cidade:

Mas, apesar da chuva e do vento a Praça Oito regurgita. Funcionários que deixaram as repartições, estudantes que saíram dos colégios, gente que não tem o que fazer, no momento, e gente que nunca teve ocupação. Assunto: a guerra, entrecortada de “tesouradas” na vida alheia (CO apud PACHECO, 1998, p. 16).

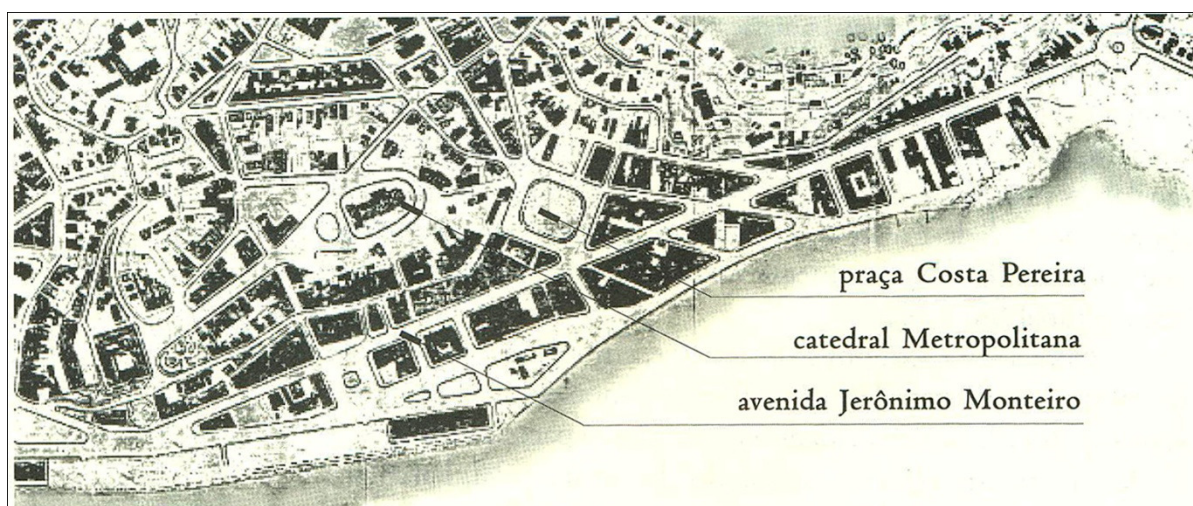


Figura 4.06 – Vitória em 1948.

Fonte: MONTEIRO, Peter Ribon Monteiro. **Vitória: Cidade Presépio** – Os vazios visíveis da capital capixaba. São Paulo: Annablume, 2008. p. 96.

Com relação aos tipos de usuários do Centro, Pacheco (1998) conta que muitos eram funcionários públicos que, em sua maioria, trabalhavam na Cidade Alta, mas utilizavam a Avenida Jerônimo Monteiro como parte do percurso para chegar ao posto de trabalho. Os trajes desses usuários eram, de praxe, terno e gravata, a quem se equiparavam os profissionais liberais. A paisagem urbana na avenida, também nesta época, configura-se com a presença de ambulantes e camelôs, que comercializavam mercadorias e serviços.

Os ambulantes eram muitos e de variada mercadoria. Segundo o Código Tributário Municipal (decreto 437/31), podiam amolar facas com rebole, vender angu, canjica, caruru, mingau, mercar gaiolas e pão em cestos, sacolas de algodão-doce, quebra-queixo. Falando dos libaneses, Mintaha Alcuri Campos lembra que os mascates comerciavam com fazendas, verduras, ovos, leite, frutos, bilhetes de loteria, cigarros, confecções, pão,

sorvetes, armarinhos, tapetes, quadros, espelhos, gravatas e amendoim, havendo ainda uma mulher libanesa cadastrada como ambulante que vendia doces, amendoins e fazendas (PACHECO, 1998, p. 48).

O começo da década de 1950 se vê marcado pelo crescimento do capital imobiliário, e a verticalidade começa a ganhar exemplos de mais interferência visual. Um desses exemplos é lembrado por Monteiro (2008), o Edifício Ouro Verde, projeto do arquiteto Marcelo Vivacqua, construído em 1955, que trouxe um desenho inovador, proporcionado por linhas expressionistas.

A seguir, nos anos de 1960, a economia do café entra em crise e o Estado começa a pensar em um processo de industrialização para suplantar a base desta cultura, o que acaba acarretando o êxodo rural e um acentuado crescimento da população da cidade, o que faz com que a área central tenha seus limites extrapolados. Nesta época, marcantes intervenções ocorrem na paisagem da Avenida Jerônimo Monteiro, sendo a que gerou mais consequências foi a extinção dos bondes, que trouxe consigo a confirmação do domínio da avenida pelos automóveis, pelo barulho e pela poluição. A retirada dos trilhos e dos postes do antigo meio de transporte modifica a perspectiva e cria novas formas de uso do lugar. Contribui para o fato a nova silhueta que vai sendo delineada decorrente da verticalidade das construções. Conforme Monteiro (2008), são edifícios que formavam uma composição mais clássica e de desenho particularizado, sendo que uma de suas representações pode ser vista no Edifício das Repartições Públicas, atualmente denominado Edifício Aureliano Hoffman, inaugurado em 1962, projeto do arquiteto Ary Garcia Rosa, que tem seu *pilotis* complementado por um painel do paisagista Burle Marx.

A inserção dessas edificações mais altas faz com que a área central, e conseqüentemente a Avenida Jerônimo Monteiro, inicie a perda da predominante escala que até então era característica de sua paisagem. De acordo com Monteiro (2008), essa nova volumetria passou a se fazer presente tanto na parte baixa quanto na parte alta da cidade e, com frequência, não se pensava num relacionamento harmônico com edifícios existentes e com a topografia dessa região. O novo aterro da Esplanada Capixaba, ao ampliar o espaço da cidade, ainda possibilitou novas oportunidades para empreendimentos imobiliários, já numa linguagem mais

simplificada do Modernismo, mas ainda acentuando a modificação da escala existente.



Figura 4.07 – Avenida Jerônimo Monteiro em 1960. As edificações altas e o novo aterro da Esplanada Capixaba.  
Fonte: Disponível em: <<http://legado.vitoria.es.gov.br/baiadevitoria/imagens/tjs2050.jpg>>.  
Acesso em: 02/02/2011.

A década de 1970 assiste à consolidação de uma grande expansão de Vitória, que se estende em direção às praias e ao continente. Essa intensa urbanização, aliada a alterações do modelo econômico, reflete-se em uma decadência da área central. As oportunidades de comércio e serviços disponíveis em outros bairros fazem com que a população de maior renda não seja mais atraída pelo Centro da capital.

Considerada como Capital administrativa e financeira, Vitória chega aos anos 80 e 90 com uma nova economia, dinâmica, voltada para a indústria e comércio. Expandida em todas as direções, “a cidade ainda tem como principal núcleo o centro histórico que, por sua vez, devido a um crescimento desordenado e a excessiva verticalização, já demonstra sinais de deterioração urbana” (MONTEIRO, 2008, p. 130). Nesse contexto, a Avenida Jerônimo Monteiro se apresenta como um dos locais do Centro onde mais se percebe essa situação de agravamento identificada no saturado tráfego de automóveis e ônibus e conseqüente poluição do ar, sonora e visual, bem como a descaracterização de construções de valor histórico.

Hoje a Avenida Jerônimo Monteiro ainda contempla em seus lados alguns exemplares arquitetônicos que fazem parte de uma política de preservação histórico-

cultural por parte, sobretudo, da administração pública municipal, pois são testemunhos de épocas importantes na história da cidade e que ajudam a responder perguntas sobre a sociedade que os construiu. Esta identificação, assim como as considerações a seguir, é proveniente do método da observação participante, ou seja, são respostas aos momentos vivenciados na Avenida Jerônimo Monteiro e fazem parte da metodologia aplicada neste trabalho como descrita no capítulo 1.

Um passeio pela avenida mostra que as referidas obras, consideradas históricas, não formam um conjunto contínuo, sendo suas localizações intercaladas com edificações de épocas recentes, partes de interesses imobiliários. O olhar atento mostra que são pouco percebidas, em boa parte, na medida em que sua volumetria e seus detalhes arquitetônicos são encobertos por painéis de mídia exterior – propaganda externa às edificações – onde se configuram em poluição visual (Figura 4.08). As observações participantes puderam constatar que esse recurso de comunicação de *marketing* consegue atingir também as obras mais recentes, independente de conceituações de arquitetura, de conforto visual ou harmonia da paisagem da cidade.



Figura 4.08 – Painéis de mídia exterior nas fachadas das edificações na Avenida Jerônimo Monteiro.  
Fonte: Acervo do autor.

Quanto ao aspecto dos acabamentos de piso, um habitante que passa pelo local poderá notar a caixa de rolamento dos veículos pavimentada com asfalto em nível

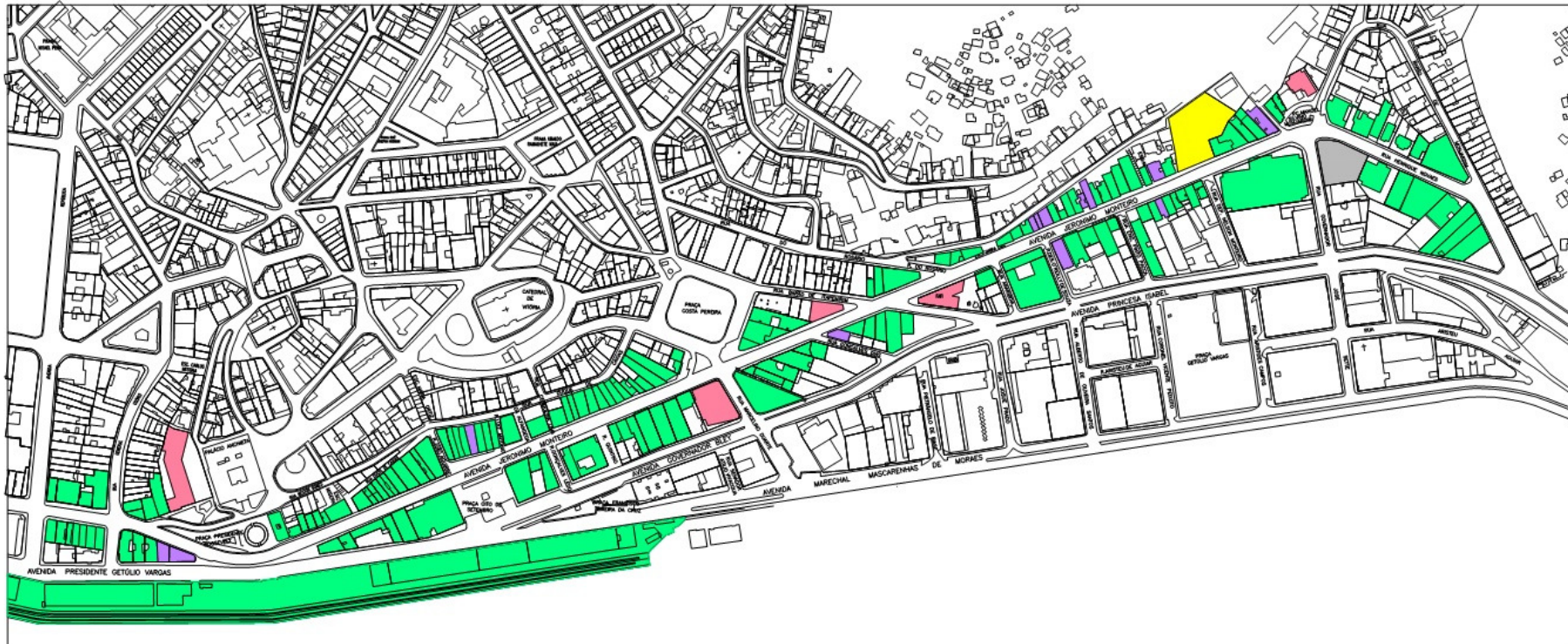
mais alto que o das calçadas de pedestres, provavelmente decorrente de sobreposição de diversos recapeamentos e consertos que o tempo e a frequência de uso exigiram. Esse espaço para os veículos demonstra-se com pouca largura para atender ao grande número de coletivos que por ali passam, além de não possuir baias suficientes para atender a demanda de embarque/desembarque, comprometendo sua capacidade viária. O maior fluxo de veículos e pedestres ocorre durante o horário comercial, ficando rarefeito no período noturno, quando se nota somente o fluxo de passagem. As calçadas continuam estreitas, como em épocas passadas, com acabamentos mal conservados que promovem poças em dias chuvosos, além disso, ainda são apropriadas indevidamente por ambulantes e lojistas que ampliam sua área de venda para as mesmas. Alguns alargamentos dessas calçadas são encontrados nas esquinas com a Rua Deputado Nelson Monteiro, Rua Engenheiro Pinto Pacca, Rua do Rosário, Rua Quintino Bocaiúva, Rua Cerqueira Lima, Rua da Alfândega, Rua Luiz Antonio, Rua João Aguirre, Escadaria da Misericórdia, e nas regiões da Praça Costa Pereira e Praça Oito de Setembro. Verificou-se que são nesses locais que se encontram a maior parte dos pontos de instalação de bancas dos vendedores ambulantes que possuem autorização da Prefeitura Municipal.

Quanto aos usos das edificações, observou-se que estas são, em grande maioria, com finalidades de comércio e de serviço, como demonstrado no mapa 01, e com forte presença de lojas no pavimento junto às calçadas, correspondendo, quase sempre, à largura da testada do lote, formando uma continuidade de largas portas convidando ao consumo. Em poucos locais essa continuidade é interrompida pelos acessos aos pavimentos dos prédios ou por algum trecho de parede cega, que são aproveitados como locais de exposição de mercadorias à venda pelos ambulantes. Foi verificado também que essa continuidade de lojas acontece nos dois lados da avenida, contudo, é um fato mais evidente no lado direito, considerando o sentido do tráfego de veículos. Acredita-se que isso se deva aos pontos de ônibus que estão localizados neste lado, o que gera um maior fluxo de pessoas, e outro motivo também seria a menor insolação durante o ano nessas fachadas, orientação para o sudeste, favorecendo o conforto do sombreamento das edificações durante o caminhar pelas calçadas. Esses espaços de circulação de pedestres possibilitam, assim, o acesso a serviços identificados principalmente como representantes

comerciais, agentes de comércio de mercadorias em geral e serviços advocatícios, bem como ao comércio varejista de artigos de vestuário e complementos.

Quanto à volumetria proporcionada pelas edificações que ladeiam esta avenida, notou-se que é configurada por construções com número variado de pavimentos, que vão de 1 a 23. Neste conjunto, em maior parte estão as construções formadas por 2 a 4 pavimentos (ver mapa 02), sendo que algumas dessas obras são objeto de interesse de preservação histórica, conforme demonstra o mapa 03, representadas por construções ecléticas, *art-deco* e modernas. Em número menor verificou-se a existência de edificações com mais de 8 pavimentos, que foram contabilizadas 17 unidades ao longo da avenida, até a esquina com a Rua General Osório.



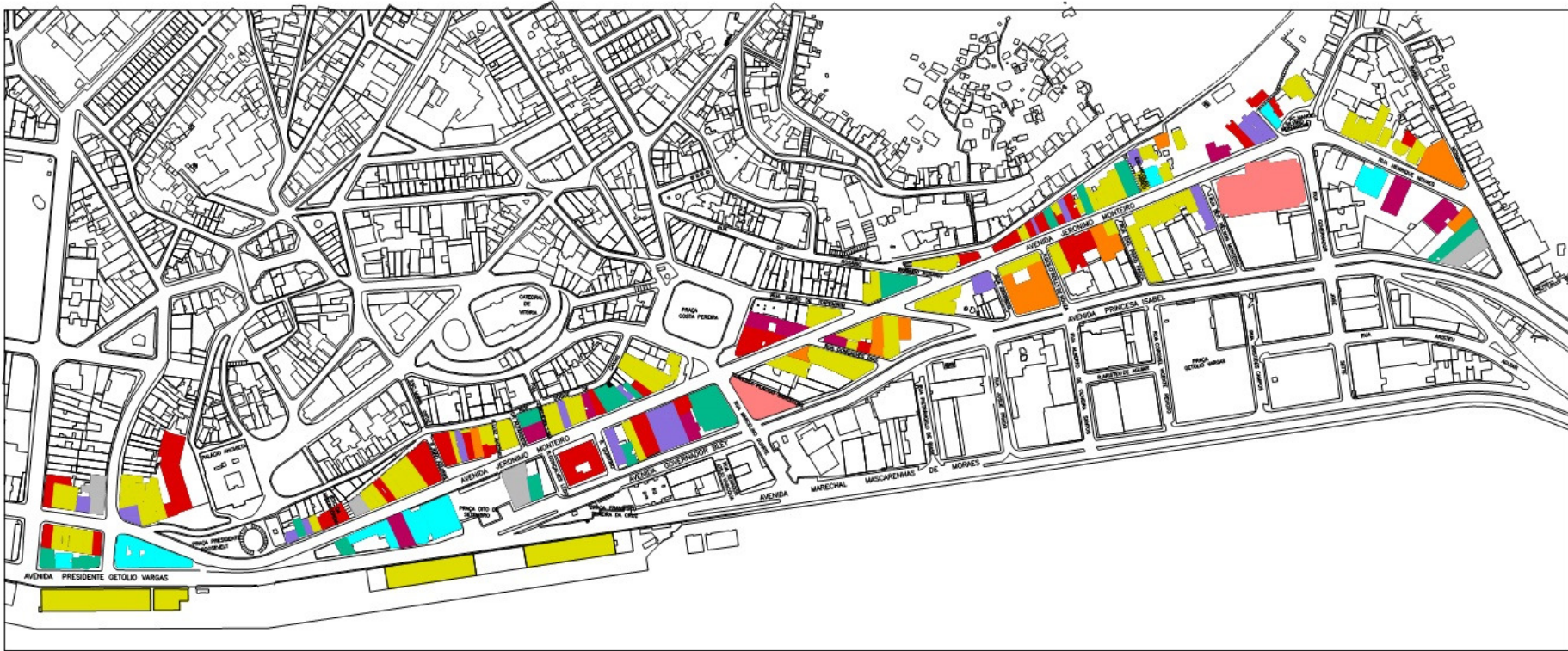


ESCALA GRÁFICA  
 0 20 40 60 80 100m

MAPA 01  
 AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO  
 USOS DO SOLO

- COMERCIAL E SERVIÇOS
- MISTO
- OUTROS (ENSINO, SAÚDE, DIVERSÃO, ETC.)
- RESIDENCIAL UNIFAMILIAR
- SEM USO

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória



MAPA 02  
AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO  
NÚMERO DE PAVIMENTOS

- 1 PAVIMENTO
- 2 PAVIMENTOS
- 3 PAVIMENTOS
- 4 PAVIMENTOS
- 5-7 PAVIMENTOS
- 8-10 PAVIMENTOS
- 11-15 PAVIMENTOS
- 16-20 PAVIMENTOS
- ACIMA DE 20 PAVIMENTOS

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória





ESCALA GRÁFICA  
0 20 40 60 80 100m

MAPA 03  
AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO  
EDIFICAÇÕES COM INTERESSE  
DE PRESERVAÇÃO

EDIFICAÇÕES DE INTERESSE DE PRESERVAÇÃO

Fonte: Prefeitura Municipal de Vitória

## 4.2 PERFIL DO COMÉRCIO AMBULANTE NO CENTRO DE VITÓRIA

A caracterização do comerciante ambulante no Centro de Vitória neste trabalho baseia-se em pesquisa realizada em 2006 pela empresa CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., por encomenda da Prefeitura Municipal, com a intenção de mapear o comércio informal no Centro de Vitória e traçar um perfil dos ambulantes e camelôs. Foram realizadas entrevistas com 409 comerciantes deste tipo que trabalham no Centro da cidade e, embora não se restrinja à Avenida Jerônimo Monteiro, esta pesquisa é objeto de muita importância, uma vez que grande maioria dos entrevistados adota esta avenida, ou ruas que com esta formam esquina, como ponto de trabalho.

A pesquisa mostra que o comerciante informal caracteriza-se como do sexo masculino, casado, possui mais de trinta anos, prevalecendo em número os com idade acima de 50 anos, e possuem escolaridade até a 4ª série do 1º grau. O tempo diário de serviço gira em torno de 10 a 12 horas e, para ele, o trabalho como ambulante mostra-se como uma fonte de recursos para a sobrevivência. Tal fato evidencia-se em face de que mais da metade dos entrevistados trabalham nesta atividade há mais de 10 anos, onde contribuem para uma renda mensal familiar de aproximadamente R\$ 1.500,00, o que os permitem morar em casa própria na Região da Grande Vitória, prevalecendo em maior número os de Vitória e Cariacica. Muitos desses comerciantes nunca tiveram trabalho formal, porém, a maior parte adotou esta atividade após terem experiência de serviços com carteira assinada e, quando nesta condição, a ocupação era relacionada a vendedor/balconista (Ver gráficos 1 a 10).

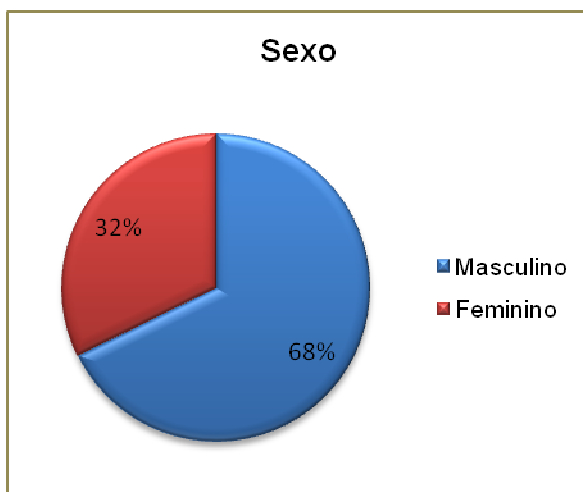


Gráfico 1  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

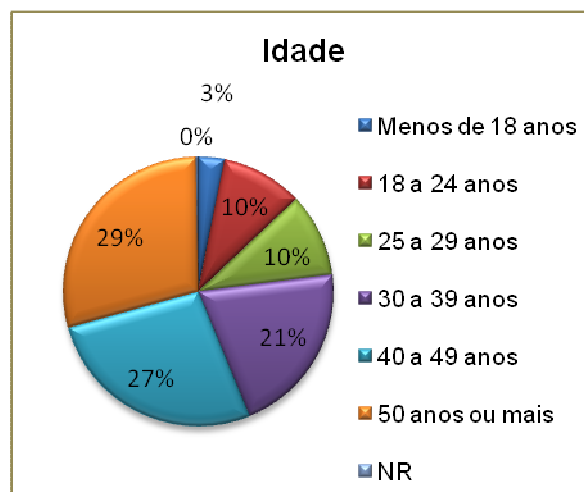


Gráfico 2  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

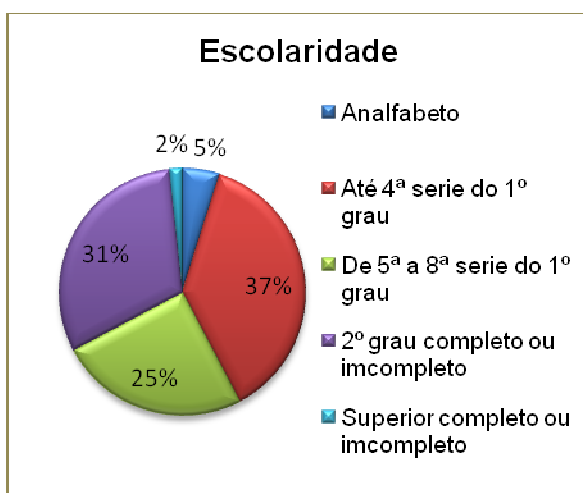


Gráfico 3  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

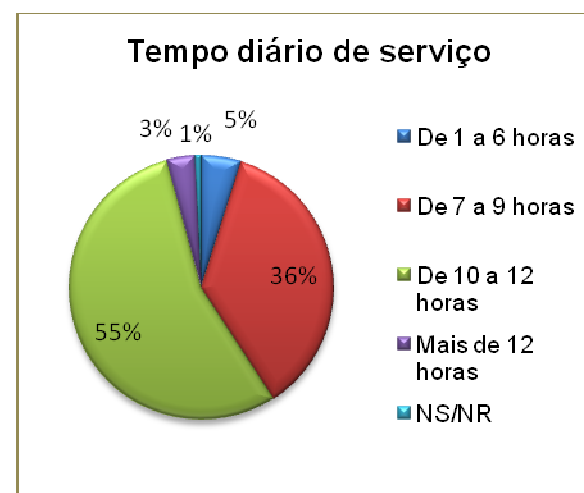


Gráfico 4  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

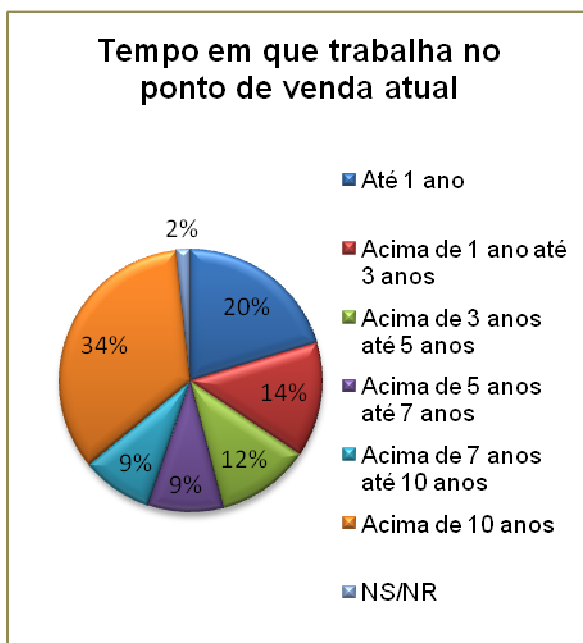


Gráfico 5  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

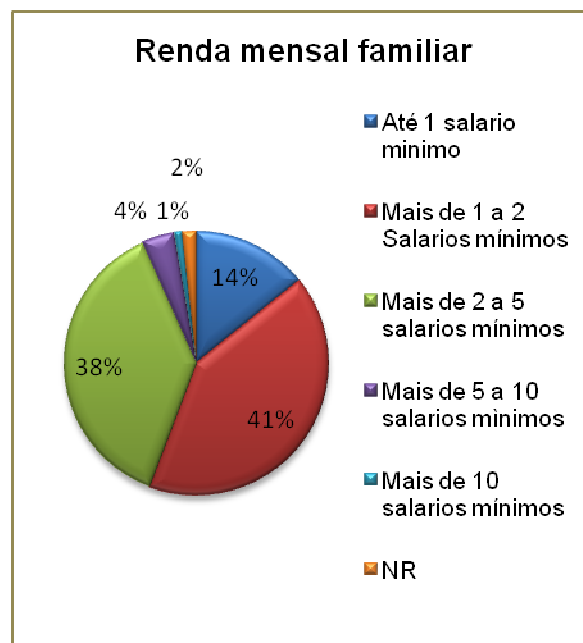


Gráfico 6  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

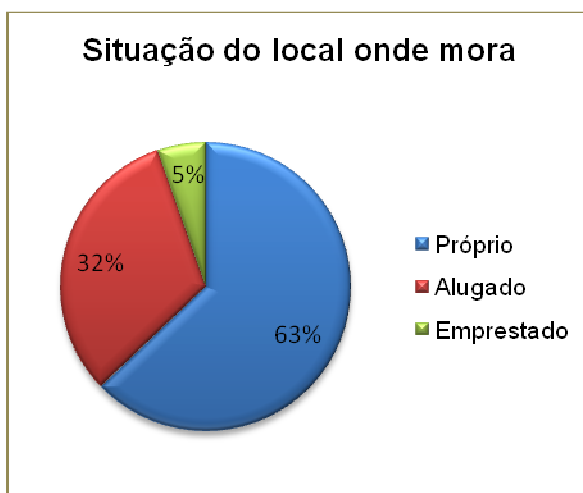


Gráfico 7  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

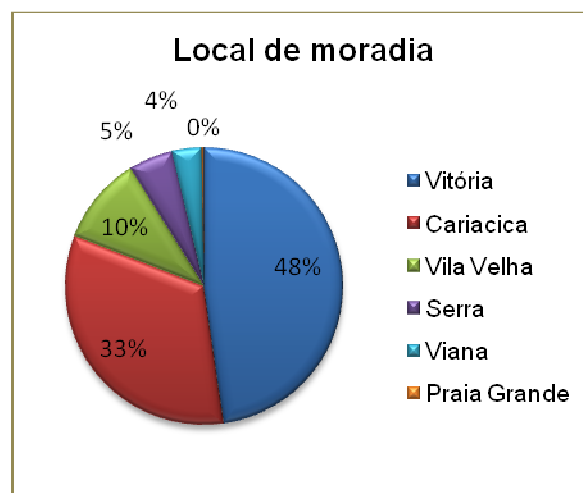


Gráfico 8  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

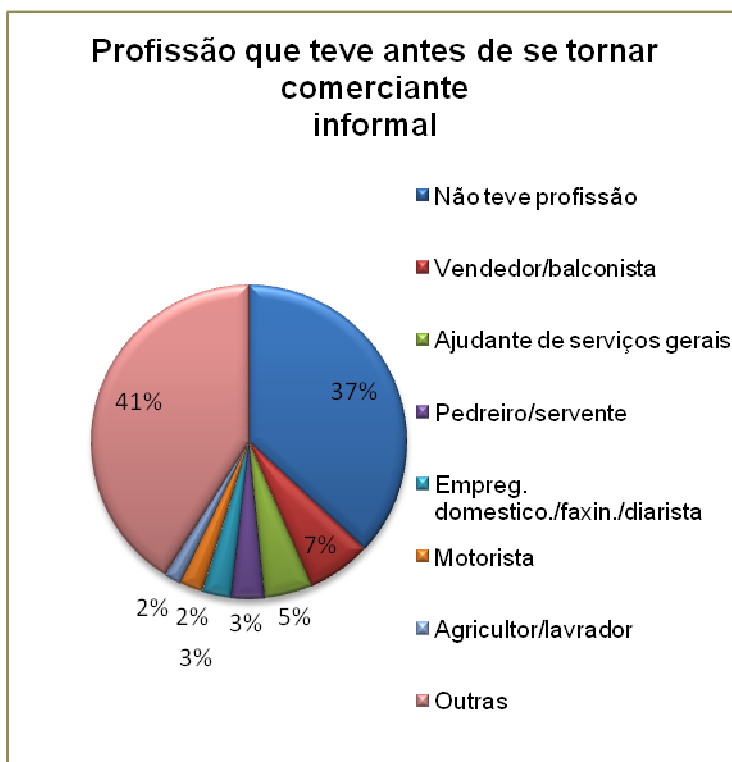


Gráfico 9  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

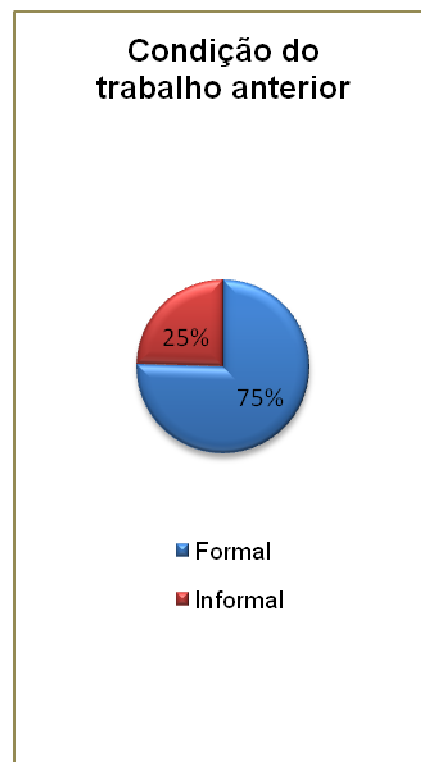


Gráfico 10  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

Sobre o lugar onde se instalam, estes trabalhadores informam que o principal motivo da montagem da barraca/ponto de venda é o grande tráfego de pessoas no local, o que se traduz em mais clientes, porém, a maior parte deles – 94% – possui apenas um ponto. O tipo de equipamento que utilizam nestas instalações é importante para suporte das mercadorias e determinante para a configuração da paisagem, pois precisam buscar a atenção dos usuários do centro da cidade de Vitória. Assim, a barraca é o principal equipamento utilizado para se exercer a atividade, já que permitem grande quantidade de mercadoria e possibilitam maior atração através do apelo visual. Outros meios são usados, como: carrinho, grade, bancada de madeira, tripé e tela. Esses apoios garantem, além da exposição de uma grande e variada lista de produtos, mais facilidade de deslocamento pela cidade em busca de proteção contra chuva e intempéries, fuga de fiscalização e melhor adequação quanto à quantidade de transeuntes (ver gráficos 11 e 12).

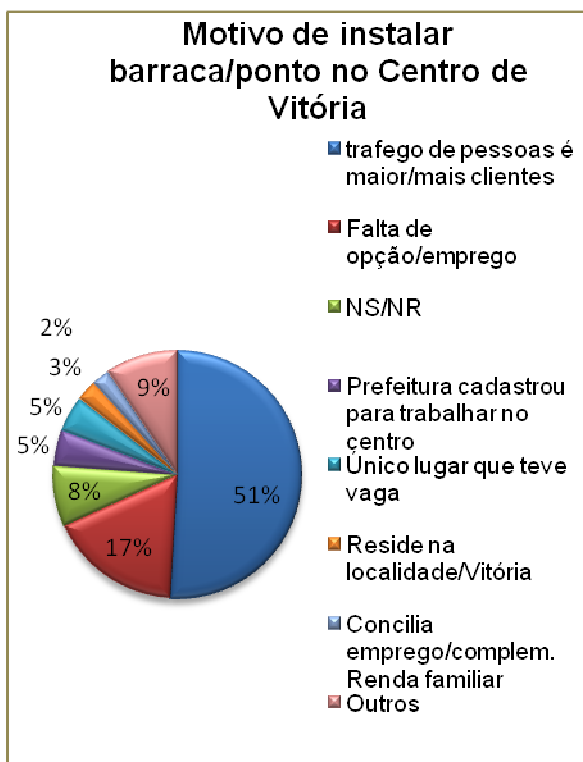


Gráfico 11  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

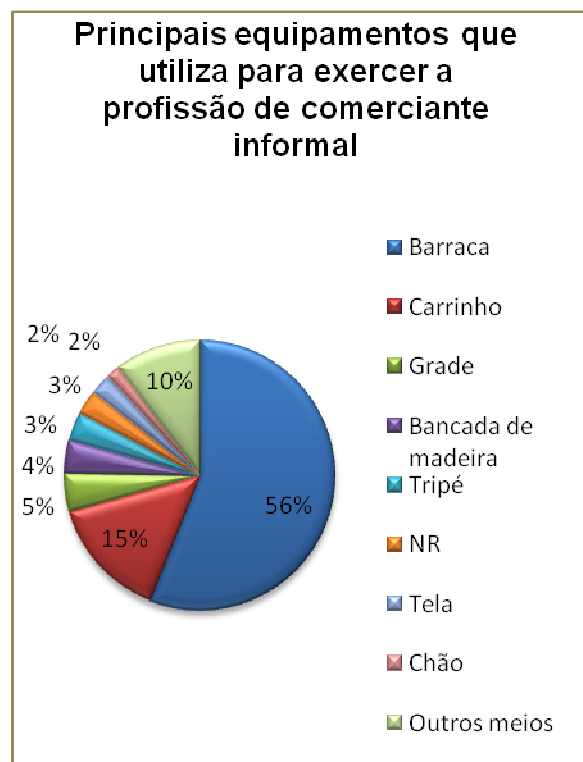


Gráfico 12  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.



Figura 4.09 – Ambulante em calçada na Avenida Jerônimo Monteiro.  
Fonte: Acervo do autor.

Nesta gama de produtos oferecidos, alguns se destacam por serem únicos nas instalações ou por fazerem parte de um conjunto pequeno para a venda. Como primeira opção de vendas, verifica-se como o de maior número os que comercializam bijuterias/joias/relógios, seguidos pelos que trabalham com



balas/doces/salgadinhos/pipoca, e outros com DVDs. Num segundo conjunto, têm-se os comerciantes de bolsas, os de CD e os de água de coco. Dos comerciantes que trabalham com uma segunda opção, têm destaque os vendedores de DVD e os vendedores de bijuterias (ver gráfico 13).



Gráfico 13  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.



Figura 4.10 – Ambulante em calçada na Avenida Jerônimo Monteiro, região da Praça Oito de Setembro.  
Fonte: Acervo do autor.

Os produtos comercializados nas bancas desses vendedores têm sua compra originada, principalmente, no Centro de Vitória ou na cidade de São Paulo e correspondem a um investimento que chega a ultrapassar R\$ 1.000,00 mensais. Em

menor quantidade, encontram-se produtos que são frutos de fabricação própria e também comprados em lugares da Grande Vitória. Com relação ao transporte da mercadoria até o ponto de venda, a pesquisa mostrou que, devido ao fato de a maioria desses comerciantes morarem na Cidade de Vitória, a forma mais utilizada é o carrinho de mão ou a pé, sendo que os que moram mais distante utilizam ônibus ou carro particular para o deslocamento (ver gráficos 14 a 16).

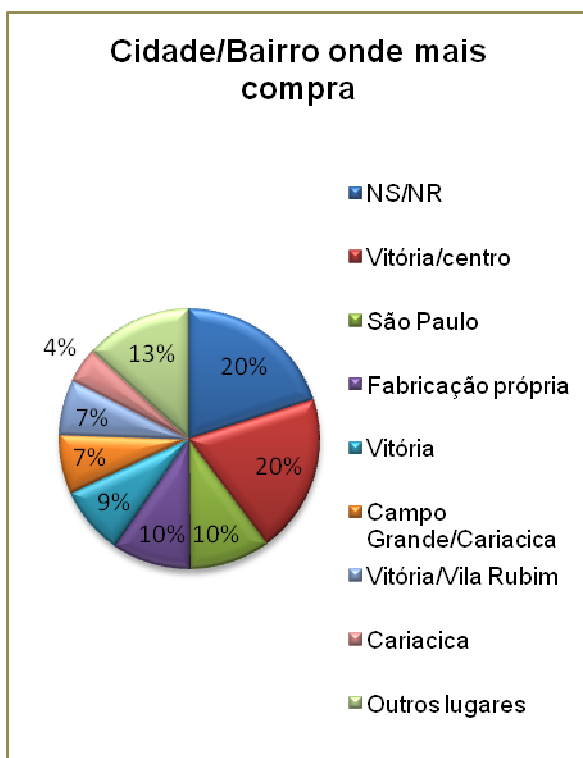


Gráfico 14  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

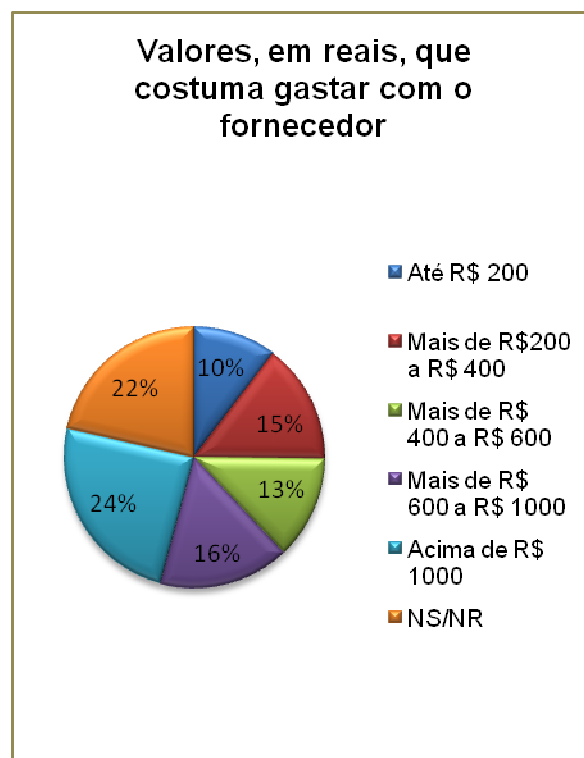


Gráfico 15  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.



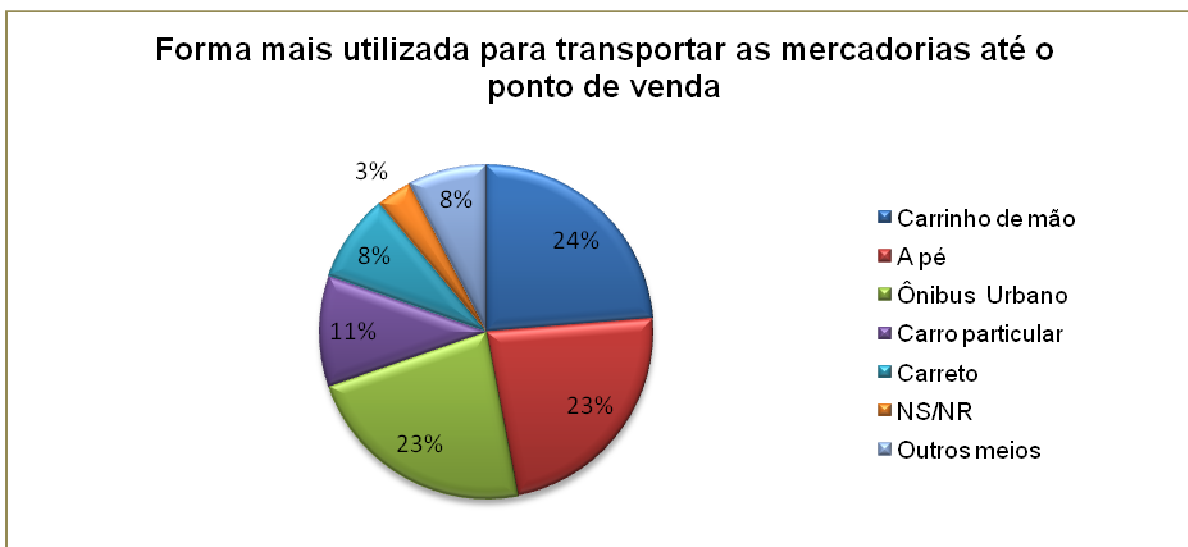


Gráfico 16  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

A respeito dos clientes, pôde-se entender pela pesquisa que estes são formados por pessoas que residem na cidade de Vitória, não são fregueses conhecidos, que compram para consumo próprio, e estão numa faixa de idade entre 26 e 40 anos. Estes, com boa frequência, fazem parte da classe social de baixa renda da população e são representados, principalmente, por mulheres (ver gráficos 17 a 21).

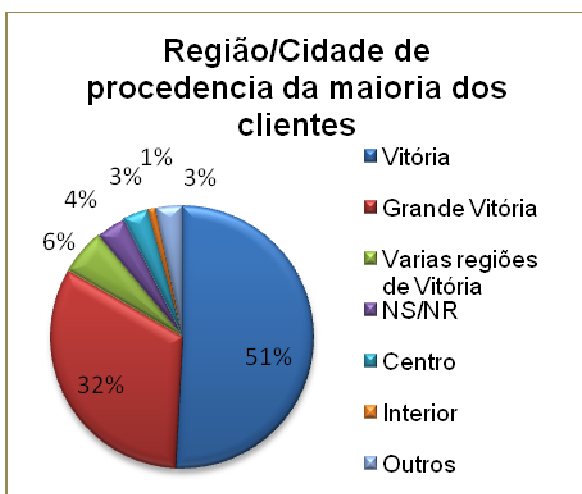


Gráfico 17  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.



Gráfico 18  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

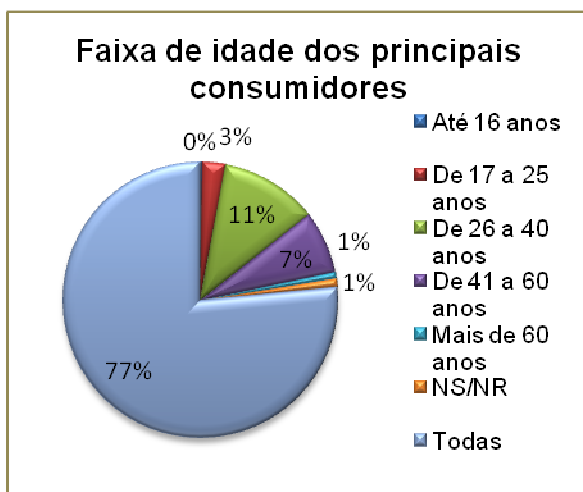


Gráfico 19  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

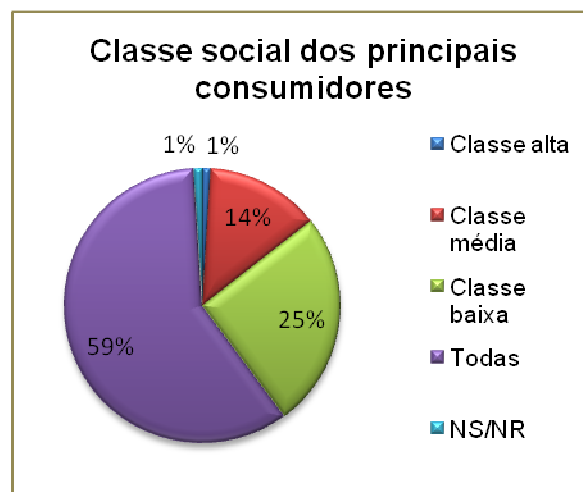


Gráfico 20  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

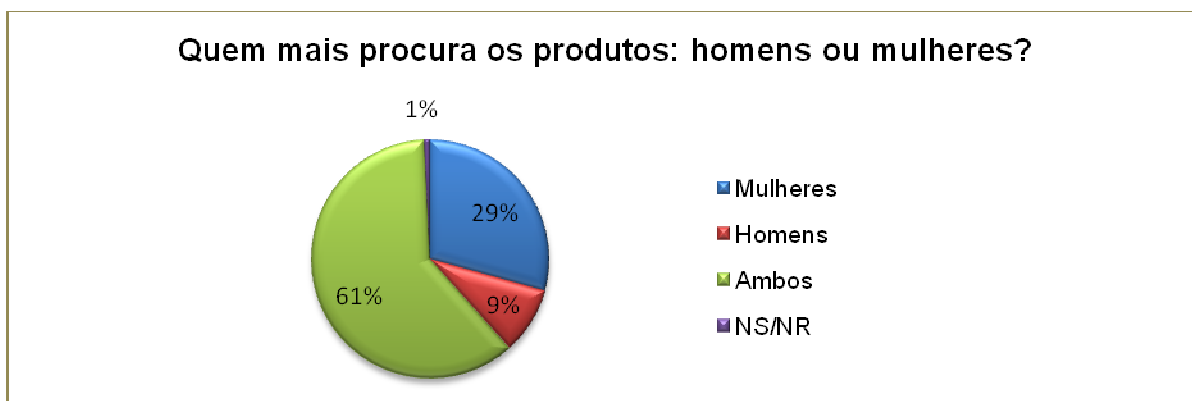


Gráfico 21  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.



Figura 4.11 – Suporte para CD e DVD para em calçada na Avenida Jerônimo Monteiro.

Fonte: Acervo do autor.

No aspecto satisfação que o ambulante tem com o trabalho como comerciante informal, verificou-se que, quando perguntados se estavam *muito satisfeito*, *satisfeito*, *pouco satisfeito* ou *insatisfeito*, a maioria destes optaram pela segunda resposta. Contudo, apontam como principal problema a fiscalização/apreensão de mercadoria, além da chuva/fatores climáticos e a insegurança/medo/violência/assalto. Como melhoria de condições de trabalho, os ambulantes sugerem como ações por parte das autoridades a criação de um local fixo, ou camelódromo, e o cadastramento de ambulantes como forma de legalizar a atividade. Contudo, a pesquisa mostrou que, dos entrevistados, 58% possuem cadastro junto à Prefeitura de Vitória para exercer a atividade (ver gráficos 22 a 25).

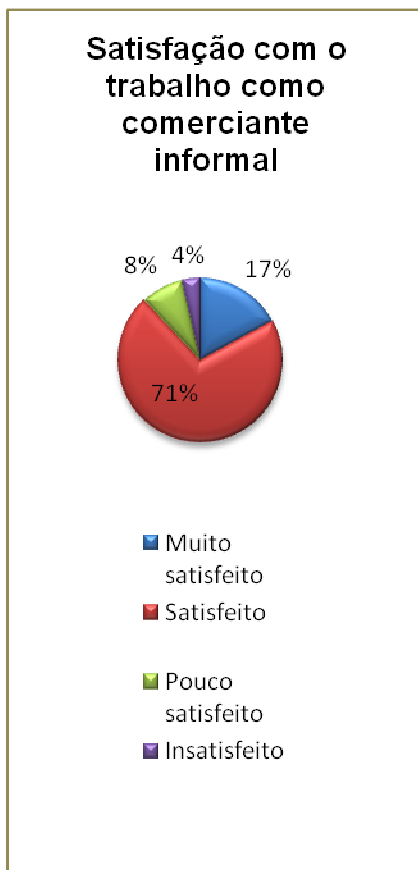


Gráfico 22  
 Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

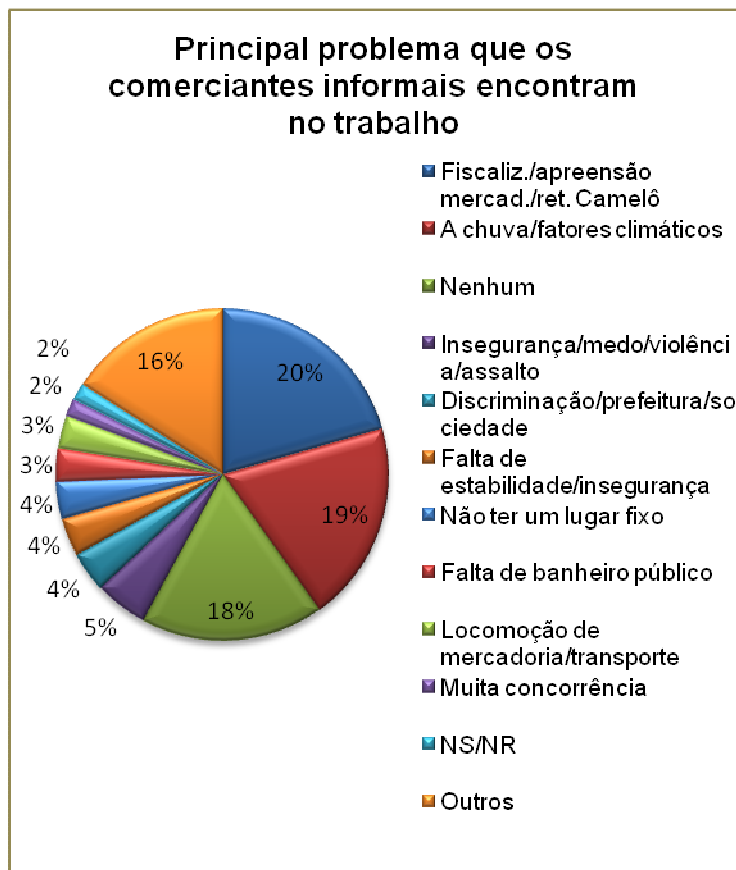


Gráfico 23  
 Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

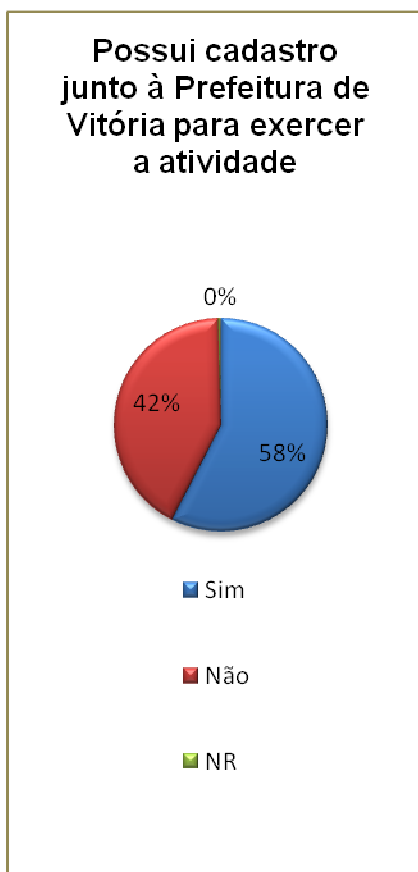


Gráfico 24

Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

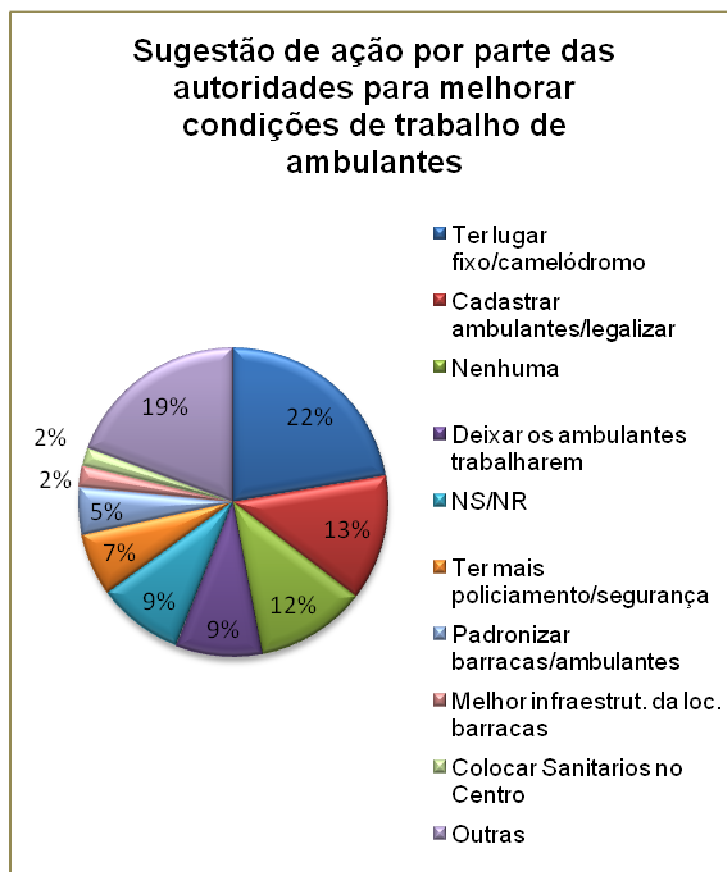


Gráfico 25

Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

O Centro de Vitória é avaliado, segundo uma classificação entre regular/bom/ótimo, pelos comerciantes ambulantes, como um bom lugar, considerando determinante para isto o fluxo de pessoas/consumidores, porém apontam como ponto negativo a falta de segurança/policiamento. Verificou-se também que estes comerciantes têm interesse em vender produtos em um espaço construído exclusivamente para o comércio ambulante e que esse espaço esteja localizado na Região Central da cidade (ver gráficos 26 a 30).

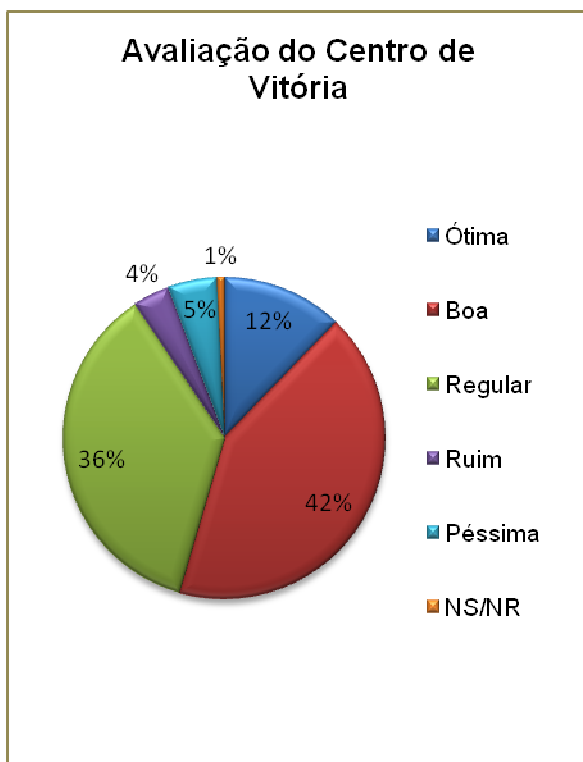


Gráfico 26  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

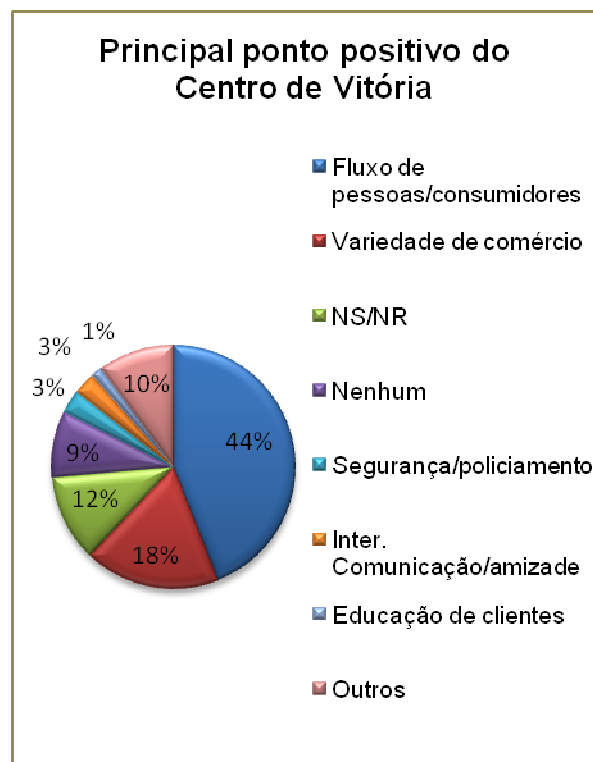


Gráfico 27  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

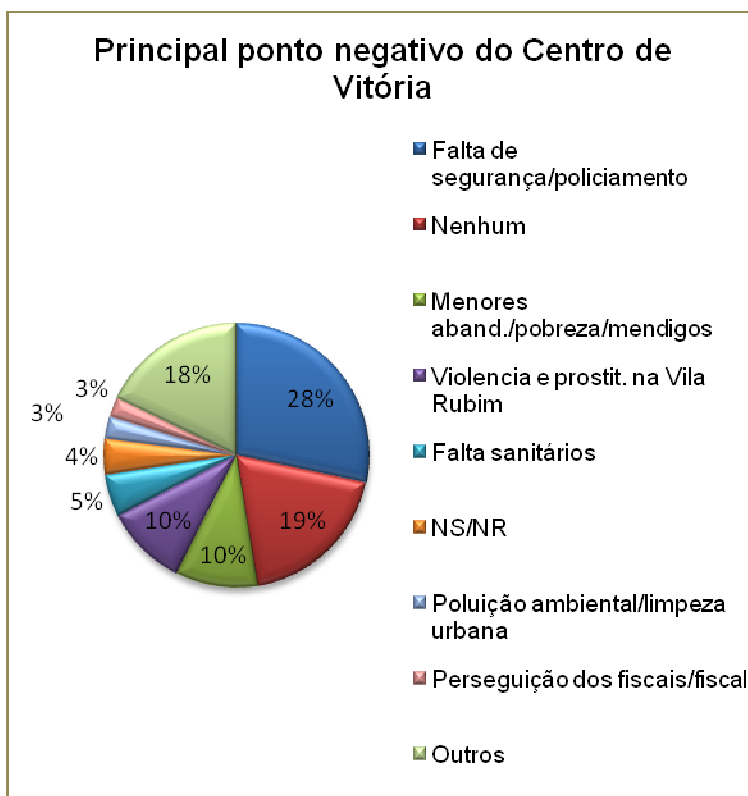


Gráfico 28  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

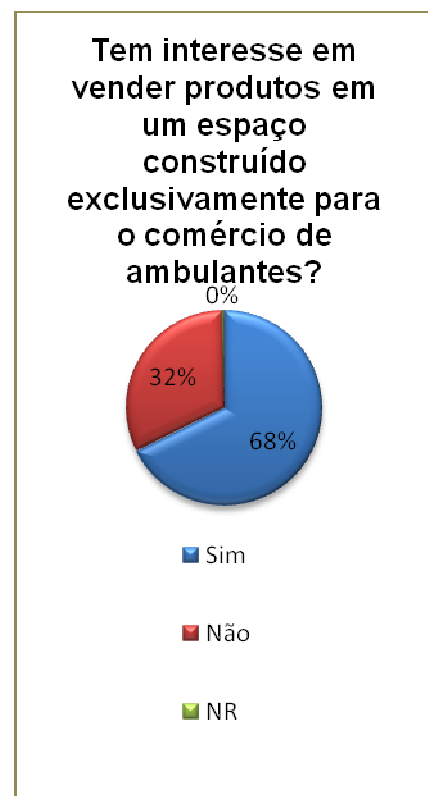


Gráfico 29  
Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

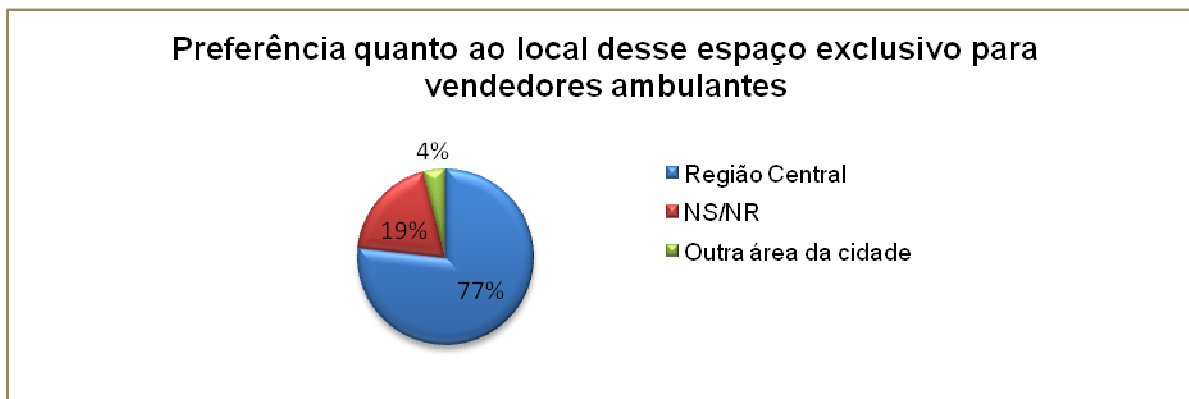


Gráfico 30

Fonte: CP2 – Consultoria, Pesquisa e Planejamento Ltda., 2006.

Como reflexo destes dados levantados, entende-se que uma considerável parte deste contingente de trabalhadores informais encontra-se à margem de qualquer regulamentação ou controle por parte do poder público. São comerciantes que têm lugar na cadeia produtiva, porém também são trabalhadores que não possuem garantia e acesso aos direitos sociais e trabalhistas básicos, pois para a maioria a renda é muito baixa. Trabalham até 72 horas por semana num ambiente em que se encontram grande diversidade de trajetórias de vida, uma vez que trabalham, como ambulantes, jovens e adolescentes ao lado de pessoas idosas, sendo muitos há mais de 10 anos e outros há menos de um ano. Muitos são assalariados ou ganham por quantidade vendida, outros jamais chegaram a ter seu primeiro emprego, uma carteira de trabalho registrada. Tais diversidades se juntam a outras e todas demonstram a complexidade deste setor informal. Por meio da venda de seus produtos variados, cotidianamente esses trabalhadores vão à busca da certeza de mais um dia de sobrevivência e, mesmo identificados os problemas que encontram no trabalho, demonstram satisfação no exercício desta atividade.

Mesmo considerando essa diversidade, se quisermos traçar uma identificação do perfil do vendedor ambulante típico da área central, esta demonstraria que é do sexo masculino, casado, tem mais de 30 anos de idade e estudou até a 4ª série do 1º grau. Possui apenas um ponto de venda, está nesta atividade há mais de 10 anos, nunca teve trabalho formal, e sua atividade anterior era como vendedor ou balconista.

Ao caracterizar os ambulantes e camelôs da Avenida Jerônimo Monteiro, nota-se que esta atividade comercial depende do fluxo de pessoas/consumidores, algo que buscam nas centralidades. Além disso, dependem também de um processo de comunicação que é ativado pela composição de sua aparência para os transeuntes. Suas formas, cores, localização, disposição de produtos são elementos estratégicos para que sejam notados e facilitem a finalização das vendas. Tal fato faz com que suas presenças se demonstrem marcantes e de grande interferência na estrutura da paisagem da cidade.

A paisagem urbana tem sido entendida como o resultado físico do aglomerado humano e, nos dias atuais, tem se mostrado também como meio de comunicação de massa, pelo fato de ser um veículo em que o público alvo é atraído independente de sua vontade. Basta estar num meio urbano para que tudo à volta seja percebido e comunicado com rapidez. Os jornais, televisão, revistas são colocados à ação dos receptores para a concretização do processo comunicativo. A paisagem urbana transmite instantaneamente mensagens durante 24 horas e permite a variabilidade de formatos e tamanhos.

Neste contexto, este trabalho analisa as apropriações transitórias do espaço público que modificam a paisagem urbana baseada no trabalho informal existente na Avenida Jerônimo Monteiro, e foca a atenção nas representações de comércio de ambulantes e camelôs, ou seja, trabalhadores informais que comercializam mercadorias, deixando abertos caminhos para futuras pesquisas que venham a tratar dos trabalhos informais que vendem serviços. O resultado dessas observações serviu à análise para a conclusão do trabalho registrada no capítulo 6.



## 5 ANÁLISES DOS DADOS

### 5.1 A PESQUISA DE CAMPO

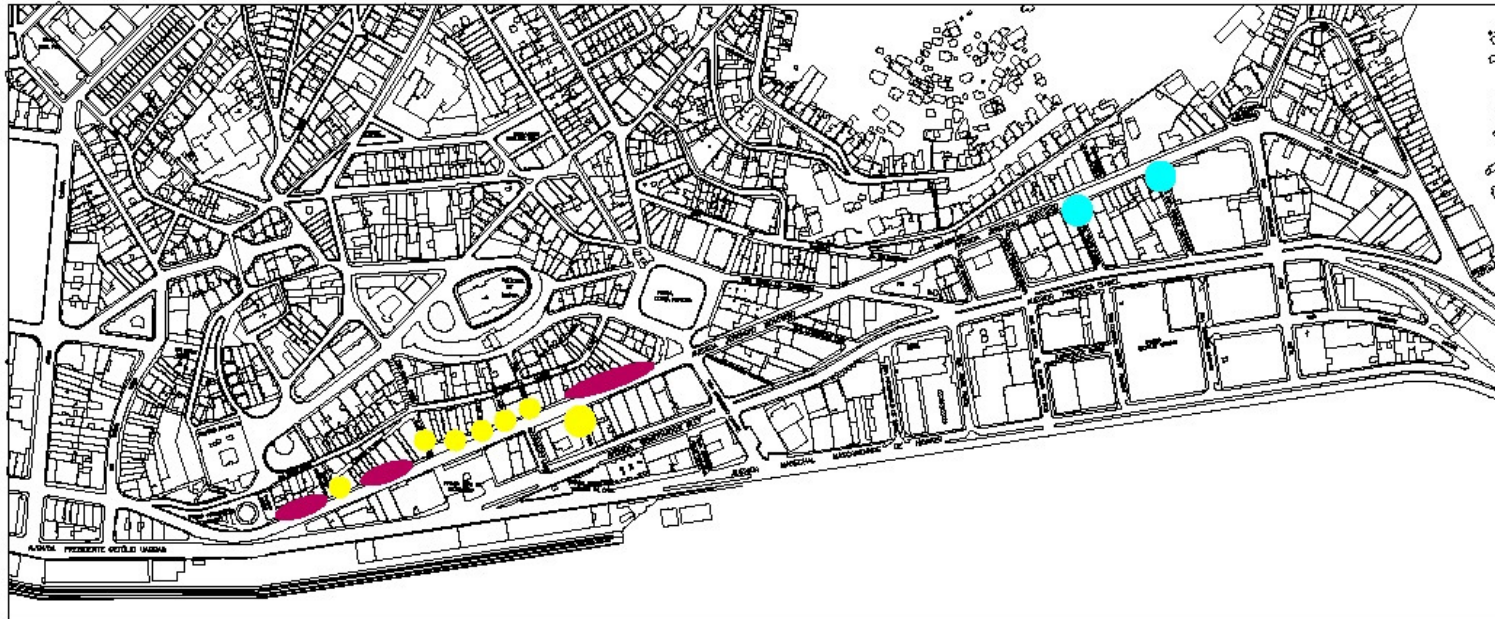
De acordo com a metodologia proposta, baseada nas visitas e na observação participante, como demonstrado no capítulo 1, pôde-se analisar as apropriações do espaço público pelos ambulantes e as condições de modificações na paisagem urbana conforme o Mapa 4 e os seguintes aspectos:

- a) formas de espacialização;
- b) dias da semana;
- c) horários em manhãs, tardes e noites;
- d) dias de sol, dias de chuva, dias claros e dias nublados.

a) Formas de Espacialização: sob este aspecto verificou-se que os ambulantes possuem uma logística própria e planejada que envolve: a) tipo de mercadoria que irá comercializar; b) onde comprará essa mercadoria; c) tipos de suporte para exposição dos produtos; d) forma de transporte da mercadoria e suporte, do lugar de guarda até ao ponto de instalação; e) local de guarda do conjunto suporte/mercadoria nos momentos em que não estiver trabalhando. Sobre os dois primeiros itens, temos informações, por meio dos gráficos 13 e 14, que existe uma grande variedade de produtos que são comprados para revenda. É importante ressaltar que existem produtos que são comercializados durante todos os meses do ano, contudo, verificou-se que alguns dependem de uma demanda sazonal, como, por exemplo, os materiais escolares, cadernos, agendas, canetas, papelaria que são oferecidos em maior quantidade à venda principalmente no início do ano letivo (nos meses de fevereiro e março). Outro exemplo dessa ocorrência são as sombrinhas e guarda-chuvas que nos dias chuvosos são encontrados em maior número, tanto nas bancas que possuem frequência diária quanto nos ambulantes que aparecem de maneira esporádica, aproveitando a oportuna necessidade para vender este produto em novos pontos ou em substituição a algum comerciante que preferiu não se instalar devido ao mau tempo.

Quanto aos tipos de suportes utilizados pelos ambulantes, devemos aqui reportar aos três conjuntos, categorizados neste trabalho, com características semelhantes, identificados no capítulo 1. Apesar de existirem aspectos que diferenciem essas instalações, também existem vários pontos em comum, e um deles, determinado pela criatividade, é a condição do tipo de montagem que deve sempre objetivar facilidade de montagem/desmontagem, bem como facilidade de transporte, o que inclui o mínimo de volume e peso. Assim temos:

Conjunto 1: este conjunto se refere aos ambulantes que se instalam em locais situados próximos à extremidade inicial da avenida principal do Centro. Uma região que foi sendo configurada ao longo de um processo histórico de desenvolvimento da área central. O espaço que envolve as instalações desse conjunto é determinado por edificações de período recente – a partir da década de 70 do sec. XX – sem consideráveis características arquitetônicas ou de interesses de preservação, porém, a partir desses pontos podem-se obter visuais que possibilitam observações de construções que testemunham história mais antiga da cidade. A montagem dos equipamentos dos comerciantes desses conjuntos acontece, assim, em esquinas em T, formadas por ruas secundárias com a avenida principal. As calçadas que conformam as esquinas desse espaço prolongam-se sobre as ruas secundárias e funcionam como elemento de ligação entre as esquinas, bem como impedem o acesso de automóveis por meio da avenida principal. Os ambulantes desse conjunto são caracterizados pelo tipo de banca que utilizam, estruturada em finos perfis metálicos, por vezes de seção quadrada, que encaixados uns aos outros formam uma espécie de barraca, com base retangular, coberta com plástico na cor amarela ou azul. Em alguns casos, os perfis dessas “barracas” são montados sobre caixas, metálicas ou de madeira compensada, que, adaptadas a um sistema com rodas, os ambulantes utilizam para o transporte da estrutura e das mercadorias. Em outros casos, os perfis metálicos formam um conjunto estrutural apoiado diretamente sobre chão. Neste segundo caso, as faces verticais da metade inferior da banca são vedadas com plástico, formando um espaço interno onde o comerciante guarda o carrinho e a caixa utilizados para transportar o conjunto das mercadorias quando se retira do ponto. Para estabilidade estrutural da banca, é comum seus proprietários laçarem mão de contraventamentos, ou seja, cabos que funcionam como tirantes amarrados nos perfis dos quatro cantos da cobertura em plástico, e as outras pontas



ESCALA GRÁFICA  
0 20 40 60 80 100m

MAPA 04  
AVENIDA JERÔNIMO MONTEIRO  
CONJUNTOS DE AMBULANTES  
● CONJUNTO 1  
● CONJUNTO 2  
● CONJUNTO 3

fixadas no chão por meio de ganchos metálicos. Observou-se que a cobertura é um elemento importante nessas instalações devido ao fato de não ter outra proteção contra insolação ou chuva, como, por exemplo, as marquises das edificações. Ainda faz parte dos objetos das bancas desse conjunto a instalação de um ou dois bancos de material plástico ou cadeira desmontável metálica. Quanto à disposição dos produtos, constatou-se que a autorização de funcionamento deste comércio pela Prefeitura determina que a mercadoria deva ser disposta somente na área correspondente à projeção de um retângulo com dimensões iguais a 1,20mx0,80m, o que não corresponde à maioria das instalações, tanto deste conjunto quanto dos outros dois. Assim, o que se observou é que em algumas bancas os objetos são expostos utilizando toda a possibilidade horizontal e vertical, até quase ao nível do chão, fixados em tela aramada, pendurados nas estruturas ou apoiados numa banca extra, horizontal, sob a projeção da cobertura. Estas mercadorias são, em grande parte, de dimensões reduzidas, como, por exemplo, bonés, carteiras, capas de celulares, brinquedos, bijuterias, peças de eletrodomésticos e pequenos eletrônicos, e produzem, por meio de seu colorido, um motivo forte para criar impacto visual e chamar a atenção dos passantes.



Figura 5.01 – Ambulantes do Conjunto 1. Esquina da Rua Deputado Nelson Monteiro. Aumento da área ocupada promove uma espacialidade que foge a determinações da administração municipal.  
Fonte: Acervo do autor.





Figura 5.02 – Ambulantes do Conjunto 1. Esquina da Rua Engenheiro Pinto Pacca. A base da banca serve de local para guardar o carrinho e caixas para transporte.  
Fonte: Acervo do autor.

Conjunto 2: formado por vendedores com propriedades formais semelhantes entre si, instalam-se em localizações que fazem parte da segunda metade do comprimento da avenida principal. São instalações montadas em calçadas anexas à praça de importância histórica da cidade e esquinas em T, formadas pela avenida principal e por antigas ruas que hoje foram transformadas em calçadas, como forma de adequações ao tempo e às novas maneiras de utilização do Centro da cidade. Esses calçados funcionam como elemento de ligação e circulação de pedestres entre as esquinas consecutivas e também entre a avenida e ruas paralelas a esta. A espacialidade desta parte da cidade é determinada, principalmente, por edificações e lugares que marcaram a vida da cidade e, assim, são dotados de atributos arquitetônicos merecedores de preservação. Os ambulantes desse conjunto mantêm uma relação de proximidade numa região do Centro que foi identificada como a que possui o maior fluxo de pessoas. A estrutura dessas bancas configura-se com similaridade com as do conjunto anterior com relação à utilização dos mesmos materiais, sistema de montagem e processo de transporte, contudo, constataram-se, em alguns casos, acréscimos de barras metálicas na parte superior com intenção de ampliação das instalações, que também acontece anexando-se, em contiguidade, outros suportes para exposição

como bancas extras e telas aramadas. Essa postura revela-se como infringência da determinação da Prefeitura que as mercadorias deveriam ser dispostas somente na área correspondente ao prisma da “barraca”. Foi verificado que o uso de tirantes para estabilidade estrutural ou aumento da cobertura, quando necessário, aproveita as edificações próximas para se fixarem, e não o chão. Também fazem parte destas instalações os bancos de plástico ou cadeiras desmontáveis, usados para descanso do vendedor ou para clientes experimentarem calçados como tênis e sandálias. Seus meios de exposição de produtos são parecidos com os do Conjunto 1, porém diferenciam-se, principalmente, quanto às dimensões das mercadorias, que são maiores (bolsas, mochilas, maletas, roupas, calçados tipo tênis) e ainda se juntam a outros menores como relógios, óculos e eletrônicos. Dessa forma, afiguram-se como objetos que proporcionam maior barreira visual e maiores proporções de áreas coloridas, que podemos definir como com maior poder de atração perceptiva dos que por ali transitam.



Figura 5.03 – Ambulantes do Conjunto 2 na esquina da Rua da Alfândega. Mercadorias mais volumosas fazem com que as bancas aumentem suas áreas de ocupação.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.04 – Ambulantes do Conjunto 2 na esquina da Rua Quintino. Sua relação de proximidade mútua ajuda a definir obstáculo de visão da perspectiva do local.  
Fonte: Acervo do autor.

Conjunto 3: refere-se aos vendedores que se instalam em calçadas de meio de quadra, ou seja, situações entre esquinas consecutivas de ruas secundárias. Essas localizações correspondem a aproveitamentos de trechos de paredes-cegas existentes entre uma loja e outra ao longo da avenida principal. Os elementos que fazem parte do entorno imediato são, portanto, a calçada, a parede que serve de fundo e apoio para as mercadorias e a marquise das lojas do comércio formal. São ambulantes que se instalam em determinados pontos, de frequência rotineira, assim como os outros estudados. Utilizam-se de suportes com meios estruturais de menor complexidade formados por telas aramadas, painéis ou bandejas, associados ou não a bancas, que podem ser metálicos ou confeccionados com esbeltos perfis de madeira e verificado, ainda, que não possuem cobertura. A inexistência deste elemento provém do fato de que, diferente dos outros dois conjuntos, esses comerciantes se instalam sob marquises que os protegem das adversidades do clima (vento, sol e chuva). Essas composições possibilitam facilidade de transporte e montagem/desmontagem, o que decorre da utilização de peças leves e de tamanho reduzidos, se comparados aos outros conjuntos, contudo, também lançam mão de carrinhos que adaptam caixas de madeira ou papelão. Suas mercadorias compõem-se também por produtos com pequenas dimensões como bijuterias, capas de celulares, CDs, DVDs, carteiras, relógios, óculos e pequenos eletrônicos.





Figura 5.05 – Ambulantes do Conjunto 3, em frente ao número 31 da Avenida Jerônimo Monteiro. A simplicidade de suas instalações sem cobertura cria facilidade de transporte no começo e final do dia. A parede serve como complemento de apoio para expor produtos à venda.

Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.06 – Ambulantes do Conjunto 3 em esquina próxima à Praça Costa Pereira. Aproveitamento de estrutura local, no caso a parede da loja, para apoiar seus suportes e expor mercadorias.

Fonte: Acervo do autor.



Foi verificado nos três conjuntos que, mesmo com autorização de funcionamento, as suas instalações acontecem sempre em locais que não foram planejados para esses usos, considerando também suas dimensões e quantidades. Em sua maior parte, a espacialidade se demonstra com grande grau de interferência na mobilidade dos usuários do Centro nas calçadas, que já se encontram estreitas e absorvem com dificuldade o fluxo de pessoas, principalmente nos horários de pico, entre 10:00hs e 14:00hs e entre 17:30hs e 18:30hs.



Figura 5.07 – Os ambulantes que ficam em frente ao edifício número 31 da Avenida Jerônimo Monteiro contribuem para diminuir a largura de passagem de pedestres junto a um poste de eletrificação.

Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.08 – Ambulante típico do Conjunto 3 e sua banca estreitando a passagem de pedestres na calçada da avenida.  
Fonte: Acervo do autor.

Com relação ao local onde os ambulantes guardam suas instalações desmontadas e as mercadorias, observou-se que, em sua maioria, utilizam algum espaço em edificações no Centro da cidade, principalmente as situadas à Rua Duque de Caxias, que se localiza em paralelo a Avenida Jerônimo Monteiro . Esses espaços são alugados e se traduzem em facilidades pela proximidade aos seus pontos de comércio.

b) Dias da semana: ao analisar as apropriações dos ambulantes nas calçadas da Avenida Jerônimo Monteiro sob este enfoque, foi constatada a inexistência de modificações relacionadas à forma de espacialização das instalações relacionadas aos dias da semana, com exceção de domingos, ou dias de feriados, quando o número de pessoas na região central diminui consideravelmente, o que permite também que os comerciantes aproveitem para descanso. As alterações da paisagem vinculadas aos ambulantes ficam, assim, determinadas pelos usuários do cotidiano do Centro da cidade quando interagem com esse tipo de comércio. Foi observado que os usuários do local mantêm uma frequência homogênea de segunda-feira a sexta-feira, mas esse fluxo diminui sensivelmente no sábado, quando se verificou no período da manhã uma movimentação predominante de pedestres que usam o Centro somente com a intenção de compras e, assim, são

poucos os que se utilizam de algum serviço nesta região. Como estratégia para incentivo ao comércio, a administração pública permite que nestes dias o lado esquerdo da avenida possa ser utilizado como local de estacionamento de automóveis. Para os ambulantes, o sábado só é considerado com bom rendimento quando antecede a algumas datas festivas que envolvem compras, como, por exemplo, dia dos pais, das crianças, das mães e próximo do natal. Assim, em sábados fora dessas épocas, alguns ambulantes preferem não comparecer aos seus pontos, e os que se instalam iniciam a desmontagem por volta de 12:00hs, quando a paisagem da cidade se transforma novamente.

c) Horários em manhãs, tardes e noites: as visitas ao Centro em horários distintos me fizeram observar significativas transformações, relacionadas ao comércio ambulante, por que passa a Avenida Jerônimo Monteiro ao longo do dia. Pela manhã, entre 6:00hs e 6:30hs, os comerciantes do Conjunto 2 são os primeiros a começar a montagem de seus espaços. Em seguida, são os ambulantes do Conjunto 3 que iniciam suas instalações e, na sequência, os vendedores do Conjunto 1. Essa ordem de chegada dos comerciantes tem relação direta com o início e o aumento gradual do fluxo de pessoas no Centro da cidade. O público alvo dos ambulantes são os pedestres, pessoas que estão transitando pela cidade, e este período da manhã precisa ser aproveitado como momento de oferta de suas mercadorias à boa quantidade de pessoas que estão em movimento a caminho do trabalho. Portanto, os vendedores do Conjunto 1 começam suas montagens por volta das 7:30hs, pois o número de transeuntes nesta região começa a aumentar em torno de 8:15hs. Após o início da atividade dos trabalhadores dos serviços e comércio formal, o movimento de pedestres passa por um aquecimento por volta das 10:00hs, quando esses setores já estão em plena atividade, permanecendo com frequência estabilizada até às 12:00hs, quando passa por outro aumento devido ao intervalo para almoço, que dura, em média, duas horas. Após esse período há um pequeno declínio no movimento nas calçadas, que se altera para um maior fluxo a partir das 17:30hs, justificado pela saída dos trabalhadores de volta para casa. É o período de maior movimento do dia, quando há mais pessoas nas calçadas e a aglomeração nos pontos de ônibus se torna mais densa. Contudo, essas pessoas, nesse momento, não são de interesse dos ambulantes, que identificaram que o maior objetivo delas, nessa parte do dia, é se locomover rapidamente visando o

retorno às suas residências. Dessa forma, verificou-se que muito dos comerciantes das calçadas começam a desmontar suas instalações às 17:00hs e, assim, paulatinamente seu número diminui e não são mais vistos a partir das 18:00hs. Nesses últimos momentos da tarde e início da noite, é importante anotar que surgem outros agentes que também causam alterações efêmeras na paisagem urbana ao se apropriarem do espaço público. São outros tipos de ambulantes e camelôs que comercializam, em carrinhos, alimentos como pipoca, churros, churrasquinho e balas e aproveitam o aumento do número de passantes e sua condição momentânea de descontração, ou desaceleração do dia de trabalho, para oferecer seus produtos. A noite se faz presente e as calçadas se mostram livres dos usuários temporários do Centro da cidade.



Figura 5.09 – Ambulante típico do Conjunto 3 montando sua banca no início da manhã em calçada da Avenida Jerônimo Monteiro.  
Fonte: Acervo do autor.





Figura 5.10 – Início de mais um dia de trabalho para ambulantes da Praça Oito.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.11 – Ambulantes da esquina da Rua Cerqueira Lima, ao começo da noite, preparam-se para deixar o ponto. À esquerda vê-se que um carrinho com mercadorias já está pronto para sair do local.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.12 – Ao começo da noite, ambulantes da Rua da Alfândega já desmontaram suas instalações que se encontram dentro de carrinhos. Estes serão levados a espaços que servem de depósitos situados próximos a seus pontos, como por exemplo na Rua Duque de Caxias.  
Fonte: Acervo do autor.

d) Dias de sol, dias de chuva, dias claros e dias nublados: quando analisadas as apropriações do espaço público pelos ambulantes relacionadas às condições climáticas do local, pôde-se perceber que esses aspectos permitem condições de mudanças da mesma forma a todos os objetos que compõem a paisagem do lugar. Os dias de sol, ao promoverem sombra dos objetos sobre outros objetos e sobre os próprios objetos, também são a justificativa para o elemento “cobertura em plástico” que os ambulantes observados nesse estudo utilizam em suas instalações, pois protegem contra o calor e a luz direta que poderia trazer desbotamento às mercadorias. Em algumas dessas bancas os ambulantes utilizam um tipo de plástico translúcido, que permite nos dias de sol um sombreamento, mas que transfere para a banca uma luminosidade difusa na cor de sua constituição, que pode ser azul, amarela ou verde. Esse efeito não acontece nos dias nublados e verifica-se, assim, que as condições de pouca luminosidade desses dias trazem modificações perceptivas na ambiência como um todo e de modo igual às instalações desses comerciantes. Em outras bancas, observou-se que para a cobertura é usado outro tipo de plástico, opaco, por vezes listrado na cor branca e amarela ou ainda com cor única, verde. Este material, diferente do anterior, propicia somente sombra à banca, não transferindo coloração aos produtos expostos. Constatou-se que algumas

dessas coberturas permitem modificações das bancas nos dias chuvosos. Nesses casos, as dimensões do plástico são maiores do que as dos limites da banca, assim, nos dias de sol ficam recolhidas e nos dias chuvosos são desenroladas e participam da proteção contra chuva, juntamente com outros plásticos complementares. Estes, por sua vez, são transparentes em alguns casos, porém translúcido incolor em outros. Os comerciantes os utilizam para proteção vertical e seu uso traz considerável transformação na paisagem urbana que é somada à transformação proporcionada pelas características próprias de dias de chuva, as roupas e acessórios das pessoas e suas velocidades, a luminosidade do lugar, as cores dos revestimentos e o reflexo dos objetos nas superfícies molhadas.



Figura 5.13 – Esquina da Rua Engenheiro Pinto Pacca. Ambulantes aproveitam situação do clima para criar ofertas de mercadorias. Em dias sem chuva, neste local, instalam-se duas ou três bancas de ambulantes que vendem outros tipos de produtos.

Fonte: Acervo do autor.





Figura 5.14 – Esquina da Rua Quintino. Ambulantes utilizam cabos amarrados nos edifícios para esticar membranas para proteção em dias chuvosos.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.15 – Esquina da Rua Cerqueira Lima. Em dias chuvosos, ambulantes modificam suas instalações e oferecem produtos adequados ao clima passageiro.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.16 – Esquina da Rua João Aguirre. Mesmo em dias chuvosos, ambulantes montam suas bancas e modificam a paisagem com novos elementos na instalação. Aqui utilizam plástico semitransparente para proteger a mercadoria.  
Fonte: Acervo do autor.

## 5.2 UMA ANÁLISE COMPARATIVA

Durante o desenvolvimento deste trabalho, a atenção esteve voltada às ações causadas pelos ambulantes relacionadas à paisagem de áreas centrais, utilizando-se como recorte a Avenida Jerônimo Monteiro, na cidade de Vitória. Caberia aqui perguntar se essas ações proporcionam o surgimento de objetos que estariam dentro da normalidade da paisagem regular – ou oficial – da cidade, ou, ao contrário, se funcionam como atitudes com capacidade transformadoras de uma paisagem urbana que os habitantes da cidade, de forma sociocultural, determinaram como ideal.

Antes de responder a tal questionamento, entendeu-se como necessária uma análise da paisagem da Avenida Jerônimo Monteiro, recorrendo-se a dois momentos distintos do mesmo local de instalação dos ambulantes, onde pudessem ser observados seus aspectos com presença e ausência de apropriação do espaço público por esse tipo de comércio. Para tanto, como explicado no Capítulo 1, foram feitas adaptações em imagens produzidas em dias distintos, porém com

luminosidade semelhante, buscando mais fidelidade ao ambiente. Assim, baseando-se nas identificações dos três tipos de conjuntos de comerciantes com características semelhantes, observou-se o seguinte:

Paisagem do Conjunto 1:



Figura 5.17 – Rua Deputado Nelson Monteiro sem a presença dos ambulantes do Conjunto 1, em visada perpendicular à Avenida Jerônimo Monteiro, uma perspectiva que chega à baía de Vitória.

Fonte: Acervo do autor.





Figura 5.18 – Rua Deputado Nelson Monteiro com a presença dos ambulantes do Conjunto 1, em visada perpendicular à Avenida Jerônimo Monteiro. À direita, mais um ambulante prepara a montagem de sua instalação, transformando a paisagem ao criar obstáculos a uma visão de profundidade.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.19 – Rua Deputado Nelson Monteiro sem a presença dos ambulantes do Conjunto 1, em visada oblíqua à Avenida Jerônimo Monteiro.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.20 – Rua Deputado Nelson Monteiro com a presença dos ambulantes do Conjunto 1, em visada oblíqua à Avenida Jerônimo Monteiro. A presença dos ambulantes é marcada pela volumetria e cores de suas instalações.  
Fonte: Acervo do autor.

O local escolhido, representante deste conjunto, corresponde a uma esquina em T formada por uma via secundária e a avenida principal – respectivamente a Rua Deputado Nelson Monteiro e a Avenida Jerônimo Monteiro. Conforme as figuras de 5.17 a 5.20, sua espacialidade encontra-se configurada por elementos que refletem a ação antrópica, não sendo encontrado nenhum objeto com características naturais. Pode-se dizer que esta esquina representa, de acordo com os conceitos de Lynch (2008), um ponto nodal da área central, onde se identifica uma participação intensa de sujeitos no cotidiano, uma vez que em seu entorno encontram-se edificações dotadas de serviços e comércio, e também pelo fato dessa rua funcionar como elemento de ligação entre duas importantes avenidas do Centro. Essa via secundária conforma-se como uma rua onde acesso de veículos só é possível por meio da Avenida Princesa Isabel, portanto, sem saída para a avenida em estudo. Apresenta em sua finalização um alargamento da calçada, próprio para proporcionar fluidez do movimento de pessoas que trabalham e fazem compras nas imediações, sendo que as principais edificações que determinam a população de usuários deste lugar são: o edifício Trade Center, a loja C&A e a loja Americanas.

Em referência aos estudos de Cullen (2008) sobre visão serial, quando afirma que a paisagem urbana surge, na maioria das vezes, como uma sucessão de surpresas ou revelações súbitas, um pedestre pode caminhar pela Avenida Jerônimo Monteiro e, ao curvar nessa esquina, ter a oportunidade de obter uma visão em longa perspectiva que pode chegar até a área da baía de Vitória, quando da ausência das instalações dos ambulantes. As interferências visuais proporcionadas por esses comerciantes neste local referem-se, principalmente, à perda dessa condição de paisagem em profundidade, que é causada devido à implantação das bancas, que se apresentam acompanhando o alinhamento das construções, em paralelo com a Avenida Jerônimo Monteiro.

O que se percebeu também foi a sensação de desordem espacial, provocada com maior significância nos momentos de montagem e desmontagem das instalações. O impacto de suas presenças no local é causado por suas dimensões que extrapolam as condições permitidas pela administração pública municipal e, ademais, o local ainda adquire certa perturbação visual proveniente da somatória da volumetria das bancas com elementos urbanos como postes de eletrificação, postes com placas indicativas, lixeiras, telefones públicos, totens e placas de mídia exterior de propaganda.

#### Paisagem do Conjunto 2:





Figura 5.21 – Rua da Alfândega sem a presença dos ambulantes do Conjunto 2, em visada perpendicular à Avenida Jerônimo Monteiro. Ao fundo um sobrado de valor histórico.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.22 – Rua da Alfândega com a presença dos ambulantes do Conjunto 2, em visada perpendicular à Avenida Jerônimo Monteiro. À esquerda e à direita as bancas sem autorização de funcionamento.  
Fonte: Acervo do autor.





Figura 5.23 – Rua da Alfândega sem a presença dos ambulantes do Conjunto 1, em visada oblíqua à Avenida Jerônimo Monteiro. Esse momento permite a visualização integral de importante edificação do início do século passado.  
Fonte: Acervo do autor.



Figura 5.24 – Rua da Alfândega com a presença dos ambulantes do Conjunto 1, em visada oblíqua à Avenida Jerônimo Monteiro. O acréscimo sem autorização das dimensões das bancas e a presença irregular de ambulantes frente ao alinhamento dos edifícios criam uma massa de desordem e interferência visual na importante edificação.  
Fonte: Acervo do autor.

Para análise comparativa que demonstrasse as modificações na paisagem providas das apropriações do espaço público pelos comerciantes do Conjunto 2,

optou-se pelos que se fazem presentes na atual Rua da Alfândega, via esta que faz parte dos espaços considerados como representativos da história da área central. Nela, até meados do sec. XX, era permitido o tráfego de automóveis, contudo, a partir dessa época, obras de adequações e remodelações do Centro da cidade a transformaram em calçada de pedestres, dando continuidade às calçadas da avenida a que se liga.

Esta escolha para análise deve-se ao fato de ser esta uma área localizada na região mais central da cidade, bem como de intensa frequência de pedestres, proporcionada pela proximidade a uma concentração densa de edifícios comerciais e de serviços, além de pontos de ônibus de grande utilização e que fazem ligação a muitos bairros da Região Metropolitana. São características que permitem também ao local uma identificação como ponto nodal, conforme definição de Lynch (2008). Esses motivos ainda fazem com que o local adquira uma condição de privilégio, visto como um dos pontos mais cobiçados para instalação de comércio de rua. Com dimensões aproximadas a 30,0m de comprimento e 8,5m de largura, a Rua da Alfândega possibilita a ligação entre a Avenida Jerônimo Monteiro e a Rua Duque de Caxias.

Um observador quando se movimenta pela Avenida Jerônimo Monteiro, ao chegar nesta esquina, poderá visualizar, numa perspectiva de curta distância, o sobrado com características históricas situado à Rua Duque de Caxias (Figuras 5.21 e 5.22). Nos dias em que os ambulantes não comparecem para montar suas bancas, a Rua da Alfândega é apropriada por alguns automóveis guiados por motoristas que contrariam a legislação que proíbe estacionamento em calçadas. Um poste de iluminação e outro de placa indicativa são os elementos de infraestrutura urbana encontrados no local.

A escala da espacialidade dessa rua – pouca largura ladeada por altas paredes – e a proximidade a edificações de valor histórico conferem ao lugar uma ambiência que se aproxima ao aconchego de uma galeria comercial descoberta. Esse “clima” é quebrado pela desordem proporcionada pelos ambulantes sem autorização de funcionamento, que montam suas bancas fugindo ao alinhamento dos edifícios lindeiros. A visada que proporciona observar toda a profundidade da rua se perde

quando se move para uma posição com pouca inclinação oblíqua à Avenida Jerônimo Monteiro, devido à implantação das bancas nos dois lados da rua e também às ampliações irregulares das dimensões dessas instalações que configuram uma volumetria não apropriada ao local.

### Paisagem do Conjunto 3:



Figura 5.25 – Avenida Jerônimo Monteiro, 31, sem presença dos ambulantes do Conjunto 3, em visada oblíqua à avenida. Uma parede contínua, local potencial para instalação de ambulantes. Fonte: Acervo do autor.





Figura 5.26 – Avenida Jerônimo Monteiro, 31, com presença dos ambulantes do Conjunto 3, em visada oblíqua à avenida. Um momento da paisagem urbana com lojas abertas, pessoas, ônibus, automóveis e ambulantes.  
Fonte: Acervo do autor.

Para se comparar dois momentos distintos da paisagem da Avenida Jerônimo Monteiro, relacionada com os ambulantes do Conjunto 3, utilizou-se como exemplo os que ocupam a calçada entre a esquina com a Rua Duque de Caxias (Escadaria da Misericórdia) e a Escadaria do Palácio Anchieta, mais precisamente, em frente à edificação de número 31.

O local desta análise é conformado por uma parede revestida por cerâmica cor cinza, que possui dois acessos aos serviços de saúde da uma edificação com seis pavimentos. Um desses acessos está desativado, o que determina uma maior continuidade de área, entendida por ambulantes como disponível para uso, o que possibilitou, assim, uma pequena concentração dos mesmos. As construções laterais a este espaço se apresentam como lojas de comércio formal, que durante o horário de funcionamento cotidiano apresentam-se com exposição de mercadorias coloridas fáceis de atrair a atenção do pedestre da calçada ou dos passageiros dos ônibus que ali fazem ponto. Aqui podemos perceber também a relação de dependência entre o local para instalação dos ambulantes e o fluxo de pedestres, onde se confirma a necessidade do encontro para a existência desse tipo de comércio. Numa visada mais afastada pode-se perceber que as formas e cores das

instalações dos ambulantes desse espaço destacam-se numa relação de figura e fundo (parede cinza), mas também concorrem com outras formas e cores que se mostram em placas e painéis de mídia exterior de propaganda, que fazem parte do entorno imediato.

Em todas as apresentações de ambulantes do Conjunto 3 percebeu-se que suas localizações sempre trazem prejuízo a uma confortável mobilidade dos pedestres, pois suas instalações implicam diminuição da largura das calçadas. Esse fato aparece evidenciado na figura 5.26, onde se identifica estreitamento do espaço determinado para uso do pedestre, que além de já estar sendo proporcionado pela presença de um poste de eletrificação, também recebe contribuição das volumetrias das bancas do comércio de rua.

As análises mostradas neste capítulo permitiram identificar momentos distintos que determinados locais da Avenida Jerônimo Monteiro passam ao longo do dia. A paisagem onde esses locais se inserem modificam-se cotidianamente em função dos usuários do Centro da cidade, da luz, dos movimentos, das cores e a atividade dos ambulantes, dentre outros. A partir desta constatação e as observações dos capítulos anteriores, o próximo capítulo aborda as considerações finais da pesquisa.

## **6 OS AMBULANTES E A PAISAGEM DA CIDADE: CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Tendo por base as argumentações promovidas ao longo deste estudo, este capítulo busca mostrar algumas considerações sobre as ações dos ambulantes na Avenida Jerônimo Monteiro, na cidade de Vitória, como participantes da paisagem urbana do lugar.

Foi possível constatar que os espaços públicos das áreas centrais são apropriados de forma temporária por diversos agentes da sociedade (LYNCH, 2008; SANTOS, 2008; TUAN, 1980; LAMAS, 2007; MENDONÇA, 2007; MACEDO, 2001; CASTELLS, 2006) e os comerciantes de rua assumem uma significativa dimensão neste contexto. Assim, a amplitude da análise mostrou que o tema pode ser desdobrado em outras vertentes e servir de estímulo para novas ideias de pesquisas que envolvam o espaço público, suas apropriações, a paisagem urbana, a cidade.

Conforme esse pensamento, este trabalho foi elaborado em contato direto com seu objetivo principal, ou seja, compreender a lógica que rege os usos transitórios do espaço público em áreas centrais das cidades brasileiras com foco nos comerciantes ambulantes, entendidos como transformadores da paisagem urbana, sendo considerados como agentes dinâmicos na produção de espaço e na imagem que as áreas centrais formam no contexto urbano, bem como na relação com os usuários desses lugares em função do consumo.

Ao longo da pesquisa, pôde-se analisar a cidade confirmada como um fenômeno socioespacial, constituída por espaços coletivos e individuais, públicos e privados. Esses espaços conformam-se, então, como conjunto de lugares apropriados e dinamizados por permutas e ações mútuas (FERRARA, 2000; TUAN, 1980; SANTOS, 2008; SENNETT, 1989; CARLOS, 2007; LEFEBVRE, 2008; MENDONÇA, 2007).



Essas características de constituição da cidade puderam ser verificadas, neste trabalho, nas observações da área central da cidade de Vitória quando se analisaram, em sua evolução histórica, os fatores sociais, e consequentes políticos e econômicos, que estiveram diretamente vinculados a sua conformação espacial. Foi vista, por exemplo, uma estratégia dos portugueses, com intenção de proteção de um território, determinar a criação de espaço na fundação da cidade. A seguir, o desinteresse da Coroa, devido às invasões de holandeses e ingleses, dificultar a criação de lugares nesta região. Verificou-se também o desenvolvimento do café proporcionando aumento de população e criação de espaços cobertos para essas atividades, bem como adequações de espaços públicos a uma nova condição social proveniente dos lucros dessas lavouras. Pôde-se notar, ainda, os anseios de uma classe social ascendente, marcando a cidade com novos padrões de estética, demonstrados nos alargamentos de vias e nas construções de edifícios ecléticos, como na Avenida Jerônimo Monteiro, fugindo a um passado colonial. Em outro momento da vida de Vitória, constatou-se a sociedade sentir mais necessidade de vida em comum ao criar espaços coletivos e definir qual de seus espaços seria público ou privado, para veículos de transportes ou pedestres, áreas para comércio/serviço ou residências. Identificou-se uma cidade que viu aumentar o número de seus indivíduos, serviços e comércios, e que percebeu a necessidade de aumentar seu espaço, criando aterros sobre o mar. Foi observado um conjunto social que ficou independente da cultura do café e passou a se industrializar, fazendo surgirem novos tipos de espaços, modificando a dinâmica do lugar.

Todos esses fatos demonstram que novas exigências acontecem durante a vida e o crescimento das cidades e, com isso, são produzidos espaços modificadores com consequentes resíduos da esfera pública, identificados como potencial para o uso informal. Como visto, esse entendimento faz parte do pensamento de Lynch (2008) quando lembra que a cidade está sempre se modificando, não tendo resultado final, mas uma sucessão de fases.

É, assim, possível entender que estas modificações se diferenciam em escala espacial e temporal, podendo ainda ser percebidas com maior grau de rapidez por nossos sentidos. Às vezes produzem uma paisagem com longa duração de existência e, em outras, acontecem como paisagens transitórias, com horas ou

minutos de vida. Neste aspecto, pode-se notar modificações na paisagem do Centro de Vitória devido tanto a grandes ações, como os aterros e as construções de altos edifícios, quanto a ações em menor escala, como aos painéis de propagandas fixados das construções e as instalações dos comerciantes de rua. De qualquer forma, vemos que essas representações espaciais que fazem parte do uso cotidiano do espaço público são frutos de um processo social do trabalho, bem como de desejos e necessidades do ser humano (LEFEBVRE, 2008). São transformações por que passam as cidades contemporâneas, refletidas no uso do espaço público e que em algumas vezes não são consideradas no planejamento da cidade, mesmo porque vão além de questões estruturais e formais do meio urbano.

Assim, para abordar a questão, buscou-se relacioná-la às centralidades das cidades brasileiras e aos ambulantes dessas regiões, adotando como parâmetro de análise as condições da espacialidade desses comerciantes, bem como seus movimentos, relacionamento com o usuário cotidiano na área central e sua participação na paisagem da cidade.

Segundo essa perspectiva, decidiu-se abordar inicialmente conceituações de elementos diretamente envolvidos na questão: o espaço público e suas apropriações e a paisagem urbana. Ficou entendido que o espaço é determinado por uma dinâmica relacionada a atividades e objetos urbanos e que se configura como o meio que é produzido, reproduzido e transformado pela sociedade (SCHULZ, 2008; SANTOS, 2008). Também, que o espaço seja tido pelas pessoas que o utilizam como dotado de significados emocionais e simbólicos, sendo ainda que sua interpretação e produção estejam relacionadas com a cultura e a sociedade (SCHULZ, 2008; ZUKIN, 1996); vimos, assim, que o Centro de Vitória, mais precisamente a Avenida Jerônimo Monteiro, tem sua espacialidade determinada pela atividade de serviço, e principalmente de comércio, materializada por edificações afins, por tipos específicos de equipamentos públicos apropriados a esses usos, avenidas largas, ponto de ônibus, de taxi, comerciantes de rua, dentre outros, e por uma população de usuários que formam a vida do lugar e identificam, neste conjunto de objetos, imagens que vão fazendo parte de seu imaginário e de sua cultura.

Quando tratamos de espaço público, foi visto que a cultura sempre manteve ligação com sua concepção e sua utilização no meio urbano. Este entendimento serviu de causa para que se abordassem os principais períodos históricos, onde se poderia conhecer as manifestações do espaço público relacionadas à centralidade intraurbana e com enfoque na vida pública dos habitantes.

Os autores consultados nos permitem reconhecer que, ao longo do tempo, a relação do espaço público na cidade com o próprio meio se manteve ligada a aspectos físicos, e por intermédio do seu desenho permitiu que houvesse correspondência à imagem de um lugar ou região (MENDONÇA, 2007; LAMAS, 2007). Aspectos socioeconômicos conduzem a forma do ambiente urbano e determinam como as pessoas a utilizarão com suas intenções e desejos. Sobre o aspecto de sua constituição, Lamas (2007) lembra que o espaço público pode ser percebido como um ambiente global contínuo, configurado pelo traçado das ruas e praças e pelos elementos que as compõem, fachadas, vegetação e, ainda, espaços públicos interiores às edificações. Assim como em outras cidades ocidentais, aspectos culturais inerentes à cidade de Vitória fazem com que estes se relacionem a seus espaços públicos, onde é possível verificar alguns reflexos dessa ligação, por exemplo, na criação de seus monumentos, como o relógio da Praça Oito (1943), ou ainda nas ações de modificações das configurações da cidade para fazê-la perder seu aspecto colonial, de ruas estreitas e tortuosos alinhamentos, se traduzindo em ruas largas e em conjuntos de obras marcadas pelo ecletismo na Avenida Jerônimo Monteiro. Esses dois exemplos demonstram intervenções no espaço público provenientes de uma cultura que marcou época. Nesta linha de raciocínio podemos incluir os ambulantes que, conforme Pacheco (1998), já eram muitos e de variada mercadoria na década de 1940. Os espaços públicos do Centro de Vitória puderam ser comparados às definições de Lamas (2007), sendo configurados por uma continuidade de ruas que se ligam à Avenida Jerônimo Monteiro e esta quando se funde à Praça Costa Pereira ou à Praça Oito.

Quanto à apropriação do espaço público, a pesquisa mostrou que esta se traduz em evento, que é visível por meio dos objetos e dos sujeitos interagindo na sociedade, a similaridade do que Santos (2007) destaca como uma situação que promove mudança nas coisas, transforma os objetos dando-lhes novas características ali

mesmo onde estão. Neste sentido, as análises do Centro de Vitória confirmaram que o meio urbano é constituído por uma infinidade de ações, e que quando o foco se concentra na Avenida Jerônimo Monteiro percebe-se que as ações dos vendedores ambulantes possuem grande potencial de interação com a sociedade, uma vez que funcionam junto a ações de usuários consumidores que estão atendendo a alguma necessidade ou desejo próprios ao adquirirem suas mercadorias, ou seja, um explícito relacionamento de troca de coisas.

Identificou-se, ainda, que essas interações têm lugar num espaço que foi criado ao tomar para si um pedaço de área pública e transformado em privado provisório, pois ali se detém seu domínio até o momento em que o comerciante desmonta seu conjunto de objetos, que irá agora assumir outras características. Aquela área, ora desocupada, volta a se demonstrar como pública, podendo ser usada por todos, mas se demonstrará também como “sobra” de um evento que ficou no passado, o qual Milton Santos chamou de “rugosidade”, referindo-as como “os restos de divisões do trabalho já passadas, os restos dos tipos de capital utilizados e suas combinações técnicas e sociais com o trabalho” (SANTOS, 2008, p. 140).

Esses eventos, portanto essas apropriações do espaço público, acontecem como decorrência de comportamentos como recreação, comércio, circulação, lazer. Contudo, verificou-se que algumas mudanças na cidade como a valorização da privatização da vida, novas tecnologias e a troca de lugares de compra da rua para locais fechados, por exemplo, são consideradas como desagregadoras de indivíduos e podem ajudar a desconexão destes com a comunidade e a natureza. Importa referenciar a abordagem do assunto feita por Mendonça (2007) quando lembrou que as apropriações do espaço público nem sempre se traduzem em inadequações ou existência de marginalidade, pois também podem demonstrar como capacidade de aproveitamento mais adequado, eficaz ou intensificado das infraestruturas públicas, além de fornecer informações para projetos e construções futuras. No caso dos ambulantes da Avenida Jerônimo Monteiro, esse estudo comprova a necessidade de estudá-los como forma de entendê-los para considerar suas ações em novas situações de planejamento da cidade.

No que concerne à paisagem, observou-se ser este um termo que com frequência está associado a espaço. Contudo, no desenvolvimento deste trabalho, o termo paisagem foi concebido como ligado à percepção da espacialidade, e concluiu-se, também, pelo entendimento de que está sujeito a um processo evolutivo de interpretação, por conseguinte, dependente de aspectos culturais. Nas palavras de Carl Sauer (1925), vimos uma comparação da paisagem a um organismo complexo que deve ser estudado como um todo, constituído de elementos naturais combinados com intervenções humanas que estão relacionadas ao uso que determinado grupo cultural faz da terra. De acordo com o destaque de Leite (1992), a complexidade que envolve a vida devido ao aumento da população e a velocidade dos meios de transportes fez com que surgisse a consciência de que a paisagem tem o papel de promover o encontro entre grupos sociais. Por meio do desenho da paisagem é que se criam espaços para integrar as pessoas, pois estas constituem parte essencial para se criar uma paisagem.

As observações da Avenida Jerônimo Monteiro mostram que sua paisagem passa por várias modificações ao longo do dia, que são motivadas por ações distintas, antes mesmo de considerar os ambulantes neste contexto. O conjunto das edificações ecléticas em mistura com o das modernas, suas distâncias relativas, as dimensões das áreas para veículos e pedestres, as calçadas, os objetos fixos, proporcionam uma série de atributos que criam o “clima” e a identidade do lugar. Esta paisagem aí configurada, como foi observada, é resultado de sobreposições de ideias e conceitos formados em momentos significativos da história da cidade, como nos governos de Muniz Freire, Jerônimo Monteiro e Florentino Avidos, e também de épocas marcantes na economia, como a ascensão e queda da produção e venda do café e o aumento da população, fruto da industrialização do estado.

Quando consideramos as ações dos ambulantes como dotadas de capacidade de transformação da paisagem, foi percebido neste estudo que a estas se juntam outras, que, mesmo com temporalidades diferentes, também têm significação na paisagem transitória. Dentre elas pode-se destacar a presença do usuário do Centro, que, aos poucos, desde o início da manhã, vai se somando, corpo a corpo, ganhando massa em paulatina transformação da paisagem, até atingirem momentos de significativa interferência. Situação semelhante ocorre com os automóveis e

ônibus, que promovem diferentes momentos na paisagem durante as 24 horas do dia, fazendo com que a massa de suas presenças seja mais percebida no início da manhã e final da tarde. Durante as observações, participantes confirmaram as observações feitas por Leite (1992) ao se identificarem as características da paisagem que fazem com que grupos de usuários se juntem, como nas proximidades da Praça Costa Pereira, local de longas perspectivas e qualidades paisagísticas, ou se afastem, como vias estreitas com calçadas e fachadas mal conservadas como a Rua Duque de Caxias e a Rua Engenheiro Pinto Pacca.

As diversas abordagens da literatura permitem o entendimento de que o estudo do espaço é dependente de sua relação com a sociedade, pois é esta quem determina a compreensão da realidade espacial ao especificar forma, função e estrutura. Função determina atividade, e é por meio das atividades que realiza que o homem supre as necessidades e cria condição para manter sua espécie. Por intermédio de Santos (2008), compreendeu-se que toda ação humana é trabalho, é produção, e toda produção produz espaço e é uma demonstração de vida. Sendo assim, pode-se argumentar que viver é produzir espaço.

Sob este aspecto, constatou-se que a espacialidade da área central de Vitória, mais precisamente da Avenida Jerônimo Monteiro, é determinada por meio de sua principal função: atender ao setor terciário, ou seja, o comércio e serviços. Esta constatação também vai ao encontro das palavras de Santos (2008), quando relaciona produção de espaço e trabalho, ao se identificar nesta avenida a presença marcante de edificações voltadas para o setor em questão. Nos pavimentos superiores desses edifícios, os serviços assumem o espaço oferecido, e nos pavimentos térreos, as lojas exibem seus espaços aos consumidores, tentando conduzi-los aos seus interiores de maneira quase imperceptível, ou subliminar, de sedução, numa fusão exterior/interior marcada por continuidade da calçada ou por exposição de mercadoria em suas fachadas, uma demonstração clara de utilização do espaço público. Nesta pesquisa, pôde-se perceber que a apropriação do espaço público como forma de produção de espaço vinculada ao setor de comércio possui como principal referência a ação dos vendedores ambulantes.



Desde quando o ser humano começou a se organizar em sociedade, verificou-se uma simbiose entre homem, trabalho e natureza, e esta passou a ser modificada constantemente pelo trabalho. O trabalho como proveniente da produção traz como consequência os ritmos do cotidiano, horas para o trabalho, para o descanso, para a produção. As mudanças por que passa a humanidade traz modificações às maneiras de produção que impõem novos ritmos, transformando o espaço e a medida do tempo. São novas descobertas, aumento de produtividade e aumento do rendimento do trabalho. Como mostra Santos (2008), a organização do espaço muda igualmente a cada vez que muda o uso social do tempo.

O aumento da produção, quando ultrapassa a fase de subsistência, traz a necessidade de trocar os produtos excedentes, o que se traduz no comércio de troca simples seguido pelo comércio especulativo, que utiliza valores arbitrários e faz com que o produto se transforme em mercadoria. De maneira ampla, pode-se lembrar que esse tipo de comércio possibilitou condições de comprar mercadorias providas de lugares distantes. Dessa forma, compreende-se que as referências históricas marcantes chegam até a época atual envolta em revolução das ciências e tecnologias, onde se observam transformações espaciais que são provenientes da intervenção de rede de influência que operam em uma multiplicidade de escalas até a escala mundial.

A noção global se impõe cada vez mais, e tal fato é atribuído ao capitalismo que busca em qualquer lugar condições para se processar a acumulação de capital, a obtenção de mais lucro. O que se nota, portanto, é o que pode ser chamado de mundialização do consumo, que, por meio da internacionalização da produção, propicia condições para que as pessoas consumam quantidade cada vez maior de produtos produzidos longe de seus territórios, ou seja, o espaço também é produzido utilizando-se matérias e produtos que já produziram espaço em local muito distante. Fato este decorrente também da acentuada diminuição do espaço em função do tempo que se utiliza para percorrê-lo.

Nas referências históricas desta pesquisa constatou-se que um dos motivos das transformações por que passou o comércio foram os tipos de produtos e mercadorias postos à venda. Quando focamos a atenção nos vendedores de rua,

vimos que houve uma época em que suas mercadorias se baseavam em produtos agrícolas e que atendiam às necessidades da alimentação como, frutas, legumes, peixes, pães, carnes, aves, ou a necessidades de proteção como tecidos e roupas (TUAN, 1980). Esses produtos se faziam disponíveis, principalmente, a partir de um entorno próximo às suas ações. Hoje, como se observa nos ambulantes da Avenida Jerônimo Monteiro, as mercadorias à venda são, em grande parte, produzidas em países distantes e, além disso, muitas delas não são reflexo de necessidades da vida, mas sim de desejos de consumo.

O espaço urbano também foi visto nos estudos de Villaça (2001), que atribui o deslocamento da matéria, ou mercadoria, e do ser humano, ou força de trabalho, como fator dotado de muito poder para produção de espaço. Entendeu-se aqui que as áreas comerciais e de serviços e do próprio centro urbano se traduzem como o principal produtor de espaço urbano, que geram e atraem grande quantidade de deslocamentos de força de trabalho e consumidores quanto utilizam serviços e fazem compras.

O espaço, portanto, pode ser encontrado sob duas lógicas na medida em que se entende que o trabalho produz valores de uso em determinados lugares e os valores de uso são consumidos também em determinados lugares. Temos, assim, dois tipos de espaços: o que é produzido pelo trabalho humano e o que é determinado pelos lugares em que são produzidos e consumidos. Essas reflexões ficaram evidentes no Centro de Vitória ao se constatar o espaço sendo produzido pelos usuários da região, trabalhadores e consumidores, uma frequência diária do movimento de pessoas e mercadorias, em constante modificação da paisagem, que ora se repete, ora se propõe como nova situação.

Por meio destes enfoques, pôde-se entender que a dinâmica comercial da cidade se faz presente na área central, mais especificamente no centro histórico, que possibilita a atração de pessoas provindas de várias outras partes da cidade. Contudo, para a maioria dos urbanistas, o centro é a origem da cidade e assim representa um papel com duas conotações: integrador e simbólico; ou, ainda, que o centro é o lugar que revela a história da cidade (CASTELLS, 2006; GUTIÉRREZ, 1990).

Outro aspecto característico nos centros diz respeito à existência de um sistema específico de relações sociais e valores culturais integrados que passa a ideia de comunidade urbana. Além disso, ainda podemos interpretar outra concepção referindo ao centro como lugar das trocas e coordenação. Aqui vemos ligação com atividades ditas fundamentais nas relações urbanas, o comércio, a gestão financeira, administrativa e política. As especializações de certos tipos de serviços e consumo fez com que Castells (2006) referenciasse o centro como a parte da cidade onde estão implantados serviços que se endereçam ao maior número de consumidores, e a explicação deste fato é possível à medida que se entende a economia de mercado como reguladora do esquema espacial urbano. As atividades atraídas pelo centro possuem um caráter de modo geral e necessitam de proximidade mútua, contudo, também pedem certa equidistância relacionada ao conjunto da área urbana como forma de torná-la singular.

Essas afirmações reverberam nesta pesquisa ao se entender o Centro de Vitória como dotado de características e referências históricas demonstradas por meio de seus espaços públicos e seu patrimônio arquitetônico representados neste recorte, por exemplo, pela Praça Oito de Setembro, a Avenida Jerônimo Monteiro e suas edificações providas de interesses de preservação, e que por isso conferem a esta área um caráter de simbolismo, merecedor de continuidade. A região, assim conformada, a despeito de se ver mais recentemente envolvida em um afastamento de uma parcela da população, atrai ainda, cotidianamente, pessoas dali mesmo e de diversas outras partes da cidade. A ideia de comunidade urbana aparece evidente por meio de seus agentes produtores de espaço, que, como se constata, fazem parte do sistema social há muito tempo, numa demonstração de fidelidade ao lugar. Sobre o aspecto das ocupações, verifica-se que a área central de Vitória ainda detém elementos representativos da gestão pública, embora exista a tendência destas instituições também se deslocarem para outras centralidades em busca de mais espaço e de “facilidades” de acesso.

Verificou-se na literatura examinada a existência de duas políticas ligadas à centralidade: uma política que a associa ao centro histórico e evita ao máximo a alteração do patrimônio, mesmo que isto se reflita em desequilíbrio da rentabilidade

econômica; a outra política liga centralidade ao fator de localização, requerendo eficiência e eficácia no aproveitamento do solo. Os debates mostram, porém, que existe um consenso sobre o assunto: que as intervenções em áreas centrais venham a acontecer com a finalidade de promover um equilíbrio nos aspectos de renovação e permanência.

Intervenções em centros históricos na América Latina têm sido vistas muitas vezes relacionadas a experiências europeias. Sobre este aspecto, Gutiérrez (1990) argumenta que as condicionantes do problema na América são singulares, próprias da região, exigindo soluções particulares partindo de suas circunstâncias. Muitas vezes o que se tem visto são áreas centrais subutilizadas, com equipamentos obsoletos, locais semiabandonados com usos para depósitos ou atividades não residenciais, utilizados por uma população flutuante de empregados ou vendedores ambulantes, identificados como usuários do centro, mas que não vivem nele.

Durante as visitas à área em questão, percebeu-se a existência de algumas atitudes por parte da gestão da cidade que apontam o caminho para a solução da problemática revelada por Gutiérrez (1990), representadas por reformas de edificações em estado obsoleto, ora transformado-as em residências voltadas às necessidades das classes menos privilegiadas financeiramente. São exemplos as obras do antigo Hotel Estoril e Hotel Tabajara, ambos situados à Avenida Jerônimo Monteiro, e se juntarão a outros edifícios já programados para ações semelhantes. O que se percebe nesses casos é a intenção de resgate do Centro da cidade, respondendo aos problemas das habitações de interesse social, bem como dotar a região de uma população permanente, como energia vital para a área, e que se diferencie de alguns usos atuais como depósitos de mercadorias e ambientes abandonados.

Diante de tais aspectos, pode-se argumentar pela recuperação das áreas centrais como importante ação para os habitantes da cidade como um todo. Significa que esta seja orientada aos residentes da área, pois são eles que criam possibilidades para a recuperação desta área; aos que usam o centro histórico para suas atividades cotidianas, melhorando condições da existência de serviços para atender suas necessidades; a todos os habitantes da cidade, pois mesmo que estejam

usando o centro com pouca frequência, necessitam identificar e definir uma imagem, abrangente ou mesmo excludente da cidade; e por último ao turismo, devido à sua dinâmica econômica que influencia toda a cidade (GUTIÉRREZ, 1990).

Estas considerações indicam o caminho para a confirmação de que as áreas centrais, assim como o Centro de Vitória, concentram inúmeras atividades terciárias, com evidência para o caráter comercial utilizado por uma grande parcela da população da cidade. Aos conjuntos e sequências de lojas da Avenida Jerônimo Monteiro misturam-se os comerciantes de rua, os ambulantes em calçadas e calçadões, e junto à circulação de pessoas, veículos e dinheiro, definem este lugar da cidade como articulador de fluxos onde prevalece a relação entre consumidor e mercadoria.

Este relacionamento nos permite entender, e confirmar, que a paisagem urbana das áreas centrais é configurada por inúmeros elementos que participam de uma dinâmica comercial onde temos também que incluir os vendedores ambulantes. Esta identificação se mostrou presente neste trabalho, mais precisamente nas ocorrências do cotidiano na Avenida Jerônimo Monteiro no Centro de Vitória. Interpretou-se que qualquer análise que se pretenda fazer em áreas centrais semelhantes cumpre-se considerar a presença destes comerciantes na lógica do lugar.

Em um passeio pelos espaços públicos das cidades antigas, permitido pela literatura, foi possível perceber que a atividade dos comerciantes de rua tem sua origem desde as primeiras trocas de produtos, o que já seria uma forma de comércio. Importante lembrar que autores consideram a troca como uma atividade que nasce com o homem e, para que se estabeleça este vínculo, é preciso que haja o encontro, o que faz com que esta seja também interpretada como uma forma de relacionamento social. Dessa forma, seguidamente foram surgindo os mercados nos locais de encontro, e nesses lugares já se conformariam as bancas e mercadorias expostas em áreas externas, modificando as características do lugar e conseqüente modificação da paisagem.

O que observamos no Centro de Vitória, portanto, é justamente esta atividade comercial, cuja existência remonta às primeiras organizações sociais e que envolve uma apropriação temporária de um espaço público, tendo sua lógica de espacialidade determinada por uma banca ou barraca desmontável que mantém relação com o usuário dessa região, numa espécie de simbiose em que se observa benefícios para ambos os participantes. Remontam, dessa forma, desde cidades antigas e avançam no tempo até a época atual. Quando hoje os identificamos, percebemos que grande parte desses comerciantes tem origem numa classe social menos favorecida e que encontra nesta atividade um meio de sobrevivência.

Mesmo não tendo sido citado anteriormente, cabem aqui as considerações do antropólogo James Holston (1995), que encontra convergência nesta análise quando critica o planejamento urbano modernista, considerando-o como um projeto político que absorve a cidadania num plano de construção de estado, e que tende a reforçar um projeto elitista de contenção das classes trabalhadoras. Em seus ensaios, o autor denomina essa classe de “insurgente”, definindo-a como integrante de uma nova fonte de cidadania que procura a afirmação de sua legitimidade, que pode ser alcançada por meio de sua atividade comercial, e que na sua apropriação dos espaços públicos criam lugares de insurgência. Estes lugares podem, assim, ser considerados como os que “introduzem na cidade novas identidades e práticas que perturbam histórias estabelecidas” (HOLSTON, 1995), modificando uma paisagem onde tais cidadãos não foram considerados como integrantes.

Há necessidade de se pensar o espaço urbano sob novas formas. O imediatismo que se espera nas respostas se contrapõe à existência de soluções valiosas. Há também que se observar a dinâmica dos eventos cotidianos, buscando junto a ciências humanas outras leituras e interpretações para um entendimento mais profundo sobre os fluxos e as subjetividades que se escondem por detrás dos acontecimentos cotidianos, como as apropriações do espaço público pelos vendedores ambulantes. Esta classe promotora destas apropriações está em busca do seu direito na cidade.

Os fluxos e as atividades que se localizam na Avenida Jerônimo Monteiro são características do uso do Centro de Vitória, proporcionam uma mistura de classes e



uma paisagem peculiar. A presença do comércio ambulante supre a necessidade de consumo de uma parcela da população com potencial de compra limitado. Estes comerciantes e a atração que provocam em parte da população contribuem para que o Centro e seus fluxos (re)criem novas relações de dinamismo se comparadas a outros bairros. Entende-se que o Centro tem influência em outras partes da cidade sob diversos aspectos, e os comerciantes informais misturados aos formais podem determinar a indução ao consumo de produtos em diversos níveis, ou seja, uma necessidade para a cidade que se encontra envolvida nas relações capitalistas. A figura dos ambulantes faz parte do cotidiano das áreas centrais e, neste caso do Centro de Vitória, há muitos anos, como já vimos, e podemos considerá-la como uma das poucas que não se perderam.

Atribuir somente aos ambulantes a desarmonia da paisagem do Centro da cidade ou à confusão de informações visuais requer avaliar todo o processo de trabalho na sociedade, pois não são apenas estes comerciantes de rua que modificam o espaço urbano em desordem ao oferecerem seus produtos nas vias de circulação. Neste conjunto precisam ser considerados todos os que usam o Centro para atividade comercial e assumem posturas que causam grandes interferências na paisagem, como, por exemplo, as mídias exteriores de propaganda, os cartazes colados em paredes externas, os avanços das áreas de lojas sobre as calçadas e fachadas para expor mercadorias e as propagandas com alto-falante.

Destarte, concluiu-se que, dentre os elementos que fazem parte do Centro, incluem-se os ambulantes como também inseridos no contexto da cidade e em ligação com as atividades econômicas. Os ambulantes apresentam-se ligados ao espaço público e contribuem, por meio de sua atividade relacional socioeconômica, para a manutenção de energia vital das áreas centrais. Além disso, podemos considerá-los como integrantes do imaginário destas áreas, uma vez que suas ocorrências têm frequência diária e mostraram ao longo da pesquisa, muitos deles, uma fidelidade de localização marcando presença na paisagem.

Uma das questões que envolvem o espaço público é o destino que se pretende dar aos ambulantes, pois algumas correntes os consideram inapropriados em suas localizações. Ao final deste trabalho entendeu-se que um dos significados da cidade

está na possibilidade de fornecer condições para que todas as classes possam se apropriar do espaço público e conseqüentemente se inserirem no contexto do lugar. Significa dizer, no caso dos ambulantes, a viabilização de meios para que estes exerçam sua atividade em condições dignas e participem como elemento da paisagem urbana. Isso, no entanto, vai demandar estudos mais aprofundados para projeto, que poderá ter início nas reflexões aqui abordadas.

O trabalho que ora está concluído é produto de uma pesquisa que se apresenta como contribuição para entendimentos da cidade, mais especificamente sobre o conhecimento de uma área considerada de muita importância para o centro histórico da cidade de Vitória, a Avenida Jerônimo Monteiro. O resultado das investigações aqui observado poderá ainda, colaborar como integrante de mais informações para a compreensão da dinâmica espacial e da paisagem urbana das realidades de outras cidades. Contudo, como nenhum trabalho está terminado, este deixa algumas portas abertas para novas pesquisas sobre as áreas centrais e outras apropriações formais/informais que acontecem nos espaços públicos e determinam transformações da paisagem.

## 7 Referências

ABREU, Mauricio. In: **Dilemas Urbanos** – Novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003.

ALMEIDA, Renata Hermany de. **O Centro de Vitória**. Vitória: UFES, 1986. Trabalho final de graduação.

ARANTES, Otilia. **O lugar da arquitetura depois dos modernos**. São Paulo: EDUSP, 2000.

ARGAN, Giulio. **Introdução ao Conceito de Espaço**. Tradução de Antonio Carlos Cabral Carpintero. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1973.

BASSO, Jussara Maia. **Investigação de fatores que afetam o desempenho e apropriação de espaços públicos: o caso de Campo Grande – MS**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2001.

BOGÉA, Marta. **Cidade Errante, Arquitetura em Movimento**. São Paulo: SENAC, 2009.

CARLOS, Ana Fani A.. **A Cidade**. São Paulo: Contexto, 2007.

CASTELLS, Manuel. **A Questão Urbana**. São Paulo: Paz e Terra, 2006.

CAUQUELIN, Anne. **A invenção da paisagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

CAUQUELIN, Anne. Paisagem, Retórica e Patrimônio. **Revista de Urbanismo e Arquitetura**, América do Norte, n. 6, dez. 2008. Disponível em: <<http://www.portalseer.ufba.br/index.php/rua/article/view/3227/2345>>. Acesso em: 12/11/2010.

CENIQUEL, Mário. Paisagem e Habitat. In: **Paisagem e Ambiente** – Ensaio IV. São Paulo, FAUSP, 1992.

CHING, Francis D. K. **Dicionário Visual de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes. 2000.

- CULLEN, Gordon. **Paisagem Urbana**. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2008.
- DAMATTA, Roberto. **A Casa e a Rua**. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- DERENZI, Luiz Serafim. **Biografia de uma Ilha**. Rio de Janeiro: Poggetti, 1965.
- DUARTE, Fabio. **Crise das Matrizes Espaciais**. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ELTON, Elmo. **Logradouros antigos de Vitória**. Vitória: EDUFES, Secretaria Municipal de Cultura 1999
- FERRARA, Lucrecia Dalessio. **Os significados Urbanos**. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000.
- FRANCO, Fernando de Mello et al. São Paulo. Redes e lugares. **Arquitextos**, São Paulo, 07.077, Vitruvius, out. 2006. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/07.077/307>>.
- FREITAS, Francisco B.; CAMPOS, Martha M.; ALMEIDA, Renata H. **Projeto centro.com.vitória** – Método de intervenção urbana em áreas centrais: o papel da arquitetura no Centro de Vitória (ES). Vitória: UFES, 2000. Relatório final de pesquisa. NAU/UFES, FACITEC/PMV.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2009.
- GUIMARÃES, Pedro Paulino. **Configuração Urbana**: Evolução, avaliação, planejamento e urbanização. São Paulo: Pro Livros, 2004
- GUTIERRÉZ, Ramon. Testemonios de uma Identidad Cultural. In: **Centros Históricos – America Latina**. Coleção Somosur, Tomo X. Bogotá: Universidad de Los Andes, 1990.
- HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.
- HARVEY, David. **A Produção Capitalista do Espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.
- HERTZBERGER, Herman. **Lições de Arquitetura**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

JAKOBSEN, Kjeld; MARTINS, R.; DOMBROWSKI, O. A dimensão do trabalho informal na América Latina e no Brasil. In: **Mapa do trabalho informal** – Perfil socioeconômico dos trabalhadores informais na cidade de São Paulo. São Paulo: Perseu Abramo, 2001.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo, A lógica do capitalismo tardio**. São Paulo: Ática, 2002.

JUNIOR, Euler Sandeville. Paisagens e métodos. Algumas contribuições para elaboração de roteiros de estudo da paisagem intra-urbana. **Paisagens em Debate**. Revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente, FAU.USP – n. 2, dezembro. São Paulo, 2004.

KLUG, Leticia Beccalli. **Vitória, Sitio Físico e Paisagem**. Espírito Santo: Edufes, 2009.

LAMAS, José M. Ressano Garcia. **Morfologia Urbana e Desenho da Cidade**. Porto: Fundação Calouste Gulbenkian, 2007.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. São Paulo: Centauro, 2008.

LEITE, Maria Angela Faggin. A Paisagem, a natureza e a natureza das atitudes do homem. In: **Paisagem e Ambiente** – Ensaio IV. São Paulo: FAUSP, 1992.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da Cidade**. Lisboa: Edições 70, 2008.

MAXIMIANO, L. Considerações sobre o conceito de paisagem. **RA'E GA - O Espaço Geográfico em Análise**, América do Norte, n. 8, mai. 2005. Disponível em: <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/raega/article/view/3391/2719>>. Acesso em: 12/10/2010.

MAY, Tim. **Pesquisa social. Questões, métodos e processos**. Porto Alegre, Artemed. 2001.

MENDONÇA, Eneida Maria Souza. **Apropriações do espaço público: alguns conceitos**. In: Estudos e Pesquisas em Psicologia, Ano 7, n. 2. Rio de Janeiro: UERJ, 2007. Disponível em:

<<http://www.revispsi.uerj.br/v7n2/artigos/html/v7n2a13.htm>>. Acesso em: 05/01/2011.

MONTEIRO, Peter Ribon Monteiro. **Vitória: Cidade Presépio** – Os vazios visíveis da capital capixaba. São Paulo: Annablume, 2008.

MUMFORD, Lewis. **A Cidade na História**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

OLIVEIRA, José Teixeira de. **História do Espírito Santo**. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo, 2008.

PACHECO, Renato José Costa. **Os dias antigos**. Vitória: EDUFES, Secretaria Municipal de Cultura, 1998.

PRADO, Barbara Irene Wasinski. Paisagem Arquitetônica. **Anais do VII Encontro Nacional de Ensino de Paisagismo em Escolas de Arquitetura e Urbanismo do Brasil** – VII ENEPEA. Belo Horizonte, 2004.

QUEIROZ FILHO, Antonio Carlos. Saboreando o espaço, inventando paisagens. **Paisagens em Debate. Revista eletrônica da área Paisagem e Ambiente**, FAU.USP – n. 5, dezembro. São Paulo, 2007.

RIO, Vicente del. **Introdução ao Desenho Urbano**. São Paulo: Pini, 1991.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1997.

SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço, Técnica e Tempo. Razão e Emoção**. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Edusp, 2008a.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Edusp, 2008b.

SCHULZ, Christian Norberg. O fenômeno do lugar. In: Nesbitt, Kate. **Uma nova agenda para a arquitetura – Antologia teórica, 1965-1995**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

SECCHI, Bernardo. A cidade contemporânea e seu projeto. In: FONT, Antônio. **Planeamiento Urbanístico** – De la controversia a la renovacón. Barcelona: Diputació Barcelona, 2003.

SENNETT, Richard. **O Declínio do Homem Público**. São Paulo: Schwarcz, 1989.

SERPA, Angelo. **O Espaço Público na Cidade Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2007.

SERRA, Geraldo. **O Espaço Natural e a Forma Urbana**. São Paulo: Nobel, 1987.

TOURINHO, Andrea de Oliveira. Prefácio à segunda edição. In: VARGAS, Eliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos**. Barueri: Manole, 2009.

TUAN, Yi-Fu. **Topofilia** – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente. São Paulo: Difel, 1980.

VARGAS, Heliana Comin. **Espaço Terciário**. São Paulo: SENAC, 2001.

VARGAS, Eliana Comin; CASTILHO, Ana Luisa Howard de. **Intervenções em centros urbanos**. Barueri: Manole, 2009.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-urbano no Brasil**. São Paulo: StudioNobel, 2009.

ZUKIN, Sharon. **Paisagens urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder**. Revista do Patrimônio, IPHAN, nº 24. Rio de Janeiro, 1996